

Convênio Finep - IPPUR- UFRJ

Linha de pesquisa:

**MODERNIDADE, COMUNICAÇÃO E CULTURA: A NOVA FACE
DO PODER METROPOLITANO**

(RELATÓRIO PARCIAL)

volume 2 - materiais variados
(1995)

Equipe :

Coordenação: Ana clara torres Ribeiro - Prof.^a IPPUR/UFRJ

Catia Antônia da Silva - Mestre pelo IPPUR/UFRJ

Regina Celi Pereira - Mestre pelo IPPUR/UFRJ

Henrique da Siveira Souza - Mestrando do IPPUR/UFRJ

Rita de Cassia da silva- Bolsista aperfeiçoamento CNPq.

Angelo Antônio da Motta Duarte - Bolsista de iniciação científica CNPq. - UFRJ.

Luis Otávio Pires Farias - Bolsista de iniciação científica CNPq. Sr₂ - UFRJ.

Marcelo de Souza - Bolsista de iniciação científica CNPq. Sr₂ - UFRJ

Ana Claudia Vieira P Alves de Jesus - Bolsista de iniciação científica CNPq - UFRJ.

Em colaboração: Hermani de Moraes Vieira Mestrando do IGEO /UFRJ

MATERIAIS DIVERSOS

I - RELATÓRIO DE PESQUISA

II - GRÁFICOS

III - SUMÁRIO DE REVISTA (Administração Pública)

IV - TABELAS

V - QUESTIONÁRIO - ENTREVISTA

ÍNDICE:

I- RELATÓRIOS :

Relatório - Municipalização e habitação - CERIS.

Autor : Henrique da Silveira Souza.

Relatório - Trabalho de campo em Brasília (26 à 28 de julho de 1995).

Autor : Henrique da Silveira Souza.

Relatório - Levantamento parcial de artigos de jornais do arquivo da pesquisa - Tema central: Reorganização da esfera pública.

Autor : Rita de Cassia da Silva.

Relatório - Análise dos temas da tabela da Constituição de 1988.

Autor : Rita de Cassia da Silva.

Relatório - Comunicação e saúde : Levantamentos de imagens.

Autores : Angelo Antônio da Motta Duarte.

Henrique da Silveira Souza.

Relatório - Texto relatório de pesquisa Novas tecnologias de informação e comunicação: Levantamento de Imagem.

Autor : Angelo Antônio da Motta Duarte.

II - GRÁFICOS :

Gráficos variados - Fonte de informação Centro de processamento de dados do Congresso Nacional

Elaborados por Marcelo de Souza.

III - SUMÁRIOS :

Sumário da Revista de administração Pública (1980 - 1995).

Organizado por Luis Otávio.

IV - TABELAS :

Tabela da Constituição de 1988 .

Organizado por Rita de Cassia da Silva

Tabelas variadas sobre internações financiada pelo SUS, nos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Organizado pela equipe de pesquisa: Novas tecnologias no espaço: Questões da saúde e do trabalho a partir de dados do Ministério da Saúde - DATA PREV - FNS/ DATA SUS, Rio de Janeiro, em set 1995.

V - QUESTIONÁRIO - ENTREVISTA:

Questionário - entrevista sobre o Sistema Unico de Saúde (SUS).
Organizado por Catia Antônia da Silva.

I- RELATÓRIOS

RELATORIO

MUNICIPALIZAÇÃO E HABITACÃO

CERIS

Autor: Henrique Souza

1995

APRESENTAÇÃO

O presente relatório reflete um banco de dados sobre Municipalização e Habitação que se apoia em dezoito publicações sobre o assunto correspondendo ao período de 1989 a 1994. Sua preocupação básica se norteou em ressaltar os problemas, as experiências e os resultados obtidos pelo movimento pró-habitação deflagrado no país, no período correspondente e, ao mesmo tempo, perceber as tendências que se evidenciam face ao desenrolar de projetos e de experimentações bem sucedidas do movimento popular pró-habitação concretizadas no contexto atual da sociedade brasileira.

Seu desenvolvimento se deu ao longo de três meses de trabalho, percorrendo as fases de coleta de dados, catalogação dos dados, análises e sistematização dos dados obtidos em resumos indicativos e informativos, digitação e montagem do banco de dados propriamente dito, além, é claro, da composição do relatório final.

A tabela abaixo sintetiza todo o levantamento produzido: por tipo, data de publicação, região onde o trabalho se refere e a biblioteca onde se pode encontrar a publicação.

Tabela 1

	TIPO	DATA DE PUBLICAÇÃO	LOCAL ONDE O TRABALHO SE REFERE	BIBLIOTECA
Queremos morar como gente!	Progr. audiovisual	1989	São Paulo	FASE (RJ)
Cidade Nossa, vida melhor	Progr. audiovisual	1989	Rio de Janeiro	FASE (RJ)
Merar sonho ou realidade	Progr. audiovisual	1990	Rio de Janeiro	FASE (RJ)
Habitação Bem ou Direito?	Tese	1990	Recife	IPPUR/UFRJ
Mutirão Utopia e necessidade	Livro	1990	Sao Paulo	FASE (RJ)
Cortiço em São Paulo e problema e suas alternativas	Comunicação Científica	1991	São Paulo	FASE (RJ)
Lutas Populares por habitação- Mocimbo, Cortiços e vilas operarias em SP e Recife	Revista	1992	São Paulo/ Recife	FASE (RJ)
Casas Proprietarias em São Paulo	Livro	1993	Sao Paulo	IPPUR/UFRJ
Arquitetura & Habitação Social em São Paulo 1989-1992	Livro-Catálogo	1993	Sao Paulo	FASE (RJ)
A gestão popular na produção da habitação	Tese	1993	Rio de Janeiro	IPPUR/UFRJ
Movimento de defesa do favelado	Progr. audiovisual	1993	São Paulo	FASE (RJ)
A construção da cidade	Lei Orgânica	1993	SP, RJ, P. Alegre e B. Horizonte	IPPUR/UTRJ
Habitação no contexto da Reforma Urbana e as experiências de autogestão	Livro	1994	Belém	FASE (RJ)
Moradia e Cidadania: Um debate em movimento	Livro	1994	São Paulo	FASE (RJ)
A experiência de urbanização na favela de N. Sra Aparecida	Artigo	1994	São Paulo	IPPUR/UFRJ
A experiência de urbanização na favela do Icará	Artigo	1994	Sao Paulo	IPPUR/UFRJ
Revista Habitar	Revista	1994	Sao Paulo	FASE (RJ)
O futuro da cidade	Anais de congresso	1994	Rio de Janeiro	FASE (RJ)

INTRODUÇÃO

Ao ser convidado para montar um banco de dados sobre municipalização e habitação que levantasse as quinze últimas publicações sobre o assunto, no período de 1990 a 1994, ressaltando as experiências, os problemas e os resultados obtidos pelo movimento pró-habitação deflagrado no país, não tinha, até então, me dado conta da extensa complexidade e, ao mesmo tempo, da criatividade popular cultivada ao longo da ocupação espaço-temporal do solo urbano das metrópoles brasileiras. É claro, todavia, para mim, que este tema constitui um dos problemas mais graves e que portanto, na construção da cidadania brasileira, mais urgência reivindica na sua solução.

A problemática habitacional brasileira se origina numa esfera histórica que remonta à própria ocupação do país. Os portugueses, quando aqui chegaram, trataram de dividir o espaço territorial em imensas capitanias que ficavam sendo comandadas por um escolhido do rei que tinha o poder de explorar da terra o que ela podia dar de lucro e, ao mesmo tempo, colonizar a capitania, passando de pai para filho o comando da região. Este dado no decorrer do desenvolvimento brasileiro iria caracterizar o processo de acesso à terra já mesmo na sua gênese. A grande massa populacional vinda para estas capitanias era de estrangeiros oriundos da África que vieram forçosamente da sua pátria mãe servir de mão de obra escrava na lavoura monocultora de cana-de-açúcar numa primeira instância, de café numa fase posterior ou para extrair mineral em algumas regiões isoladas, ou ainda para outras atividades como a de serviços domésticos ou simplesmente a de procriar. Em alguns Estados como Bahia e Rio de Janeiro, por exemplo, a mão-de-obra escrava chegou mesmo a constituir a maior parcela da população que lá habitava.

No final do século XIX, com o processo de abolição da escravatura, esta massa expressiva de gente se viu lançada à própria sorte, o que, sem dúvida, contribuiu para configurar consideravelmente, nos dias de hoje, o grande contingente de excluídos de um dos direitos mais elementares que é a habitação. Este fenômeno, pode-se dizer, está mesmo na origem do fenômeno favela, juntamente, é claro, com outros componentes da estrutura sistêmica brasileira, como por exemplo, a falta de uma reforma agrária ampla e irrisoria que

fixe o homem no campo, ou ainda, uma política de desconcentração de renda efetuada com a ótica de integrar o homem a sociedade, desmarginalizando-o e principalmente criando condição de acesso a um processo de educação sem restrição de cor, de raça, de credo ou econômica.

Por outro lado, como nos fala César e Costa (1992) em *Lutas populares por habitação - Mocambos, Cortiços e Vilas operárias em Recife e São Paulo* - a industrialização brasileira que toma fôlego no início do século XX, com maior densidade nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, se defronta com a problemática habitacional para abrigar uma imensa massa operária que se constituía numa parcela bastante significativa de trabalhadores imigrantes, oriunda de países europeus como Itália, Espanha e, em menor proporção, Portugal. Este fenômeno migratório que aconteceu a partir de 1870 e teve sua duração até o início do século XX, se deu com o apoio do governo brasileiro no sentido de sanar uma demanda crescente de mão-de-obra para a lavoura cafeeira, já em substituição a mão-de-obra negra que se encontrava num processo de abolição gradativo. (a lei do ventre livre e a lei do sexagenário são dois exemplos deste processo) e também para as indústrias que estavam se instalando principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Desta maneira, foi negociada pelo governo brasileiro junto aos respectivos países a facilitação dos trâmites para a efetivação do processo migratório.

"A consolidação de uma política de importação de mão-de-obra livre europeia, realizada a partir de 1871, através da Associação de colonização e imigração sediada na capital, vem não somente atender à crescente demanda que o setor agrícola exigia para a produção do café, como também centralizar toda a triagem desses imigrantes na cidade, muitos dos quais nem chegavam a se dirigir às colônias agrícolas, permanecendo na capital e se empregando em atividades de comércio, serviço e de indústria (cerca de 30% dos imigrantes chegados a São Paulo se dirigiram às atividades urbanas.)"

Tabela 2

ANO	POPULAÇÃO (CID. SÃO PAULO)
1872	26.040
1886	47.697
1900	239.820
1920	1.000.000

Fonte: Revista Polis, número 2, ano 1991

O incremento populacional de cerca de 1000% verificado no período anterior a 1900 não foi acompanhado de uma expansão compatível da moradia urbana.

É, portanto, neste período, que aparecem os cortiços como solução para abrigar a massa operária e, ao mesmo tempo, ser uma fonte de alta rentabilidade para o especulador, tendo em vista, esse tipo de moradia passar a ser a única opção possível de moradia para a classe operária, simbolizando o aviltamento e a humilhação imposto pelo sistema sócio-econômico vigente na época.

Diante da dramática situação configurada pelo adensamento de números de cortiços e de pessoas que neles habitam, a classe dominante resolve promulgar a lei número 315 de 14/08/1897 que criava a modalidade habitacional "Vila operária", que era na verdade, um conjunto de casas contíguas, construídas ou compradas já prontas pelas fábricas, e que se destinava ao uso de seus empregados mediante aluguel ou comodato. Assim, fortificou-se a vulnerabilidade do operário frente ao seu patrão, na medida que se vinculavam duplamente, como operário e como inquilino, o que passava a ser um trunfo na mão do empregador frente às reivindicações de melhores condições de trabalho que eclodiram na época, principalmente pelos imigrantes italianos e espanhóis que trouxeram, além de suas respectivas força de trabalho, um ideário anarco-sindicalista, que iria entrar em conflito com o sistema vigente no Brasil logo no início do século, mesmo diante da ameaça de reprimir o movimento grevista com demissões e despejos, conjuntamente.

O fato é que as construções de habitações populares no início do século, se destinaram principalmente ao aluguel, e os destinatários ou o alvo da lei, afinal, eram os próprios

capitalistas. Estes fizeram da construção de casas operárias um bom negócio, que rendia cerca de 24% de juros ao ano, o que era ótimo, em se tratando de aluguéis.

A ocupação do espaço urbano, desde então, se afirmava sob o comando da iniciativa privada e, nos dias de hoje, esta mesma iniciativa privada utiliza a terra, sobretudo, para especular meios de auferir maiores rendimentos, em detrimento de uma grande parcela da população que sobrevive nas metrópoles brasileiras sem, simplesmente, ter aonde habitar.¹²¹

Segundo Sândes Júnior, em *Cortiços em São Paulo: O problema e suas alternativas* (1991), que busca na História a contextualização do problema habitacional da cidade de São Paulo, "o fenômeno cortiço passou por três fases ao longo da História da cidade: A primeira fase foi no período de 1870 a 1930, que correspondeu o surgimento do fenômeno; a segunda fase, percorre o período de 1930 a 1970, que é quando a população urbana é empurrada para a periferia das grandes metrópoles e que começa o processo de auto construção, e se tem também, o surgimento das favelas metropolitanas; a terceira e última fase, corresponde o período de 1970 até os dias de hoje, onde se verifica o retorno do encortiçamento.

Destá maneira, procurei traçar neste relatório, a configuração atual da problemática habitacional brasileira utilizando como foco de análise a concepção de que para o homem obter e exercer seu verdadeiro papel de cidadão, antes de tudo, seu direitos mais elementares como habitação, educação, alimentação, lazer, saúde, trabalho e acesso à cultura devem estar supridos condignamente.

utilizo esta palavra no sentido exposto na revista *Habitar* publicado pela Conam (numero 0 - nov. 1991) que entende o termo de maneira bastante ampla, ou seja, habitar e ter como morar com dignidade, e se alimentar decentemente, e ter acesso a saúde, a transporte, a emprego, a educação, a cultura e ao lazer. Portanto, habitar não é apenas ter casa, e, acima de tudo, qualidade de vida e pleno exercício da cidadania.

DIAGNOSTICO

As Metr6poles brasileiras acumulam um volume acentuado de problemas sociais. Estes, por sua vez, est6o intimamente relacionados 6 concentra76o de renda, ao uso especulativo do solo urbano pelo capital imobili6rio e a prioriza76o, por parte das Administra76es P6blicas, de recursos para obras de grande porte, com resultado social duvidoso e que, em geral, se destinam a beneficiar somente uma restrita parcela da sociedade.

Tendo em vista que atualmente 75% da popula76o brasileira vive nos centros urbanos, onde a caracter6stica das Administra76es P6blicas tem sido apresentar solu76es paliativas e descontinuadas para os problemas sociais e que a orienta76o 6 o clientelismo e os lobbies, desconhecendo as demandas sociais, e que ainda, o d6ficit habitacional numa metropole como S6o Paulo, por exemplo, 6 de 1 milh6o de casas, o que pensar em termos de solu76es via a 6tica do movimento organizado frente ao grave problema habitacional brasileiro?

A bibliografia levantada aponta para diversas experi6ncias vivenciadas pelo movimento pr6-habita76o no pa6s. Destaca conceitos cruciais para o entendimento de como vem se comportando o movimento social na atualidade e, diante da realidade configurada no territ6rio nacional, que tem a exclus6o social como um componente intimo, define conceitos como aurogest6o, co-gest6o, autoconstru76o e mutir6o, cada um com a sua devida especificidade, como tendo tido um grande desenvolvimento nos 6ltimos anos gra7as 6s diversas experi6ncias realizadas pelo movimento social, principalmente a experi6ncia da gest6o Luiza Erundina (PT) - S6o Paulo 1989 - 1992, onde esses conceitos foram debatidos e refletidos tanto pelos t6cnicos da prefeitura quanto pelos v6rios movimentos pr6-habita76o que se manifestaram na ocasi6o.

A leitura da realidade interpretada pela bibliografia entende que h6 uma exclus6o dos benef6cios sociais por parte de milh6es de brasileiros, afirmando que 34 milh6es

de pessoas vivem na mais absoluta miséria, que o déficit habitacional existente é de 14 milhões de casas e que 107 milhões de pessoas não têm ligação de esgoto em suas moradias, enquanto 41 milhões não têm água encanada. Aponta esse quadro como resultado da orientação política das Administrações Públicas, e não da falta de recursos, na medida que o aumento do volume de dinheiro recebido pelos municípios, a partir da constituição de 1988, prova o contrário.

Como se pode perceber na Tabela 1, a maior parte dos 18 títulos que compõem este banco de dados se refere a São Paulo, totalizando 12 (doze) títulos do universo correspondente. Este fato, foi possível perceber, não acontece por acaso. Como diz Cezar e Costa (1992) "A maioria das informações se refere a São Paulo - onde diversos estudiosos se detiveram em momentos ou características da trajetória das classes populares". Um desses momentos, pois sim, trata-se da questão habitacional.

Desses doze títulos referentes a São Paulo, dois: "**Queremos morar como gente!**" e "**Movimento de defesa do favelado**" são programas audiovisuais que tratam de experiências diferenciadas. Contudo, pode-se extrair a síntese de que a organização comunitária, a solidariedade, a ajuda-mutua, a autogestão e a consciência de que os maiores inimigos estão fora do movimento, constitui o eixo principal de reflexão e análise, não só por esses dois títulos, mas por quase todo universo levantado para a montagem deste banco de dados.

"Queremos morar como gente!" é um trabalho que procura reconstituir a invasão dos posseiros do Itupu, periferia de São Paulo, 1981. Para isto, mostra recortes de jornais da época que registraram toda a repressão ao movimento, ao mesmo tempo, que menciona o descaso dos órgãos governamentais frente à questão da moradia destacando a COHAB que é o órgão responsável por esse setor na máquina burocrática da Prefeitura de São Paulo. Relata ainda, que em 1984/1985 foi o momento em que vários movimentos se organizaram em mutirão. Já o "**Movimento de defesa do favelado**" documenta e retrata a luta e a organização de uma comunidade de favelados que acreditou na sua força política e firmou seu direito de cidadania. Um grupo que nasceu pequeno e pela união de todos foi crescendo, formando hoje o M.D.F. (Movimento de defesa do favelado).

O fato da maior parte da bibliografia se referir ao problema habitacional da cidade de São Paulo, pode talvez ser útil para o entendimento da questão habitacional de uma maneira

mais ampla, na medida que São Paulo, a maior cidade da América latina e uma das maiores cidades do mundo, consegue sintetizar, devido à sua complexidade, muito dos problemas que outras cidades de menor porte possuem. Só como exemplo, ela tem mais da metade de seus 10 milhões de habitantes vivendo em condições precárias. Cerca de 3 milhões de pessoas moram em cortiços, 1,9 milhão em favelas e mais de 2 milhões em residências sem as mínimas condições de habitação, além de 1,7 milhão de trabalhadores desempregados na grande São Paulo.

De toda forma, há que se considerar os seis títulos restantes. A relevante análise desenvolvida na tese de mestrado de Maria A. de A. Souza "Habitação: bem ou direito?", por exemplo, que foi defendida no IPPUR, UFRJ em 1990, traz uma análise crítica das condições de acesso à habitação propiciadas pela COHAB-Pe, através do SFH, na região metropolitana de Recife, no período de 1965-1989. O que, sem dúvida, é uma contribuição considerável para o entendimento da problemática habitacional em Recife, principalmente acompanhado da leitura de "Lutas populares por habitação - mocambos, cortiços e vilas operárias em Recife e São Paulo de Cesar e Costa (1992).

Uma outra discussão relevante, que é trazida pela FASE PPU Amazônia, trata da questão da "Habitação no contexto da Reforma Urbana e as experiências de autogestão." Os autores: Costa, Orterllo e Diniz (1994) organizaram um seminário com esta temática, que contou com a presença de uma expressiva representação dos movimentos populares dos Estados do Pará e do Maranhão, movimentos de moradia a nível nacional e das cooperativas habitacionais do Uruguai, assim como outras pessoas comprometidas com a luta popular na Amazônia para discutir e aprofundar os subtemas: "As contradições urbanas e os movimentos populares", "O Estado e a política Nacional de habitação", "Governo local e Reforma Urbana: quais as perspectivas?", "Os movimentos de moradia e as experiências concretas: limites e perspectivas" e "Habitação uma experiência de autogestão".

Os programas audiovisuais "Cidade nossa, vida melhor" e "Morar: sonho ou realidade" são dois trabalhos que apresentam um pouco da problemática habitacional que é vivenciado no Estado do Rio de Janeiro, focalizando o problema habitacional existente na Baixada fluminense. Eles discutem problemas de amplitude nacional, na medida que trabalham com questões como saneamento básico, loteamento clandestino e irregular,

organização comunitária e cidadania como constituição dos direitos mais elementares do ser humano.

Desta forma, o primeiro vídeo analisa a trajetória de uma família na luta pela moradia num loteamento clandestino na baixada fluminense, mostrando a importância da união, da participação e da associação dos moradores na luta pela dignidade e pelos direitos básicos que constituem a cidadania. Mostra, por outro lado, como a ganância dos loteadores se manifesta, ultrapassando os direitos do cidadão expressos na Constituição e não cumprindo com os seus deveres. Os loteadores especulam o uso da terra, visando cada vez mais extrair renda. Enfatiza, porém, que a união e a participação consciente por parte dos moradores é a única maneira de se cobrar do poder público as garantias básicas de uma vida digna.

Já o segundo vídeo objetiva mostrar a realidade trágica dos moradores de São João de Miriti (RJ) em torno da problemática do saneamento básico, da poluição atmosférica causada pelas grandes indústrias, da falta de coletas de lixo no rio Sarapuí que passa a ser um foco de transmissões de doenças de vários tipos diferentes, principalmente, por ser tornar o habitat de diversos infecto transmissores como ratos, mosquitos (incluindo o da dengue) etc. Trabalha com entrevistas dos representantes locais, de moradores, de técnicos competentes como engenheiro sanitário, que expõe a configuração do problema e de como se subdividem as competências a nível do poder público para as devidas soluções. Entrevista moradores que perderam todos os seus pertences com as enchentes. Mostra realidade trágica dos 700.000 moradores, muitos deles migrantes, frente ao descaso do poder público em solucionar o problema. Conclui ressaltando o poder da organização comunitária na luta pela melhoria da qualidade de vida, dando ênfase à ABM (Associação de Amigos de Bairro de São João de Miriti) que, além de auxiliar as famílias vítimas das enchentes com roupas, mantimentos, etc., organiza a comunidade, ressaltando sua configuração sócio-cultural, para reivindicar, juntamente com outras associações de moradores da Baixada Fluminense, saneamento básico para toda região.

As duas outras publicações que se referem ao Estado do Rio de Janeiro, que compõem o banco de dados, versam sobre a seguinte discussão: a primeira é uma dissertação de mestrado, defendida em 1993 no IPPUR UFRJ por Isis Volpi de Oliveira, "A gestão popular na produção da habitação".

Esta tese teve como objeto de estudo a Cooperativa mista e de Consumo da Associação de Moradores e Amigos de Nova Holanda (COOPMANH). A pesquisa de campo, realizada através de visitas ao local e entrevistas com os moradores, permitiu concluir que Nova Holanda apresenta em sua História dois momentos distintos. Com a criação da Associação dos Moradores de Nova Holanda (AMANH), a favela sofre transformações substanciais em seu espaço físico: as casas de alvenaria vão ocupar o lugar dos barracos de madeira como resultado do esforço pessoal de cada família. As mudanças na forma de organização são voltadas para a produção de moradias a partir da ação coletiva.

Já o segundo trata de entrevistas organizadas por Elisabeth Grimberg no Fórum Global Rio-92, onde se constatou está deflagrado um passo importante na construção de uma sociedade cujo desenvolvimento é pensado num nível equânime de associação com o equilíbrio do ecossistema e com a dimensão humana e social. Neste contexto, o debate sobre desenvolvimento urbano sustentável revelou-se como um dos mais ricos ao apresentar soluções alternativas para a crise que vivem as cidades do mundo. Tal debate contou com a participação de redes de ONGs, movimentos sociais e autoridades locais voltados para a defesa do Direito à cidade associado ao direito do meio ambiente. A reflexão que aqui se expressa trata de uma entrevista a Martim Longoria e a José Ceballos, ambos membros da Frente Continental de Organização Comunitárias (FLOC), sendo que Ceballos acumula a direção do Comitê de la Defensa los Derechos Barriales (COPABEBA).

A inclusão do artigo "A construção da cidade" publicado na revista Pólis nº 10 de Silva e Saulle Junior (1993), foi considerada de suma importância, na medida que os autores tiveram como objetivo sistematizar princípios e Direitos das Leis orgânicas de quatro das principais cidades do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte. Assim, eles buscaram compreender qual o significado da função social da cidade entre as diversas leis orgânicas analisadas e perceberam que uma das principais demandas do movimento nacional pela Reforma Urbana tem sido a necessidade das políticas urbanas incorporarem a questão da função social da cidade.

A concepção que norteou o trabalho, partiu do princípio de que a cidade somente poderá cumprir sua função social quando a justiça social e as condições de vida urbana dignas forem asseguradas pelos direitos urbanos. - Pergunto: Quais Direitos urbanos estão assegurados nas leis orgânicas das cidades analisadas? Segundo os autores, uma importante

modificação no ordenamento jurídico para as políticas urbanas, deu-se na Constituição de 1988, através de uma nova compreensão do direito de propriedade urbana. O direito está assegurado somente quando atende a uma função social, ele deixa de ser um direito individual subordinado ao direito civil de caráter privado: ocorre que o proprietário é subordinado às normas do direito público, que o obrigam a dar um uso social à sua propriedade. A propriedade urbana passa a ser regida pelas normas do direito urbanístico - o exercício do direito de propriedade deve estar condicionado à política urbana a ser executada no município.

Uma outra norma do direito urbanístico propõe a distribuição, com equidade, dos custos e benefícios dos investimentos públicos. Separa o direito de propriedade do solo, do direito de construir - o que é interpretado como um mecanismo de distribuição de renda fundiária - já que os benefícios dos investimentos públicos em infra-estrutura passam a ser cobrados pelo poder público que os recupera para a coletividade, reinvestindo-os em equipamentos e serviços públicos.

Assinalam o retorno da figura dos planos diretores, que nos anos 60/70 caracterizavam-se por aspectos autoritários que excluía a participação popular em projetos de cidade. Adquirindo uma nova perspectiva, eles devem dar concretude à função social da cidade e da propriedade urbana, permitindo aos movimentos e entidades comprometidos com os interesses populares sua utilização enquanto instrumentos fundamentais e legítimos da reforma urbana.

Afirmam que os instrumentos da política urbana nas leis orgânicas de maior importância são o direito aos relatórios de impacto ambiental e o direito de vinhança. Os relatórios de impacto devem estabelecer instrumentos que evitem a implantação de determinados empreendimentos que venham causar danos ou grande impacto ambiental. Citam projetos de construção em cidades onde surge a necessidade do relatório de impacto ambiental. O direito de vinhança garante aos proprietários e moradores do entorno ao empreendimento em questão, o direito de intervir no processo de aprovação de obras novas, para que tais projetos sejam condizentes com a legislação urbanística em vigor.

Dizem que a urbanização e regulamentação fundiária das áreas onde se encontram as favelas, cortiços, loteamentos clandestinos e irregulares e áreas de risco foram estabelecidas como uma importante diretriz da política urbana.

Citam, em específico, o alcance social da lei Orgânica de Porto Alegre que assegura o direito de moradia, através da concessão de direito real de uso aos ocupantes de área pública municipal que estejam nesta para fins de moradia desde janeiro de 1989.

Afirmam que o usucapião urbano assegura para quem ocupar uma área urbana de 250m², não pública, durante mais de cinco anos - sem contestação e para sua moradia ou de sua família - o direito de posse, desde que não seja proprietário de outra área, urbana ou rural. Falam da importância do usucapião urbano para a regularização fundiária e lembram que o desafio da intervenção na área habitacional é assumido, em partes, pelos municípios diante da grave realidade brasileira no tocante às políticas habitacionais, o que os fazem constatar que as Leis Orgânicas dos municípios em estudo estabeleceram, na sua maioria, capítulo próprio para a política habitacional.

Para finalizar, outro princípio observado pelos autores procura integrar a ação do poder público à iniciativa privada e, ao mesmo tempo, objetiva conseguir uma oferta de materiais básicos de construção ou promover incentivos para o setor privado elaborar projetos de infra-estrutura simplificada. Como exemplo, citam a Lei Orgânica de São Paulo que previu tal associação.

ANÁLISE CRÍTICA

Diante dos dados levantados e analisados, pode-se perceber a influência exercida pelo movimento pró-habitação de São Paulo frente aos outros movimentos espalhados pelo país, sobretudo a partir da gestão da prefeita Luiza Erundina (PT) 1989-1992. A experimentação ali realizada e o apoio participativo a auto-organização e gestão popular para a realização de mutirões habitacionais, certamente contribuiu para alargar para além das fronteiras estaduais um conjunto de conceitos que se definiram, com maior nitidez, na realização dos vários mutirões habitacionais que eclodiram, no período, em São Paulo.

Sobremaneira se concentra em São Paulo um conjunto de problemas típicos de uma metrópole demarcadamente heterogênea em seus mais variados aspectos populacionais, econômicos, sociais, culturais e políticos. Trata-se pois, de um universo dinâmico e em construção, mas que expõe com nitidez suas feridas, muitas delas crônicas e perenes, que sangram cotidianamente na paisagem da cidade. O contraste é o frenesi do absurdo.

É óbvio que em termos nacionais o absurdo é bem maior, todavia há que se considerar a concentração, numa única unidade federativa de tantos excluídos sociais. Os números revelam a dramaticidade do quadro:

Tabela 3

CIDADE DE SÃO PAULO	
Moradores de cortiços	3.000.000
Moradores de favelas	1.900.000
Residência sem condições de habitações	2.000.000
Trabalhadores desempregados	1.700.000
Déficit habitacional	1.000.000
População total	10.000.000

Fonte: Revista Habitar, nº 0, 1994.

É de salutar importância, nesta análise crítica, contrapor o trabalho realizado na gestão da Prefeita Luiza Erundina (PT) no setor habitacional, com o que está realizando seu sucessor, Prefeito Paulo Maluf (PPR) no mesmo setor.

A implementação da política habitacional na gestão Erundina alavancou inúmeros programas, envolvendo a construção de conjuntos habitacionais, urbanização de favelas e revitalização de cortiços. A marca principal do programa foi a autogestão de recursos públicos, por parte da população organizada em movimentos de moradia, associações comunitárias e/ou cooperativas habitacionais. A gestão Erundina mostrou que com uma gama variada de programas habitacionais, vinculados a uma política urbana mais ampla e uma visão que não confunde quantidade com falta de qualidade, foi possível desenvolver um leque de soluções diversificadas de Arquitetura, desenho urbano e tecnologias construtivas.

A incorporação da participação popular em todas as fases de formulação dos programas e projetos, num permanente processo de interlocução com os movimentos de moradia, pode-se implementar uma intervenção alternativa de produção habitacional e garantir, através de processos de gestão e construção não convencionais, como o mutirão autogestionário, um custo compatível com a habitação social. Esta foi a conclusão a que a equipe técnica de Luiza Erundina chegou.

Como exemplo de urbanização desenvolvido na gestão Erundina pode-se citar as experiências de urbanização realizadas nas favelas de N. Sra. Aparecida e Icarai. Estas experiências propuseram no cotidiano de cada comunidade uma percepção bem mais ampliada do seu poder de transformar a realidade que o oprime.

Já a política habitacional adotada pelo prefeito Paulo Maluf, de antemão, pretende resolver apenas 30% do problema habitacional favela. Num universo de 1500 favelas que compõe a cidade de São Paulo, o Projeto Cingapura, inspirado na verticalização das favelas da cidade-estado de Cingapura, na Ásia, prevê a substituição das 200 maiores favelas por prédios de apartamentos e outras soluções de urbanização.³ O Projeto Cingapura objetiva construir prédios de cinco andares, cada andar com quatro apartamentos de sala, dois quartos, banheiro, cozinha e área, no total de 42 metros quadrados. A prefeitura de São Paulo gastará US\$ 250 milhões (60% financiados pelo Banco Mundial) na implantação do projeto que vai atender 521 mil pessoas.

³ Revista Isto e nº 1330 - 29.3.95

O cotejo destas duas experiências, a da Erundina já realizada e a de Maluf em desenvolvimento, diante da conjuntura habitacional deficitária da cidade de São Paulo, permite perceber em que nível de amplitude estas experimentações propõe-se enquanto instrumentos de transformação social.

Enquanto na gestão Erundina o homem é visto como portador de capacidade para agir autonomamente e transformar sua realidade, na medida que, organizado coletivamente interfere no real buscando soluções para os problemas que afetam, não só a si mesmo, mas a todo coletivo: o homem na gestão Maluf é "passivo" e espera soluções para os seus problemas sociais básicos (como a construção de moradias, de saneamento básico e urbanização de um modo geral) advir de iniciativas tomadas pelo poder público.

O modo de perceber o homem, portanto, na gestão de um e de outro prefeito, caracteriza visões de mundo significativamente diferentes. O que está em jogo, na verdade, é a própria constituição da cidadania. Desta forma, o entendimento de que a humanidade se desenvolve, com o processo educativo para a cidadania e com processo político em todos os seus aspectos andando par o passo, é peculiar na filosofia implementada pela gestão Erundiana, o que se contrapõe com nitidez à gestão Maluf, já que este age com intenção anunciada de obter dividendos políticos futuros, com práticas clientelistas na utilização dos recursos públicos.

Diante de visões de mundo tão diferentes e, ao mesmo tempo, diante do fato da gestão Luiza Erundina ter precedido a atual gestão da prefeitura de São Paulo, e ainda, conhecendo a tradição dos políticos brasileiros, que não terminam as obras iniciadas no governo anterior, torna-se necessário trazer às claras a situação da HABI (Superintendência de Habitação Popular da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano), órgão responsável pela implantação das experiências autogestionárias na administração municipal de Erundina, através de seu ex-superintendente Nabil Bonduki.

Segundo Bonduki, a HABI estava com todas as regionais instaladas, o que era de suma importância na medida que eram elas que faziam a relação com os movimentos, tinham diretrizes traçadas para todos programas, estavam com pouquíssima ou quase nenhuma dívida, os recursos dos FUNAPS (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal) encontravam-se liberados para quase todos os municípios. Portanto, eles tinham um período para trabalhar até que a nova administração tomasse o pé da situação

para dar continuidade ao trabalho. Nada iria parar. Os contratos de financiamento estavam aprovados e sendo feitos o que era, ainda segundo Bonduki, uma questão importantíssima - iam redundar numa carteira de financiamento significativa. Tinha-se contrato de prestação de serviço em vigor, portanto com uma estrutura de funcionamento acontecendo, ou seja, a HABI estava organizada com um projeto de avaliação em andamento que daria, inclusive, se levado adiante, condições para avaliar os programas e, eventualmente, redirecionar alguns.

Mesmo diante da situação favorável da HABI, a gestão Maluf sucumbiu aos projetos autogestionários de várias comunidades que aguardavam, no final da gestão Erundina, ser contempladas com apoio técnico e orçamentário por parte da HABI e, além disso, cortou as verbas para a construção, em regime de mutirão, de mais de dez mil unidades habitacionais nas favelas.

O Projeto Cingapura, na verdade, é uma tentativa de montar um grande cartão de apresentação da face social do malufismo, que somente foi despertado agora, depois que seu governo sucedeu a gestão popular de Luiza Erundina. O que nos faz pensar que uma atitude negligente, face ao problema habitacional paulistano, seria de uma insensibilidade tamanha diante da experiência acumulada que o movimento pró-habitação tem em São Paulo. De qualquer maneira, jamais Maluf assumiria uma política habitacional densamente descentralizada como a que ele herdou de Erundina. Mesmo tentando dar uma nova maquiada na sua imagem com este Projeto Cingapura, não se pode esquecer seu passado autoritário ligado à ditadura militar, quando na ocasião foi inclusive Governador biônico.

De qualquer forma, O Projeto Cingapura despertou interesse, por um lado, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que já enviou quatro missões a São Paulo e está próximo de liberar um empréstimo de US\$ 150 milhões para seu prosseguimento e, por outro, do Governo do Rio de Janeiro que, através de sua secretária estadual de Habitação, Aparecida Gama, visitou em São Paulo alguns blocos que estavam sendo inaugurados na favela Água Branca. Segundo Aparecida Gama, o programa habitacional do governador Marcello Alencar pretende construir 100.000 casas populares nos próximos quatro anos. No dizer da secretária "É melhor imitar o que está dando certo do que ficar inventando"⁴, segundo ela "Esse projeto poderia ser uma solução na Rocinha e na

⁴ Jornal do Brasil - 16/03/1995

Baixada Fluminense"⁵. Ela gostou de ver que os moradores não são removidos para regiões distantes.

Para finalizar, é importante dizer que a autogestão, enquanto política pública, (implementada na gestão Frundina) propiciou uma nova parceria Estado - sociedade civil que valorizou a descentralização de recursos públicos, incidindo na questão mais abrangente da partilha do poder e da responsabilidade na gestão da coisa pública. Neste sentido, permitiu apontar de que forma é possível ao Estado tornar pública uma esfera estatal de produção de uma política social de habitação dirigida à população de baixa renda.

Portanto, negligenciar tal experiência, como querem Maluf na prefeitura de São Paulo e Alencar no Governo do Estado do Rio de Janeiro, é simplesmente desconsiderar o caminho para a verdadeira solução do Problema habitacional, que afeta milhões de pessoas nos dois Estados mais ricos do país. Tanto a prefeitura de São Paulo, quanto o governo do Estado do Rio de Janeiro poderiam servir de exemplo para alavancar em todo o país esta forma de conceber o verdadeiro cidadão brasileiro.

⁵ idem

RELATÓRIO

TRABALHO DE CAMPO - BRASÍLIA (26 A 28 DE JULHO DE 95)

**Projeto: "Novas tecnologias de Informação e Comunicação no espaço
Metropolitano: a Questão da saúde e do trabalho"**

Orientadora: Ana Clara Torres Ribeiro

Sociólogo: Henrique da Silveira Souza

Dia 26 de julho de 95

Visita ao Ministério das Comunicações

**1º- Assessoria de Comunicação Social
Sr. Heide Moraes - tel. (061) 218-6162**

**2º- Secretaria de Rádio e frequências
Sr. Lourenço Chehab (Secretário) tel. (061) 224-4564**

**3º- Secretária de Serviços de comunicação
Sr. Emmanuel Zucarini (encontrava-se de férias)**

**4º- Secretaria de Fiscalização e Outorga
Sr. Francisco Gouveia (Secretário)**

**Departamento de Outorgas em Radiodifusão
Dra. Esmeralda Tel. (061) 218-6828**

**5º- Secretaria de Assunto Administrativo
(Coordenação Geral de Modernização e Informática)
Sr. Francisco Eduardo de Oliveira Moraes tel. (061) 225-6274
fax: (061)226-2122**

MATERIAL LEVANTADO

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Quadro Demonstrativo dos Serviços de Radiofusão, correlatos e especiais / COT
Três quadros: 31/12/93; 31/12/94 e 31/05/95

SECRETARIA DE RÁDIO E FREQUÊNCIAS

*** Normas de Atribuições no Brasil N - 006/90 Edição de 1993**

*** Espectro de Frequências**

A utilização e as atribuições no Brasil das faixas VHF, UHF e SHF no ar e a canalização da TV por Assinatura a Cabo (1991 - 1995)

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E OUTORGA

DEPARTAMENTO DE OUTORGAS

- * **Rádiodifusão - Pedido de Outorgas para pessoa jurídica de direito público interno ou entidade por ela instituída.**
- * **Rádiodifusão exclusivamente educativa**
- * **Decreto Nº 81.600 de 25 de abr 78 - Regulamento dos serviços especiais de repetição e de retransmissão**
- * **Lei Nº 4.117, de 27/08/62 (Código brasileiro de telecomunicações)**
- * **Regulamento dos serviços de radiodifusão - Decreto nº 52.795, de 31 out. 63 D.O.U. 12/11/63 (Texto atualizado)**
- * **Quadro demonstrativo dos serviços de radiodifusão, correlatos e especiais**
- * **Normas de atribuições de faixas de frequências no Brasil. N - 006/90 - edição 93**

SECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

COORDENAÇÃO DE MODERNIZAÇÃO E INFORMÁTICA

* Esta coordenação me informou que a instalação do Sistema Rede Metropolitana de Alta Velocidade (REMAV) partiu de um trabalho conjunto do SAF (Secretaria de Administração Federal) com a empresa de telecomunicações do Distrito Federal (Telebrasília), e que o mesmo, previu a instalação de uma rede de fibras óticas no Distrito Federal e desenvolveu especificamente para a administração pública, a interligação entre o Planalto, os ministérios, o congresso Nacional, o Superior Tribunal de Justiça e o Serviço de Processamentos de dados. Informou-me ainda, que a Telebrás se baseou neste projeto para Traçar o plano nacional de implantação de fibra ótica que foi denominado como Rede nacional de alta velocidade (RENAV). Para obter maiores informações sobre a REMAV torna-se necessário visitar a Telebrasília e contactar o senhor Francisco Eugênio cujo telefone é (061) 105-2135. Não pude contactá-lo porque ele se encontrava de férias.

DIA 27 DE JULHO DE 1995

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E OUTORGAS

Dr. Francisco Gouveia

Venho, através desta, solicitar a V. S^o. informações referentes as concessões de rádio e televisão outorgadas pelo Ministério das Comunicações durante os anos oitenta e até os dias de hoje.

Interessa que conste na listagem o número de concessões, verificadas na época, e suas correspondentes redes de atuações, atentando para a evolução das concessões de rádio e televisão e mencionando a razão social e jurídica dos proprietários e o endereço de suas respectivas sedes.

Solicito também, a gentileza de constar nas informações, o número de empresas privadas e o número de empresas públicas que atuam no setor de telefonia no território brasileiro.

Sem mais, certo de seu pronto atendimento, sub-escrevo-lhe atentamente.

Este requerimento foi entregue ao departamento de Outorgas, aos cuidados da doutora Esmeralda, que se comprometeu enviar a documentação via malote para a Delegacia das Comunicações do Estado do Rio de Janeiro situada na Avenida Rio Branco nº 135, 13º andar, cep 20040-006 - tel. (021) 221-9056 ou 224-8221, aos cuidados da Dra Elizabeth.

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E OUTORGAS

DEPARTAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES

MATERIAL LEVANTADO

- * Relatório da Tabela de Modalidade de Serviços
- * Estatística de Entidades e Estações por modalidade de serviço **Consolidado do Brasil**
- * Estatística de Entidade e Estações por modalidade de serviços **Por Estado**
- * Informativo - Teletexto 95 - O evento das Telecomunicações - Mensagem do Ministro das Comunicações.
- * Revista - 5º Congresso Internacional de Telecomunicações e teleinformática & 5º Feira Internacional de Telecomunicações e teleinformática
- * Engenharia de Televisão (órgão oficial da sociedade brasileira de engenharia de Tv - ano V - nº 21, julho de 1994.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(Sr. Amaldo tel. (061) 318-6906 e 318-6908

MATERIAL LEVANTADO

Relação dos projetos sobre Comunicação que estão tramitando na Câmara dos Deputados de janeiro a julho deste ano.

DIA 28 DE JULHO DE 1995

TELEBRÁS

NETWORK EVOLUTION DIVISION

(Eng.º Aldo Tadeu Arruda Malinverni - tel. (061) 215-2874 / 2494 e fax (061) 215-2964)

Solicitei ao engenheiro Aldo, uma cópia do Plano de Evolução da Rede Nacional de Telecomunicações logo que tomei conhecimento. Ele me informou contudo, que este plano está em via de ser reproduzido graficamente e que se encontra na atualidade sendo analisado pelo novo Chefe da divisão sr. Antonio Carlos Valente da Silva, ele me garantiu no entanto, que assim que o documento ficar pronto me envia uma cópia pelo correio.

A importância de ter acesso a este plano está no fato dele traçar o perfil da atual situação que se encontra o Brasil em termos de infraestrutura de telecomunicações e, ainda, projetar expectativas de novos serviços com a implantação da Rede Nacional de Alta Velocidade.

O Engenheiro Aldo me informou, que a implantação da Rede Nacional de alta velocidade está em licitação e que seu provável funcionamento está previsto para 1996/1997.

DEPARTAMENTO DE ESTUDO DE MERCADO

(Sr Vicente tel. - (061) 215-2141)

Sr. Vicente me informou que o número de telefone instalados no Brasil esta na faixa 12.752.495 unidades (Números de Julho de 95). Falou que existe além da telebrás quatro outras empresas que operam no ramo, sendo três delas de propriedade municipal e uma privada. Os Números abaixo são de apenas duas delas: a do Sistema Telebrás (STB) e a da CRT que é de propriedade da Prefeitura da Cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul.

DEZEMBRO DE 94

Terminal convencional

STB	11.292.542
CRT (RS)	636.115

Terminais de serviço móveis (celular)

STB 629.005
CRT (RS) 42.459

JULHO DE 95

TERMINAL CONVENCIONAL

STB 12.752.495
CRT (RS) 664.513

Terminais de serviço Móveis (celular)

STB 1.089.630
CRT (RS) 57.500

Telefone de uso público

TP (Telefone Público)
PS (Posto de Serviço)

DEZEMBRO DE 94

TP - STB 343.670
CRT (RS) 16.444

DIRETORIA DE COORDENAÇÃO DE OPERAÇÕES E SERVIÇOS

ASSESSOR DO DIRETOR (ENG.º João Mello da Silva)

Material levantado

* Recommendations to the European Council
Europe and the global information society
Members of the High-level Group on the Information Society

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO COMERCIAL

Dra. Helena Anicet Fischer
tel.: (061) 215-2366, fax (061) 215-2754 e Telex 061-2073

MATERIAL LEVANTADO

Quatro quadros:

1º- Informaciones basicas - Brasil

2º- Sistema de Telecomunicaciones

3º- Telecomunicaciones en Brasil

4º- Localidades con telecomunicaciones

* Telecentro (Serviços e suporte em telecomunicações e informática)

Observação: Dra. Helena estava compromissada com uma reunião onde se trataria detalhes da implantação do projeto "Telemedicina no Estado de Rondônia." Afirmou que este projeto já tinha tido uma experiência positiva. Indicou o contato do Coronel Araujo do Ministério do Exército (061) 315-6616 para saber melhores informações, porque foi na região comandada por ele, na Amazônia, que foi implantado a primeira experiência.

(Eng.º Fábio Diniz de Souza - tel. (061) 215-2845 e fax. (061) 215-2754)

O Engenheiro Fábio colaborou com as informações citadas acima e me conduziu até a sala do Vice-presidente da Telebrás, onde pude solicitar o anuário da empresa. Este, por sua vez, se mostrou acessível a nos fornecer esta informação deste que solicitado formalmente em seu nome.

Vice-Presidente da Telebrás

Dr. Joost Van Darme

SAS Q.6 Bl.E 9º andar

Henrique da Silveira Souza

RELATÓRIO

PROJETO: Novas tecnologias no espaço metropolitano : questões da saúde e do trabalho.

Orientadora : Ana Clara Torres Ribeiro.

Trabalho realizado por Rita de Cassia da Silva(bolsista de aperfeiçoamento).

**LEVANTAMENTO PARCIAL DE ARTIGOS JORNAIS DO ARQUIVO DA
DA PESQUISA.
TEMA CENTRAL : REORGANIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA.**

novembro, 1995

Art_tab1

09-nov-95

ID: 1

Artigo: Estatais podem demitir mais 50

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 28/05/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Empresas estatais, salários, demissão, ilegalidade

Autor: Flora Holzaman

ID: 2

Artigo: "O sonhos de Eliezer e Conceição"

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 29/05/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Telemática, planejamento, energia, desenvolvime

Autor: Corionlano Galto

ID: 3

Artigo: "Processo de liquidação do BNCC chega ao fim".

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 29/05/94

Tema: Reorganização da esfera publica

Palavras_Chaves: Empréstimo, extinção de entidades, demissões.

Autor:

Art_tab1

09-nov-95

ID: 4

Artigo: "O futuro do Plano"

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 31/05/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Plano econômico (Plano FHC/REAL), inflação

Autor: Edward J. Amadeo

ID: 5

Artigo: "O Brasil pós-revisão"

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 19/06/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Revisão constitucional, governabilidade

Autor:

ID: 6

Artigo: "Prevenção e reeleição"

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 19/06/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Reeleição, Revisão Constitucional, mandato presi

Autor:

Art_tab1

09-nov-95

ID: 7

Artigo: "Tamanho do Estado"

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 26/06/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Privatização, patrimonio publico.

Autor: Barbosa Lima Sobrinho

ID: 8

Artigo: "Governo enquadra 18 estatais"

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 18/06/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: empresas estatais, investimentos, orçamento.

Autor: Arnildo Schltz

ID: 9

Artigo: "O governo Collorido troca a cultura de broa de m

Fonte: Folha de São Paulo

Data: 09/06/90

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Cultura, eventos culturais

Autor: Sérgio Augusto

Art_tab1

09-nov-95

ID: 10

Artigo: " Dinheiro em caixa faz empresa abandonar auster

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 03/06/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Plano economico (Collor), questões estruturais, m

Autor: Nilton Horita

ID: 12

Artigo: "As ancoras do real"

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 02/07/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Plano Cavallo (argentino), estabilização econômica

Autor: Dionisio Dias Carneiro

ID: 13

Artigo: "leilão do Lloyd continuará segunda".

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 30/07/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Privatização da empresa

Autor:

Art_tab1

09-nov-95

ID: 14

Artigo: "A construção da democracia".

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 13/09/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Campanha eleitoral, democracia, ética e cidadania

Autor: Gilberto Velho

ID: 15

Artigo: "Defictes potencias .

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 14/09/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Plano real, Reforma fiscal, reformas institucionais

Autor: Paulo R. Haddad

ID: 16

Artigo: "Receita investiga estatal privatizada"

Fonte: Correio Braziliense

Data: 14/09/94

Tema: Reorganização da esfera Pública

Palavras_Chaves: Privatização, situação fiscal das empresas e impos

Autor: Maisa Moura

Art_tab1

09-nov-95

ID: 17

Artigo: A nova Câmara".

Fonte: Correio Braziliense

Data: 14/09/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Partido político, Câmara dos deputados

Autor: Frankin Martins .

ID: 18

Artigo: " Saindo da Crise".

Fonte: Jorna do Brasil

Data: 03/08/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: estabilidade, Reforma fiscal, déficit público, crise

Autor: Hélio Jaguaribe

ID: 19

Artigo: "É preciso destruir o Estado Novo

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 14/08/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Getulismo, Estado Novo, Golpe de 64, eleição pre

Autor: Mauricio dias

U.F.R.J.
BIBLIOTECA
U.D.P. U.R.

Art_tab1

09-nov-95

ID: 20

Artigo: "Cairo : À procura de soluções Globais".

Fonte: Correio Braziliense

Data: 14/09/94

Tema: Reorganização da esfera públicas

Palavras_Chaves: Desenvolvimento políticas demograficas, progress

Autor: Antonio Kandir

ID: 21

Artigo: " O Brasil Real"

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 01/07/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Plano econônmico, nova meda-real, estabilidade

Autor:

ID: 22

Artigo: "O Brasil pós-revião"

Fonte: jornal do Brasil

Data: 16/06/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Revisão constituciona, assémbleia constituinte, go

Autor: Pedro Simon

Art_tab1

09-nov-95

ID: 23

Artigo: "A vez do Estado"

Fonte: Folha de São Paulo

Data: 20/11/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: impostos, exportações, ICMS

Autor:

ID: 24

Artigo: "São Paulo falido tem dívida de US\$ milhões"

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 09/10/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Receita insuficiente, dívida com empreiteiras, defi

Autor:

ID: 25

Artigo: "Disputa de poder na Receita ameaça reforma"

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 04/12/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Reforma tributária, receita federal

Autor:

Art_tab1

09-nov-95

ID: 26

Artigo: "O Estado não pode ser o senhor de tudo"

Fonte: O GLOBO

Data: 18/09/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Privatização, reforma constitucional, segurança.

Autor: Roberto Campos

ID: 27

Artigo: "FHC/JK : Planos e metas"

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 20/09/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Crise do setor público, reforma fiscal, turismo, em

Autor: Celso Lafer

ID: 28

Artigo: "Bacha propõe mudanças já na Constituição"

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 20/09/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Revisão constitucional, previdência, privatização.

Autor: Bacha

Art_tab1

09-nov-95

ID: 29

Artigo: "Estatais não terão ganho real"

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 16/07/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Reajuste salarial, política monetária, empresas est

Autor:

ID: 30

Artigo: "Bittar planeja descentralizar administração".

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 06/07/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: verbas-setor público, descentralização, economia c

Autor: Otávio Guedes

ID: 31

Artigo: "Vão-se os anões, mas a arsa continua".

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 26/06/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: CPI, Comissão de orçamento, o Congresso

Autor: Milton Abrucio Jr.

Art_tab1

09-nov-95

ID: 32

Artigo: "Campus da UERJ dá impulso a educação em NTI

Fonte: Jornal de Hoje

Data: 11/09/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Educação, desenvolvimento, produção do conheci

Autor:

ID: 33

Artigo: "Ciro descarta reforma ainda em 1994."

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 11/09/94

Tema: reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: reorma tributária, impostos, empresas, altas taxas d

Autor:

ID: 34

Artigo: "Ciro vai retomar processos de privatização".

Fonte: Estado de São Paulo

Data: 07/09/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Privatização, setor petroquímico

Autor:

Art_tab1

09-nov-95

ID: 35

Artigo: "Economia mundial não tem receita única".

Fonte: Folha de São Paulo

Data: 11/09/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Recuperação economica internacional, politica fis

Autor:

ID: 36

Artigo: "Senado banca minimo de R\$100 ; militares não p

Fonte: O DIA

Data: 20/01/95

Tema: Reorganização da Esfera pública

Palavras_Chaves: Reajuste salarial, previdência, trabalhadores autô

Autor:

ID: 37

Artigo: "Vale tudo na assembléia Legislativa do Rio".

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 18/09/95

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: ALerj, denuncias, cpis, gastos saúde e a recita trib

Autor:

Art_tab1

09-nov-95

ID: 38

Artigo: "Estudo revela poder da religião sobre o voto".

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 04/12/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Eleição, crença, marketing eleitoral, religião.

Autor:

ID: 39

Artigo: "Ministro manda fechar bingo irregular".

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 16/05/95

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Irregularidade, CPI, Sonegação, legislação.

Autor:

ID: 40

Artigo: "Para professor, nova lei é inconstitucional".

Fonte: Folha de São Paulo

Data: 04/09/94

Tema: Reorganização da esfera pública.

Palavras_Chaves: OAB (Ordem dos advogados do Brasil), estatuto,

Autor:

Art_tab1

09-nov-95

ID: 41

Artigo: "O Brasil do real e os acordos do Gatt."

Fonte: Folha de São Paulo

Data: 28/08/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: acordo, reforma do sistema economico internacion

Autor:

ID: 42

Artigo: "Modernidade a vista".

Fonte: Folha de São Paulo

Data: 24/05/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Novas ormas de representações, eleições, relação

Autor:

ID: 43

Artigo: "Uma questão de soberania".

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 05/09/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Soberania nacional, grandes empresas, privatizaçã

Autor:

Art_tab1

09-nov-95

ID: 44

Artigo: "Ministros tentam salvar privatização"

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 01/09/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Privatização, empresas do setor petroquímico, sus

Autor:

ID: 45

Artigo: "Governo expande Açominas para ganhar mais c

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 03/06/90

Tema: Reorganização da esfera pública.

Palavras_Chaves: privatização, utilização de recursos públicos, reor

Autor:

ID: 46

Artigo: "Recupero "ataca estatais" irre recuperáveis.

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 01/06/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Planos economicos, privatizações. aposentadoria,

Autor:

Art_tab1

09-nov-95

ID: 47

Artigo: "As 19 leis que mudaram o governo e a economia

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 16/04/90

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Medida provisória, impostos; reforma administrativ

Autor:

ID: 48

Artigo: 'desregulamentação tenta acabar co os cartórios".

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 03/06/90

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Desregulamentação, clientelismo, política para abe

Autor:

ID: 49

Artigo: "O Governo e a Economia".

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 16/04/95

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Reorma administrativa, funcionalismo, mordomia

Autor:

Art_tab1

09-nov-95

ID: 50

Artigo: "Público e Privado " .

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 09/09/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Plano Real, estabilidade, recursos públicos, leilões

Autor:

ID: 51

Artigo: "Sinais trocados".

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 01/09/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Leilões, privatização, plano de estabilidade, empr

Autor:

ID: 52

Artigo: "Odebrecht pagou 42% da campanha do PT

Fonte: Folha de São Paulo

Data: 02/12/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: campanha e gastos eleitorais

Autor: Cláudia Trevian

Art_tab1

09-nov-95

ID: 53

Artigo: "Sentimento constitucional".

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 01/09/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Constituição, resgate, permanência e existência da

Autor:

ID: 54

Artigo: "Flores quer "arapongas" nos ministérios"

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 27/05/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: rede de informação combate à corrupção, discurs

Autor:

ID: 55

Artigo: Itamar impões limites ao BNDES"

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 31/05/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Empresa públicas; BNDES;

Autor:

Art_tab1

09-nov-95

ID: 56

Artigo: "Pt invade hoje reduto brizolista".

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 01/06/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Campanha política; reorganização da saúde,

Autor:

ID: 57

Artigo: "A agonia bate à porta dos institutos."

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 24/05/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: crise do setor público; alta de recursos; baixos salá

Autor:

ID: 58

Artigo: "Ponto final na revisão".

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 05/06/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Revisão constitucional

Autor: Barbosa Lima Sobrinho

Art_tab1

09-nov-95

ID: 59

Artigo: "Fundos e Privatização".

Fonte: O GLOBO

Data: 23/02/95

Tema: rEORGANReorganização da eser

Palavras_Chaves: Fundos de pensão; Privatização

Autor: José Valdir R. dos Reis

ID: 60

Artigo: "salário e emprego estão piores do que nos planos

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 04/12/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Salário; emprego; Plano real

Autor: Cristina Alves

ID: 61

Artigo: "Pronto para outra batalha".

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 01/06/94

Tema: Reorganização da esfera pública

Palavras_Chaves: Previdência privada; saúde privada; revisão consti

Autor: Carlos E. M. ferreira

RELATÓRIO

PROJETO: Novas tecnologias no espaço metropolitano : questões da saúde e do trabalho.

Orientadora : Ana Clara Torres Ribeiro.

Trabalho realizado por Rita de Cassia da Silva(bolsista de aperfeiçoamento).

ANÁLISE DOS TEMAS DA TABELA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.

novembro, 1995

ANÁLISE DOS TEMAS DA TABELA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988.

: I- INTRODUÇÃO

A Nova Constituição de 1988 apresentava 245 artigos e mais 70 Disposições Transitórias, e demonstrava, claramente, a correlação de forças da sociedade brasileira no momento.

Com avanços, ao lado de posições conservadoras, a Constituição de 1988 reflete conflitos sociais ainda fortes, oriundos do processo de modernização do país, e reflete o nível de organização das forças sociais. Há progresso em questões político-institucionais, por exemplo em relação à defesa do regime democrático e aos direitos civis; mas não em questões econômicas e sociais, como a reforma agrária, que o texto constitucional praticamente impede. Os grandes proprietários rurais, que tinham muita influência na Assembleia Constituinte, conseguiram frear as emendas sobre a política agrária propostas pelos partidos de esquerda. Pela Constituição, o governo só pode desapropriar os grandes latifúndios que não estejam sendo utilizados de forma produtiva. As propriedades que estejam produzindo regularmente preservando o meio ambiente e pagando a seus empregados os direitos trabalhistas, assim como as médias e pequenas propriedades não podem ser desapropriadas. Os proprietários serão indenizados por título da dívida agrária pagáveis em vinte anos, este é um documento pago aos proprietários rurais desapropriados e garantido pelo Tesouro Nacional. Essa definição de terra produtiva limitou muito a extensão das terras que poderiam ser utilizadas para reforma agrária, pois o tamanho máximo de uma propriedade não foi considerado critério válido para efeito de desapropriação.

A Constituição de 1988 promove, mudanças importantes no que se refere à política urbana e o governo Municipal. Alguns dispositivos têm relação direta com a questão urbana, como capítulo II da política urbana artigos 182 e 183, outros, embora não explicitadamente relacionados, deverão provocar rearranjos na gestão urbanas, tais como descentralização, a

participação popular, a reforma tributária e as competências estabelecidas para os Municípios, os Estados e a União.(SOUZA,1989)

O Município passa, a partir da constituição de 1988 a ser parte integrante da Federação, participando do pacto federativo. Outra novidade promovida pela Constituição é a capacidade de cada Município elaborar a sua própria lei orgânica.

Outro avanço importante para política urbana, foi a instituição da usucapião para área de até 250m² após cinco anos de posse sem oposição (art.183), podendo regularizar a ocupação dita ilegal da terra urbana.. E também a exigência constitucional relativa à obrigatoriedade de planos diretores para cidades com mais de 20.000 habitantes.Esta exigência, além, de apagar as profundas diferenças que caracterizam a rede urbana brasileira, impôs novas e surpreendentes obrigações à participação social nas questões urbanas (RIBEIRO,1993).

A Carta de 1988 apresenta algumas fraquezas, pois para tornar-se efetiva , na prática, depende ainda de uma demorada e complicada regulamentação pelo Congresso Nacional. Enquanto as leis complementares não puserem para funcionar plenamente a Nova Constituição, sua eficácia como instrumento de modernização, de modernidade e democratização continuara sendo reduzido.

II- ORGANIZAÇÃO DA TABELA DA CONSTITUIÇÃO -1988.

A tabela da Constituição da República de 1988 foi organizada em torno de nove temas, relacionados com as questões da pesquisa "Novas Tecnologias no Espaço Metropolitano; Questões da saúde e do trabalho". Os nove temas são: Comunicação, Trabalho, Organização Política, Ciência e Tecnologia, Saúde, Previdência, Planejamento Urbano, Integração Social e Pequenas Empresas.

Finalidade da Tabela:

Sua finalidade é facilitar a consulta dos títulos, capítulos, incisos, parágrafos e alíneas da Constituição, referente temas de interesse específico da pesquisa atendendo a interesses inclusive didáticos. Trata-se ainda de um trabalho indispensável ao acompanhamento das Reformas Constitucionais em curso (1994/1995).

III- RESUMO DOS TEMAS:

Tema - **Comunicação** (Fenômeno da Comunicação, grupos, indivíduos, investimentos na área da comunicação) . No âmbito da Pesquisa: Imagem e tecnologia apresenta inovações técnicas e culturais associado aos recursos oferecido pelas NTIC.

A Constituição apresenta 11 capítulos e Disposições Gerais sobre o setor a Comunicação. Pela Constituição de 1988, os cidadãos têm direito de acesso a qualquer informação existente a seu respeito nos órgãos governamentais (Habeas data), o que permitiu a consulta dos arquivos do período da repressão política. Assim Foi suspensa a censura prévia nos órgãos de informação.

também as entidades de classe, os sindicatos e os partidos político que tenham representantes no Congresso podem empetrar mandatos de segurança coletiva contra as arbitrariedades e abusos do governo.

Tema: Trabalho

A Constituição de 1988 apresenta 11 capítulos e mais Disposições gerais sobre o tema Trabalho. No âmbito da pesquisa : Reprodução em contexto urbano metropolitano o tema trabalho apresenta posicionamento de análise especializada, propostas governamentais e reivindicações de categorias de trabalhadores.

De acordo com o artigo 22 (Capítulo II - Da União) , compete privativamente à União legislar sobre:

* I - O direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

* XVI - A organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

Segundo a Constituição é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelece (art. 5 inciso XII). A Sessão V- Art. 111 ao 117 do capítulo III- Poder Judiciário trata, especialmente, dos Tribunais e Juizes do Trabalho

De acordo com artigo 111, são órgão da Justiça do Trabalho: O Tribunal Superior do Trabalho; os Tribunais Regionais do Trabalho; as Juntas de Conciliação e Julgamento.

O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte sete Ministros, sendo dezessete togados e vitalícios, e dez classistas temporário, com representação partidária dos trabalhadores e empregadores (parágrafo 1º Art. 111)

Haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada estado e no distrito Federal. (Art.112).

Segundo o artigo 114, compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregados.

A Junta de Conciliação e Julgamento será composta de um juiz do trabalho, que presidirá, e dois juizes classistas temporários, representantes dos empregados e dos empregadores (Art.116)

Tema : Saúde

Em relação à saúde, nove capítulos tratam deste assunto. Resaltamos o Título VIII da ordem social que apresenta 5 artigos (196, 197,198,199,200) sobre saúde:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, mediante políticas sociais e economicas que visem a redução dos riscos de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.(art.196).

O artigo 198 trata do SUS- Sistema Unico de Saúde, financiado com recursos do orçamento da Seguridade Social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Unico de Saúde, tendo preferência as entidades sem fins lucrativos.(art. 199).Compete também ao SUS controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos imunobiológicos e ordenação da formação de recursos na área de saúde. (art.200).

Todo artigo 225 da Constituição trata do meio ambiente e também da saúde visto que para uma sádia qualidade de vida é importante a existência de um ambiente ecologicamente equilibrado.

Tema : **Pequenas Empresas.** No que se refere a pesquisa : Trabalho e inovação tecnológica busca retratar as formas de atuação , articulação entre setores economicos,atividades e estratégias de ampliação.

Apenas quatro capítulo e Disposições Gerais da Constituição tratam da Pequenas empresas. Em relação a pequena empresa a Constituição de 1988 coloca que:

União, os Estados, os Distrito federal e os Municípios dispensarão as microempresas e as empresas de pequeno porte ,assim definidas em lei, tratamento juridico diferenciado, visando a incentiva-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e crediticias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei (art. 179).

Tema : **Integração Social.** No ambito da pesquisa; modernização e exclusão ,avalia fatores da marginalização, dscriminação dos setores desfavorecidos.

Apenas seis capítulos e Disposições constitucionais gerais tratam da Integração social.

Segundo o artigo 23 é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios combater as causa da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos. Também é exclusivamente competência da União instituir contribuições sociais, de intervenção e domínio e de interesse das categorias profissionais ou economica..

Tema : **Previdência**. No âmbito da pesquisa: modernização e exclusão (trabalho e saúde), avalia a incorporação na reorganização da esfera pública, previdência privada, fundos, discursos e propostas.

Em relação a Previdência, oitos Capítulos da Constituição tratam desse assunto, entre eles temos:

Artigo 24- Compete à União ,aos Estados e ao Distrito Federal legislar corretamente sobre a previdência social, proteção e defesa da saúde. É de competência privativa da União legislar sobre a seguridade social.

O capítulo II da Seguridade Social- (seção III) trata, exclusivamente da Previdencia.Social. No artigo 201, fica claro que os planos da previdência, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, a :

I - Cobertura dos eventos de doença, invalidez ,morte, incluindo os resultantes de acidente de trabalho, velhice e reclusão.

II - Ajudar a manutenção dos dependentes de segurados de baixa renda.

III -Proteção à maternidade, especialmente à gestante.

IV - Proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.

V- Pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, obedecido o disposto no parágrafo 5 e no art. 202

Qualquer pessoa poderá participar dos beneficios da Previdência Social, mediante contribuição na forma dos planos previdenciarios.

Tema: **Organização política.** No âmbito da pesquisa, reivindicação e participação, a organização política analisa a associação empresarias do setor, persona e presença na esfera pública.

A Constituição apresenta 18 capítulos e Disposições Gerais sobre organização política. Todo o capítulo IV dos Direitos políticos volta-se para este tema

No âmbito político, a Constituição de 1988 valorizou o poder Legislativo, que teve as funções ampliadas, podendo controlar as ações do governo inclusive em questões económicas, o que era vetado na Constituição do regime militar.

Os funcionários públicos, salvo os de cargos de confiança, só pode ser escolhidos através de concurso público.

É mantida o sistema presidencialista, sendo o presidente eleito de forma direta com mandado de cinco anos, desde que alcance a maioria absoluta dos votos.

Tema: Planejamento Urbano. No âmbito da pesquisa; Análise do espaço urbano-metropolitano e participação social. Analisa as alterações na materialidade expressiva de segregação social e da implantação seletiva NTIC.

Segundo a tabela da Constituição, seis capítulos da Constituição e mais Disposições Gerais tratam deste tema.

É competência da União, Estado, Distrito Federal e Municípios promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. (Art.21 inciso XX).

A Carta de 1988 criou um capítulo específico que trata da Política Urbana Urbana. É o Capítulo II Arts. 182 e 183.

“A incorporação pela constituição de 1988, de um capítulo específico sobre a política urbana (Arts 182 e 183) é um ganho, embora limitado, para aqueles que sempre militaram a favor do reconhecimento formal do fato urbano num país cuja urbanização processou rapidamente. A inovação constitucional representa, assim, o reconhecimento de que existe uma questão urbana no Brasil” (SOUZA,1989)

Segundo o artigo 182, a política de desenvolvimento urbano, executado pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

* O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da expressa no plano diretor (parágrafos 1 ° e 2 °)

A instituição da Usucapião para área de até 250 m² após cinco anos de posse sem oposição, prevista no artigo 183, é um avanço importante para política urbana, podendo

regularizar a ocupação da terra urbana. A usucapião não se aplica às terras de propriedade do Poder Público, mantendo-se para essa, o direito real de uso.

Tema: Ciência e Tecnologia. No âmbito da pesquisa: modernização e metrópole, temos as inovações técnicas de informação e comunicação associada aos recursos da metrópole.

Segundo o artigo 5º inciso XXIX, a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, a propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

A Constituição de 1988 apresenta um capítulo que trata especialmente da Ciência e tecnologia ver os artigos 218, 219, capítulo IV.

Segundo o artigo 218 o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, pesquisa e a capacitação tecnológicas.

* A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências. o Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho. (parágrafo 1º e 3º).

De acordo com o Art. 219, o mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socio econômico, o bem-estar da população e autonomia tecnológica do país, nos termos da lei federal.

- U. R. A. -
BIBLIOTECA
E. I. P. U. R. -

BIBLIOGRAFIA:

FERNANDES, Florestan - A constituição inacabada. São Paulo : Estação Liberdade, 1989.

PEREIRA, Osny Duarte.- O que é Constituição. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira.. 1964

RIBEIRO, Ana Clara Torres - "Reforma urbana nos limites da modernização". Revista Espaço & Debate no 37 -1994.

SOUZA, Celina Maria - "Gestão Urbana na Constituição". Revista de Administração Municipal, V. 36, jul / set 1989

RELATÓRIO

PROJETO: Novas tecnologias no espaço metropolitano : questões da saúde e do trabalho.

Orientadora: Ana Clara Torres Ribeiro.

COMUNICAÇÃO E SAÚDE : LEVANTAMENTO DE IMAGEM

Trabalho realizado por Angelo Antônio da Motta Duarte /Henrique da Silveira Souza.

FITA 1

Saúde Pública	Propaganda emp. de Saúde	Tele-educação para saúde
Reportagem "Fantástico" Tv Globo - 28\11\93 (0000)		"De olho na Saúde": Urologia TV E - 08\01\94
Reportage "Jornal Nacional" Tv Globo - Jan 94 (3381)		"Globo Ciência": Saúde na França TV Globo - Jan 94 (3403)
Reportagem "Jornal Nacional" Tv Globo - 07\02\94 (5951)		"Tele-escola" Remédios TV Globo 22\01\94 (3820)
		"De olho na saúde" Câncer TV E - 22\01\94 (4069)
		"Tele-escola: Educação" TV Globo 29\01\94 (4429)
		"De olho na Saúde": AIDS TV E 29\01\94 (5069)
		Tele-escola: Sexo e sexualidade TV Globo-05\02\99 (5740) ISER \ANTEVÊ Dir. Roberto Beliner

FITA 2

Saúde Pública	Propaganda emp. de Saúde	Tele-Educação para Saúde
RJ TV (1h 29m 51s)	RJ TV Oferecimento Golden Cross (1h 29m 51s)	Tele-Escola Educ. p/ Saúde: Drogas Tv Globo (0h 00m 00s)
RJ TV - Secret. Estadual de Saúde - Vacinação Meningite (2h 14m 58s)	Amil Resgate Saúde (Segundo Bloco de propaganda do RJ TV)	Tele-Escola Educação para Saúde: "Remédios" Tv Globo (0h 21m 00s)
Protesto de funcionários do Graffrée Guinle (2h 15m 13s)	Boa Noite - Oferecimenrto Golden Cross - (1h 41m 12s)	De olho na Saúde: Reumatismo TV E (Programa Incompleto) (0h 39m 00s)
RJ TV Doadores de Rins (matéria especial de 5min.) (2h 22m 45s)	Medicin Concessionária de Plano de Saúde (2h 33m 31s)	

FITA 3

SAÚDE PÚBLICA	Propaganda emp. de Saúde	Tele-Educação para saúde
RJ TV - Vacinação de Crianças Posto de Saúde (1. 01 .55)	RJ TV - Amil "Evolução da Medicina" (0.02.33)	
RJ TV - Emergência fechada por causa da Greve dos funcionários (1. 03.27)	RJ TV - Oferecimento Golden Cross Seu médico de família (0.06.07)	
Jornal Hoje - Campanha tenta evitar o aumento de casos de AIDS contra as mulheres Chamada p/ matéria (1.30.37)	Jornal Nacional - Golden Cross "Médico de família" (0.13.20)	
Jornal Hoje - Campanha de prevenção do Ministério da Saúde (Matéria) (1.33.24)	Jornal Hoje - SMB Saúde (0.18.47)	
	Jornal Hoje - SMB Saúde (1.30.51)	
	Jornal Bandeirantes - Blue Life Assist. Médica Data: 19.1.	

Fita 4

Saúde Pública	Propaganda empr. de Saúde	Tele-educação para saúde
Jornal Nacional - 19.03.94 (Médico Voluntário) (0h00m00s)		Tele-escola: Educação para saúde 16.04.94 - (1h10m04s)
Jornal Nacional - 30.03.94 (cirurgia à distância) (0h01m22s)		De olho na saúde - 16.04.94 (Câncer de pele) (2h52m50s)
Jornal Nacional - 30.03.94 Tomografia cerebral) (0h02m16s)		Globo Ciência - 14.05.95 (malária) (3h55m36s)
RJ TV - 31.03.94 (Greve de Médico) (0h03m26s)		Educação para Saúde - 09.04.94 (2h33m50s)
RJ TV - 15.04.95 (Hospital Fechado) (1h45m10s)		Globo Ciência - 10.07.94 (doenças da fome) (4h56m50s)
Jornal Nacional - 15.04.94 (Insulina) (1h46m55s)	Domingo 10 (plano de Saúde) (7) d. 22h. Bom! (5h35m18s)	Globo Comunidade -Transplante - doentes renais (1h17m19s)
Jornal Nacional - 15.04.94 (Cólera) (1h48m53s)	Golden Cross (0h4m26s)	Globo Ciência: Medicina e imagens computadorizadas (3h36m01s)
Fantástico - 17.04.94 (Hospitais em crise) (3h25m05s)		
Fantástico - 24.04.94 (Transplante) (3h30m41s)		
Alerta contra a cólera 2 (3h34m56s)		
Jornal Nacional - 07.05.94 (médicos cubanos no NE) (3h49m40s)		
Jornal Nacional - 07.05.94 (Vacinação) (3h50m48s)		
Jornal Nacional - 14.05.94 (Infecção hospitalar e uso do computador) (4h21m52s)		
Progr. de domingo - 22.05.94 (Saúde da mulher) (4h25m58s)		
RJ TV - 23.07.94 (Hospital do Andaraí) (5h14m28s)		
Band -Entrevista- Dr. Eucimar Coutinho (médico Ginecologista) (5h15m55s)		
Jornal Nacional - 03.08.94 (medicamentos e marcapassos em bebê) (5507)		

Fita 5

Saúde Pública	Propaganda empr. de Saúde	Tele-educação para saúde
Greve no Hospital das Clínicas (São Paulo) (0h 30m 16s)	RJ TV - oferec. Golden Cross (0h 06m 35s)	
Bebê morre por falta de atendimento médico (São Paulo) (0h 48m 30s)	Amil Aguarde - 06.04.95 (intervalo do Fantástico) (0h 10m 15s)	
	Amil (mesma chamada) (oh 15m 18s)	
	RJ TV oferec. Golden Cross (0h 18m 20s)	
	Amil assist. médica p/empresas (interv. Jornal Nacional) (0h 23m 31s)	
	Amil assist. médica p/empresas (interv. Jornal Nacional) (0h 36m 36s)	
	Golden Cross - Plano Vip (interv. Jornal Nacional) (0h 48m 20s)	
	Amil - Programa de medicamentos - (0h 02m 22s)	

Fita 6

Saúde Pública	Propaganda empr. de saúde	Tele-educação para saúde
	Medgrupo (0h 08m 38s)	
	RJ TV Oferec. Golden Cross Sua saúde em 1º lugar (0h 17m 06s)	
	Amil medicamentos (0h 23m 35s)	
	Centro médico Barra Shopping (2h 05m 52s)	

Fita A

Saúde Pública	Propaganda empr. de saúde	Tele-educação para saúde
	Centro Médico Barra Shopping (0h 00m 00s)	
	Centro Médico Barra Shopping (0h 01m 45s)	
	Amil Vantagens (interv. J.N.) (2h 15m 45s)	

FITA B

saúde pública	Propaganda empr. de saúde	Tele-educação para saúde
		De olho na saúde: propriedades terapêuticas da maconha (0h00m 08s)

FITA C

saúde pública	propaganda empr. de saúde	Tele- educação para saúde
	Golden cross (TV Globo) (0h00m15s) entre o JN	
	Amil (TV Globo) (0h40m20s) entre a novela Próxima Vítima"	
	Unimed (TV Globo) (1h17m30s) entre a novela próxima vítima	

Fita D

saúde pública	Propaganda empr. de saúde	Tele-educação para saúde
RJTV - TV Globo - Telejornalismo - Saúde Pública (1h04m39s)	Amil (Propaganda) entre o RJTV (TV Globo) (1h43m40s)	Programa Contagem regressiva Tema: Saúde (TV Globo) 1h10 25 (0h10m25s)
PROGR. CONTAGEM REGRESSIVA SILVA - TEMA: SAÚDE (TV GLOBO) JULHO 95 (0h30m15s)	Encerramento do RJTV - Oferecimento Golden Cross" (1h54m15s)	

	Emp. Emissor	Periodicidade	Video-Clip	Entrevista	Noticiário Matéri	Programa Auditór	Divulgação	Propaganda	Mistura de Gênerc	Infantil	Jovem	Adulto	Geral	Masculino	Feminino	Saúde Pública	Propaganda Saúde	Educação p/ Saúde
Reportagem no "Fantástico"	TV Globo	Um p/ Semana		X	X							X	X			X		
Reportagem no Jornal Nacional	TV Globo	de seg. a sab.		X	X							X	X			X		
Reportagem no Jornal Nacional	TV Globo	de seg. a sab.		X	X							X	X			X		
De Oito na Saúde: Urologia	TVE	Um p/ Semana		X	X							X	X			X		
Globo Ciência: Saúde na França	TV Globo	Um p/ Semana		X	X		X					X	X			X		
Tele-Escola: Educação para Saúde	TV Globo	Um p/ Semana		X	X		X					X	X			X		
De Oito na Saúde: Câncer	TVE	Um p/ Semana		X								X	X			X		
Tele-Escola: Educação para Saúde	TV Globo	Um p/ Semana		X	X		X					X	X			X		
De Oito na Saúde: AIDS	TVE	Um p/ Semana		X	X		X					X	X			X		
Tele-Escola: Sexo - Sexualidade	TV Globo	Um p/ Semana		X	X		X					X	X			X		
RJ - TV Sec. Est. Saúde - Vacinação	TV Globo	de seg. a sab.		X	X							X	X			X		
RJ - TV Prodesto Médico e Furg. Greve Geral	TV Globo	de seg. a sab.		X	X							X	X			X		
RJ - TV Doadores de Rins Especial	TV Globo	de seg. a sab.		X	X							X	X			X		
RJ - TV Oferecimento Golden Cross SP.	TV Globo	de seg. a sab.										X	X			X		
Anál. Resgate Saúde	TV Globo	de seg. a sab.										X	X			X		
RJ - TV Oferecimento Golden Cross	TV Globo	de seg. a sab.										X	X			X		
Mechin	TV Globo	de seg. a sab.										X	X			X		
ASSIM - RJ - TV	TV Globo	de seg. a sab.										X	X			X		
Tele-Escola: Educação para Saúde "Drogas"	TV Globo	Um p/ Semana		X	X							X	X			X		
Tele-Escola: Educação para Saúde	TV Globo	Um p/ Semana		X	X							X	X			X		
De Oito na Saúde: Reumatismo	TVE	Um p/ Semana										X	X			X		
Vacinação de Crianças - Posto de Saúde	TV Globo	de seg. a sab.		X	X							X	X			X		
Emergência - Greve - RJ - TV (Nota)	TV Globo	de seg. a sab.		X	X							X	X			X		
Campanha AIDS Mulher (J.Hoje)	TV Globo	de seg. a sab.		X	X							X	X			X		
Anti - Evolução da Medicina RJ - TV	TV Globo	de seg. a sab.										X	X			X		
RJ - TV Oferecimento Golden Cross	TV Globo	de seg. a sab.										X	X			X		
Golden Cross - Médico de Família (J.Nacional)	TV Globo	de seg. a sab.										X	X			X		
SMB Saúde (J.Hoje)	TV Globo	de seg. a sab.										X	X			X		
SMB Saúde (J.Hoje)	TV Globo	de seg. a sab.										X	X			X		
Blue Life (Jornal da Band)	TV BAND	de seg. a sab.										X	X			X		
TOTAL	30	30	4	19	15	5	10	11	4		5	17	30			19	19	9

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

TEXTO RELATÓRIO DE PESQUISA NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO COMUNICAÇÃO:

questões da saúde e do trabalho no espaço metropolitano do Rio de Janeiro

A realização do levantamento de programas que difundem a informação sobre a saúde e, sobre a propaganda de empresas privadas de saúde, deu-se através da observação e discussão nas reuniões de grupo de pesquisa do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional da U.F.R.J, organizado e orientado pela professora Ana Clara Torres Ribeiro, na pesquisa Novas Tecnologias de Informação e Comunicação: questões da saúde e do trabalho no espaço metropolitano do Rio de Janeiro.

ALUNO: Angelo Antônio da Motta Duarte
ORIENTADORA: Profa. Ana Clara Torres Ribeiro

Rio de Janeiro, maio de 1995.

INTRODUÇÃO

Pode-se verificar nos eixos, redes expressivos das Novas Tecnologias de Comunicação, a difusão de informações relativas à saúde. As emissoras de rádio ou televisão propagam notícias, programas, debates e propagandas que têm esse tema por referência.

O principal objetivo desta linha de investigação, que se insere em uma pesquisa maior, é conhecer as diversas formas através das quais se propagam as informações referentes ao tema na TV.

Feita a discussão da escolha dos programas a serem observados, passamos a gravá-los e analisá-los após sua exibição. Elaboramos uma ficha técnica de análise para classificar os programas gravados.

LEVANTAMENTO:

Uma única ficha de análise foi elaborada para cada tipo de programa; a ficha possui treze itens.

O primeiro item, "nome do programa", indica qual o programa que está sendo analisado. O segundo item pede o "horário de início do programa"; o terceiro a "duração", o tempo

O quarto item, traz o nome de cada empresa emissora e/ou canal de TV. No Rio de Janeiro existem sete canais VHF e um UHF, além das tv's por assinatura, a cabo ou por satélite cronometrado do programa - que não tiveram ainda suas programações analisadas. O item só traz as tv's convencionais. No quinto item, temos a "periodicidade", com as opções; diário, um por semana e em qual dia da semana.

O sexto item, é o da "ficha técnica", no seu preenchimento deve conter todos os dados da equipe que realizou o produto, desde os atores até a 'supervisão educacional'- se for o caso; passando da direção até os eletricitistas, isto é, toda a equipe técnica com o nome das funções e os participantes.

Os itens sete e oito respectivamente pedem os "patrocinadores" e os "apoios pessoais e institucionais". São estes, que, praticamente financiam o programa.

No item nove, apontamos os "recursos técnicos" utilizados pelo programa. Dizemos se há efeitos especiais, visuais e de que meio técnico eles provém.

O "tipo de programa" trazendo 6 gêneros de programação televisiva está no item dez. Devemos associar um ou mais gêneros ao tipo do programa.

O item onze, pede a "estrutura do programa", devemos apontar como o programa é apresentado e dividido. Este é um item que requer uma atenção especial, pois é nele que se torna possível saber de que forma a mensagem é passada, como ela é estruturada.

O item doze, traz o possível "público alvo" do programa. O público alvo pode ser: infantil, jovem, adulto, geral, feminino e masculino e/ou para todos.

Por último, o item treze pede a "síntese da mensagem" do programa. Devemos nesse item escrevermos o que mais se destacou de importante na mensagem principal do programa.

PROGRAMAS ESCOLHIDOS:

No primeiro momento, gravamos as notícias relativas à saúde nos telejornais. Depois, selecionamos os programas: "De olho na saúde", TVE, todo sábado às 18:30; "Tele-Escola: educação para saúde", Rede Globo, às 07:00, todos os sábados- série com 12 programas.

Ao dar atenção às reportagens sobre saúde nos telejornais, observei nos noticiários da Rede Globo, as freqüentes propagandas de duas empresas particulares de saúde (Golden Cross e Amil) nos blocos de intervalos do "RJ TV" e do "Jornal nacional", no horário nobre da televisão, das 19:30 às 20:30.

São constantes nestes noticiários, más notícias sobre a saúde pública e outros serviços públicos do Rio de Janeiro e do país. A saúde pública tem sido destaque nos telejornais que mostram os problemas enfrentados pela população, que necessita do atendimento gratuito dos

Os programas ,aqui citados, possuíam uma linguagem inovadora dos humorísticos anteriores como Jô Soares, Chico Anísio ou os “Trapalhões”; os dois primeiros para um público adulto, o terceiro dirigido à um público infantil. Eram encenados em palcos de estúdio, ou por vezes eram programas de auditório. “TV Pirata”, dirigido pelo filho do atual governador de Pernambuco, Miguel Arraes, Guel Arraes, foi um programa encenado em diversos ambientes, dentro do estúdio ou fora dele. Seu elenco era composto por vários jovens atores, entre eles, Débora Bloch e Luiz Fernando Guimarães. Abordava com humor temas diversos do dia-a-dia, inclusive os de cunho político. A linguagem e o tipo de edição influenciou os que hoje, estamos acostumados à ver, “Casseta e Planeta e o “Programa Legal, este último dirigido por Belisário Franca.

Tele-Escola

O ator Antônio Nóbrega estreou na televisão com o “Tele-Escola”. Para Belisário Franca a experiência foi ótima, pois, sendo sua formação de Teatro Mambembe, não possuía nenhum vício de ator de televisão.

O “Tele-Escola” procura passar sua informação com estes atores apresentando situações comuns nas atividades e adolescentes. Quando o programa fala de alcoolismo, o cenário é o ambiente de um bar freqüentado por jovens. O próprio jovem bebendo ou fumando explica que a bebida e o fumo fazem mal à saúde. Vale lembrar que o programa não faz o papel do pai, da mãe, da professora ou de qualquer outra pessoa adulta que pede para o jovem deixar de beber ou fumar. O programa não pede para que o jovem seja corretíssimo, sem nenhum vício, abomine os prazeres da vida e abstendo-se do álcool e o fumo, mas, que ele não se exceda.

Sobre a linguagem visual

A Fundação Roberto Marinho patrocina diversos programas educacionais pagando e fornecendo quando necessário toda a estrutura para a realização dos eventos e séries televisivas de acordo com seus interesses. O Tele-Escola foi feito pela produtora independente, Magnetoscópio, contratada pela Fundação para realizar a série. O diretor da série, Belisário Franca, começou sua carreira de diretor de programas para televisão como produtor independente. Seu primeiro programa para TV foi o “African Pop”, um vídeo documentário que mostra a música do continente africano, documentando vários conjuntos musicais . O programa foi exibido em 1987 na Rede Manchete. Em 1992, Belisário Franca é convidado pela Rede Globo para dirigir o “Programa Legal”, com Luiz Fernando Guimarães e Regina Casé. Depois fez o “Especial da Regina Casé” no “Fantástico”, e , por último, no final do ano passado, o especial de fim de ano “Brasil Legal”, também na Rede Globo.

Dirigindo o Tele-Escola, Belisário Franca disse que misturou, no programa, vários gêneros da televisão: documentário, noticiário, vídeo clipe, humor, entrevistas, programa de auditório, o programa já teria uma mídia certa, um canal televisivo para ser vinculado- a Rede globo e as tv’s Educativas. Foi um bom momento para o diretor experimentar uma nova forma de fazer um programa educativo, já que a proposta era um programa de educação diferente dos moldes tradicionais, com a presença de atores , efeitos visuais, música e informações que causassem impacto ou despertassem a atenção.

O que se vê no Tele-Escola são atores, de diversos gêneros da TV, que encenando várias situações presentes no universo do público alvo. O programa pode não conseguir na sua totalidade, por exemplo explicar a problemática da AIDS, mas é possível que ele consiga prender a atenção do telespectador para que este, mais tarde, procure outras vias de informação.

Com poucos recursos técnicos, o programa inovou usando, na maioria das cenas, um dos primeiros recursos visuais da TV: o Croma Key. Este recurso é utilizado através de uma mesa de efeitos que gera no fundo cenários através de imagens em vídeo ou desenhos feitos por computadores. Este tipo de efeito é muito usado, por exemplo, quando o apresentador do telejornal chama um repórter e este está em outro estúdio. Geralmente este aparece em um pequeno quadro ao lado do apresentador. Ou, quando vemos no telejornal Rede Globo a apresentadora dizendo a previsão do tempo: ao seu fundo aparece o mapa do país indicando as

hospitais públicos da cidade, que encontram-se sem as mínimas condições para oferecer serviços básicos.

Os telejornais vêm destacando as constantes greves e até demissões coletivas dos médicos da saúde pública.

As matérias apresentam o drama dos pacientes no dia-a-dia dos hospitais. Em contrapartida, as propagandas das empresas de saúde vendem o atendimento ideal e sofisticado. Filmes publicitários caríssimos mostram ambulâncias, helicópteros, aviões a jato, hospitais modernos, médicos e médicas atenciosas e toda a tecnologia serviço da saúde de seus clientes.

Além dos telejornais, destacamos dois programas: “De olho na saúde” e “Tele-Escola: educação para saúde”, são dois programas que informam o telespectador de formas distintas: possuem linguagens, e têm, por alvo, públicos diferentes.

O primeiro nos faz lembrar, em sua estrutura, as entrevistas que os artistas fornecem todos os sábados no “Jornal Hoje”, da Rede Globo. Sentados, o entrevistado e a apresentadora do jornal aparecem na televisão conversando sobre problemas de saúde. “De olho na saúde” possui uma apresentadora que dirige as perguntas aos médicos especialistas em determinada área de acordo com o tema do programa. (Exemplo: Sendo o tema urologia, o entrevistado é um médico urologista- especialista-). O programa traz uma autoridade reconhecida no assunto para falar de um determinado campo da medicina.

Noto no programa que, na maioria das vezes, a fala do médico especialista não é entendida, pois sua linguagem é muito específica. Na minha opinião, o entrevistado se estende muito tornando o programa cansativo e muitas vezes monótono.

O “Tele-Escola: educação para saúde” foi uma série com doze capítulos apresentada todos os sábados, às 07:00h da manhã pela Rede Globo. Também as tv’s educativas de vários estados apresentavam a série durante os dias úteis da semana no horário escolar da rede pública. Alunos desta rede debatiam em sala de aula o que se passava no “Tele-Escola”. Segundo seu diretor, Belisário Franca, entrevistado durante a pesquisa, o programa foi destinado a uma faixa etária dos 13 aos 18 anos.

Sem usar uma linguagem tradicional, de um professor ou um médico explicando determinado problema de saúde, o “Tele-Escola” aborda temas como drogas e sexualidade na adolescência. Segundo seu diretor, foi elaborado para despertar o interesse do público, motivando a reflexão do assunto tratado. Para Belisário Franca, o programa não poderia ter a ambição de esgotar uma temática relativa à saúde, “o interesse foi o de passar a mensagem de uma forma objetiva sem usar o tom didático profissional”.

Para tanto, o programa contou com uma equipe diversificada de redatores, especialistas em dramaturgia humorística ou não, jornalistas e documentaristas, que souberam trabalhar em conjunto com os pedagogos envolvidos com a temática da saúde. Estes, durante as discussões de equipe participaram constantemente. O programa contou com uma equipe de atores bastante conhecida entre o público jovem; Andrea Beltrão e Jonas Torres e, Antônio Nóbrega e Natália Lage - estreadores na TV.

A equipe de redatores mesclava diversos gêneros: especialistas na dramaturgia crônica como Pedro Cardoso e Cláudio Paiva, o jornalista e editor de telejornais Claufe que já trabalhou no “Globo Repórter”, “Globo Ecologia”, e outras várias colaborações como Jorge Furtado, roteirista e Guel Arraes, que no início do programa deu orientações para o roteiro.

Guel Arraes ficou conhecido por dirigir o programa humorístico da Rede Globo, “TV Pirata”. Todos esses redatores possuem algo em comum; participaram dos programas humorísticos que surgiram no final da década de 80. Entre eles, “TV Pirata”, “Armação Ilimitada” e “Casseta e Planeta”. Jonas Torres e Andrea Beltrão contracenaram juntos no programa “Armação Ilimitada” que tinha a participação também de Kadú Moliterno e André Di Biasi (ambos surfistas quando adolescentes) que no programa “Armação” junto com Andrea Beltrão, ‘cuidavam’ do famoso “Bacana”, interpretado por Jonas Torres ainda garoto.

condições climáticas de cada região. A imagem só aparece na tela da TV em nossas casas, o que está ao lado do apresentador é geralmente um fundo azul - um quadro ou uma 'parede'-preenchido com outra imagem através de uma mesa de efeitos, chamado Chroma Key.

O Tele-Escola usou este efeito através de imagens geradas por dois computadores gráficos, o que possibilitou vários cenários, efeitos dinâmicos e coloridos, dando movimentação e ritmo à fala dos atores.

CONCLUSÃO

O relatório pretendeu abordar, de forma genérica, alguns dos principais focos de atenção da pesquisa. Um amplo quadro de questões desenvolveu-se como orientação para a apreensão do objeto analisado: veiculação das informações da saúde na TV.

A Ficha de Análise, instrumento criado pelos pesquisadores a fim de melhor classificar os programas, serve como indicador dos elementos que queremos priorizar na análise. Também, os diferentes significados que a Saúde assume: um problema social, quando remete à imagem dos hospitais públicos, ou um artigo, ao mesmo tempo, de luxo e necessidade, como é vendido nas propagandas das empresas de saúde. Trata-se, ainda, de diferentes técnicas- recursos e efeitos visuais- vinculados à transmissão dessa mensagem.

A necessidade de inteirar-se dos vários trabalhos já realizados por apresentadores, diretores, atores, responsáveis pela realização dos programas- tem por intuito conhecer a quais linguagens televisivas estariam esses profissionais vinculados, ou não.

A entrevista com Belisário Franca, além de revelar sua percepção a respeito do programa que dirigiu, serviu para que melhor contextualisássemos esse, que é um dos mais reconhecidos diretores da nova geração da TV.

Esses vários elementos pontuam a trajetória que melhor delimitamos para melhor acercarmo-nos de nosso objeto.

II - GRÁFICOS

**PESQUISA NOVAS TECNOLOGIAS NO ESPAÇO METROPOLITANO :
QUESTÕES DA SAÚDE E DO TRABALHO**

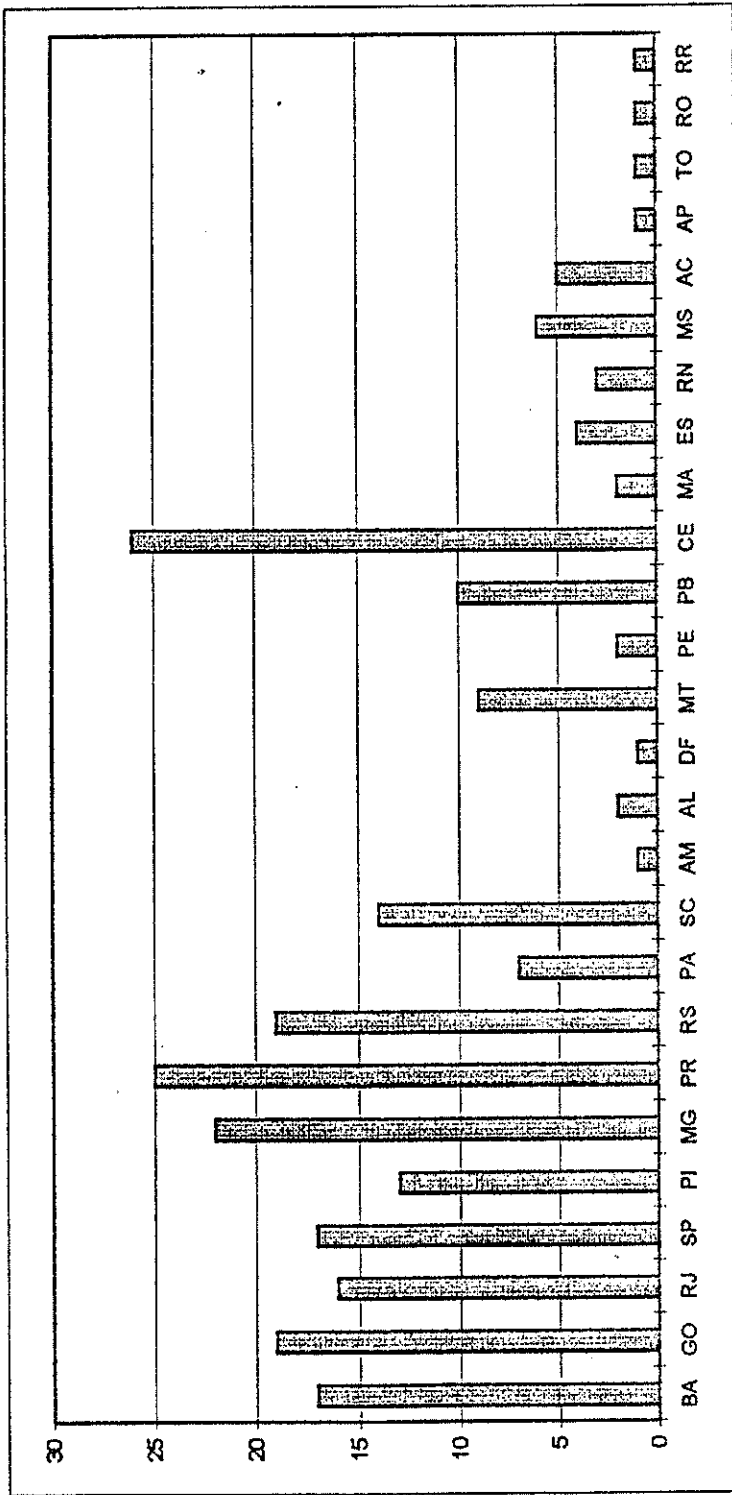
Coordenadora Ana Clara Torres Ribeiro

GRÁFICOS VARIADOS

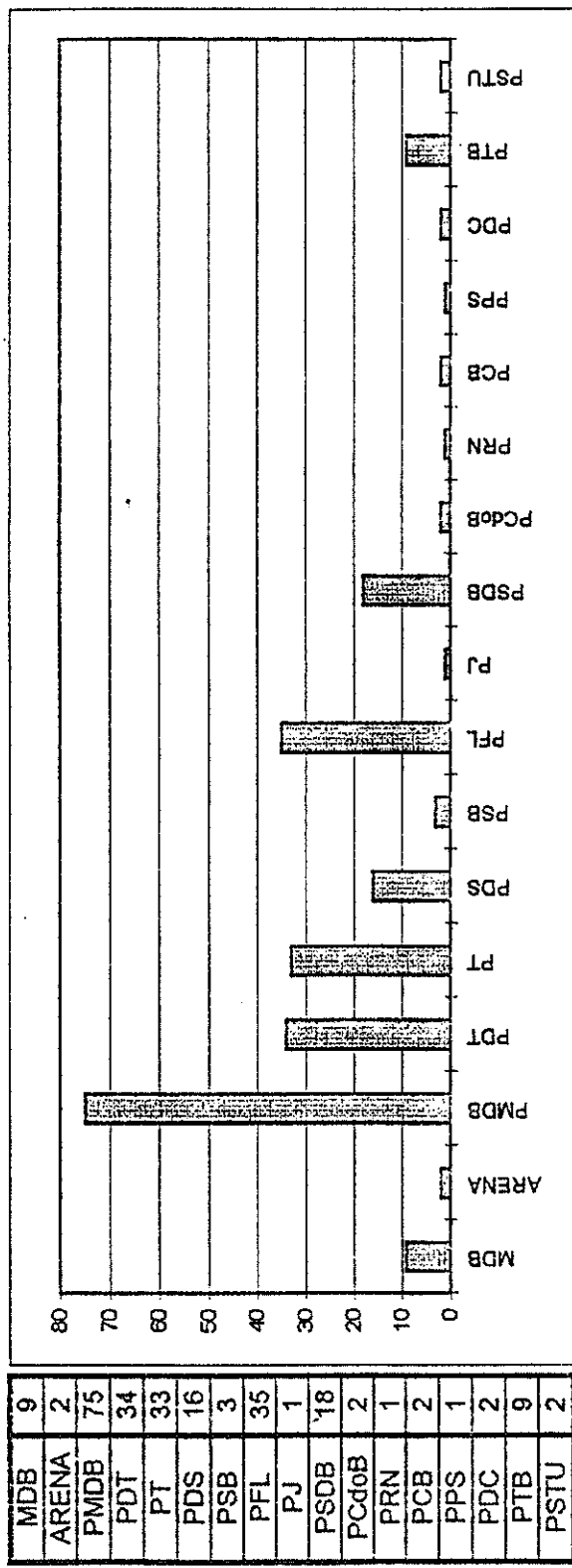
FONTE DE INFORMAÇÃO : DADOS DO CONGRESSO NACIONAL

Gráficos realizados por : Marcelo de Souza (bolsista de iniciação científica)

BA	17
GO	19
RJ	16
SP	17
PI	13
MG	22
PR	25
RS	19
PA	7
SC	14
AM	1
AL	2
DF	11
MT	9
PE	2
PB	10
CE	26
MA	2
ES	4
RN	3
MS	6
AC	5
AP	1
TO	1
RO	1
RR	1

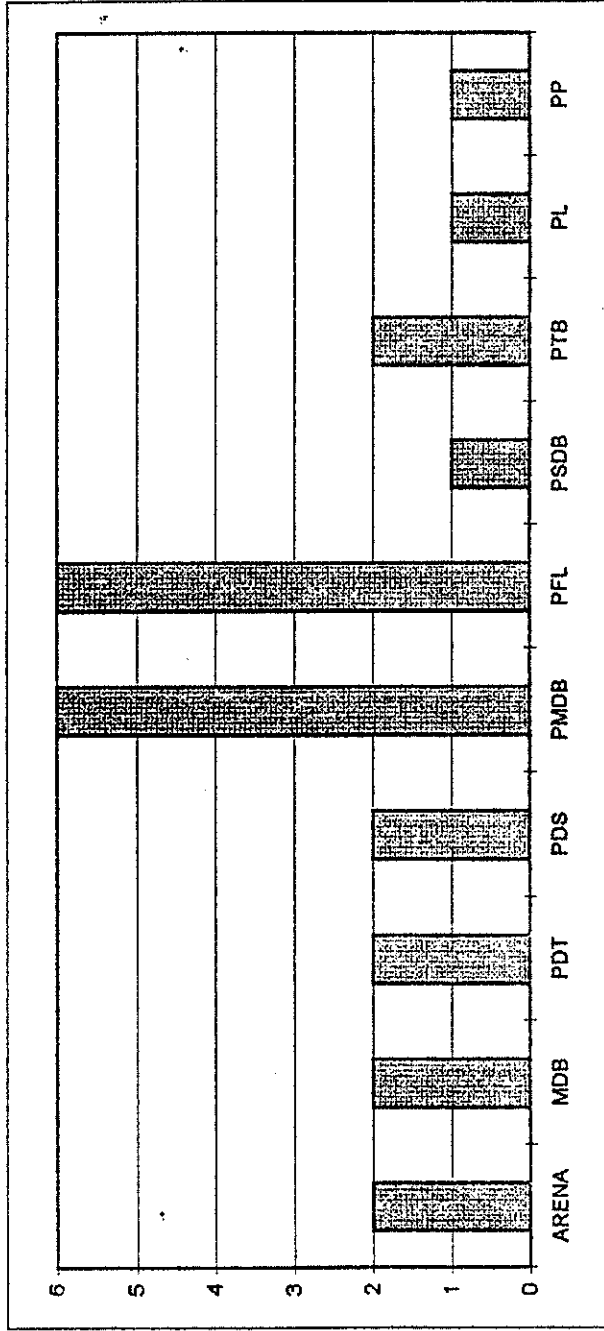


Fonte: Centro de Processamento de Dados do Congresso Nacional.
Gráficos: Marcelo Souza



Fonte: Centro de Processamento de Dados do Congresso Nacional.
Gráficos: Marcelo Souza

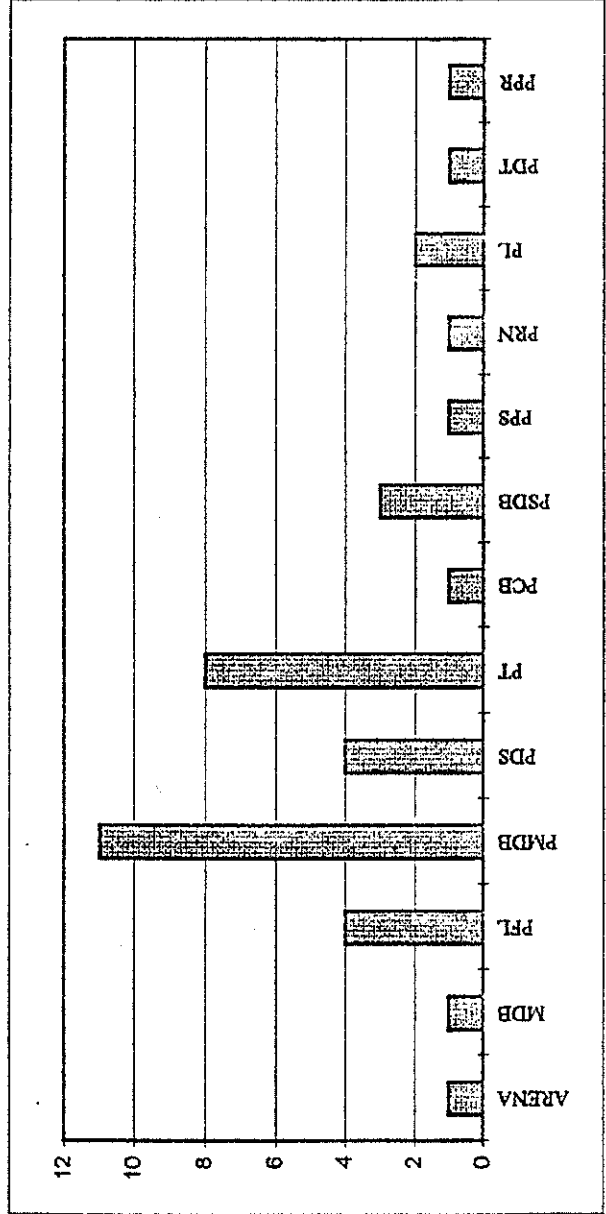
ARENA	2
MDB	2
PDT	2
PDS	2
PMDB	6
PFL	6
PSDB	1
PTB	2
PL	1
PP	1



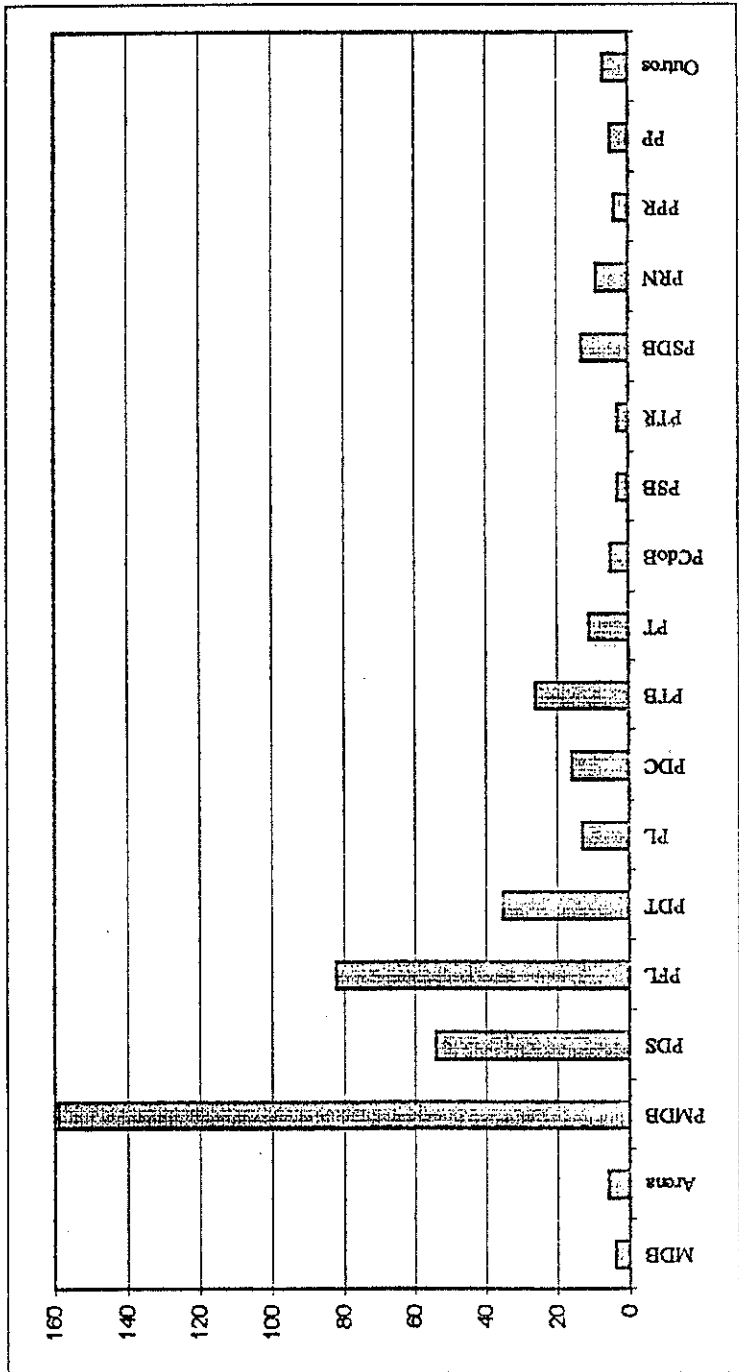
Fonte: Centro de Processamento de Dados do Congresso Nacional.
Gráficos: Marcelo Souza



ARENA	1
MDB	1
PFL	4
PMDB	11
PDS	4
PT	8
PCB	1
PSDB	3
PPS	1
PRN	1
PL	2
PDT	1
PPR	1



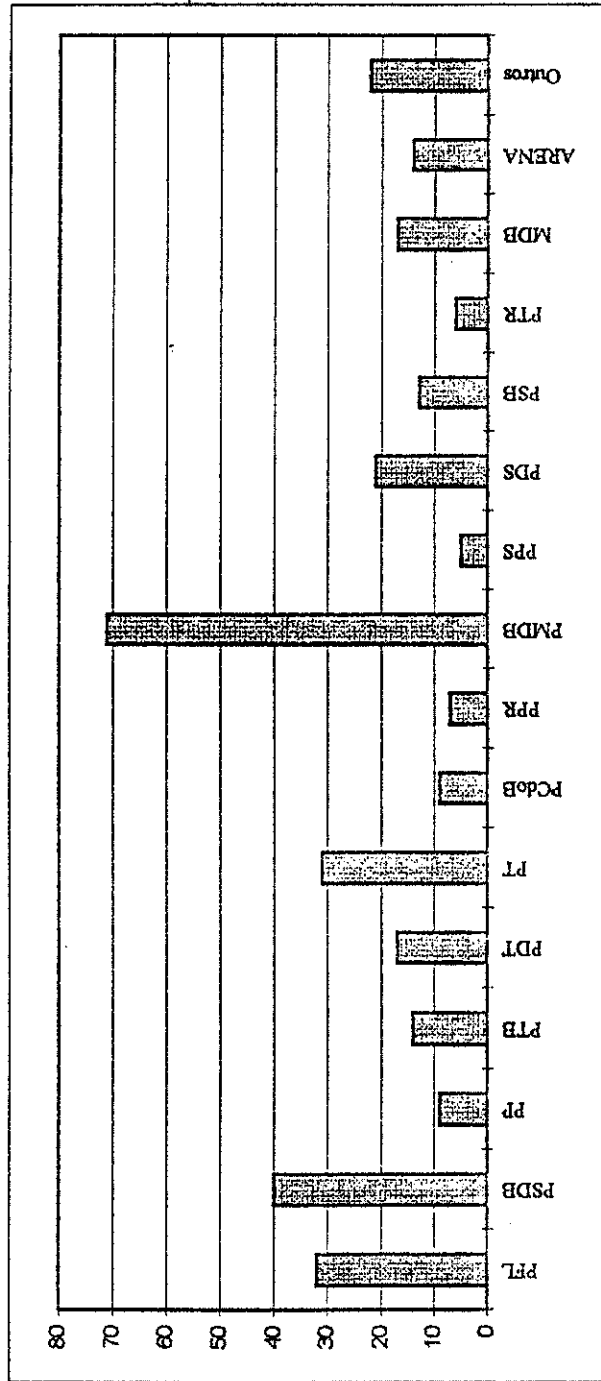
Fonte: Centro de Processamento de Dados do Congresso Nacional.
Gráficos: Marcelo Souza



MDB	4
Arena	6
PMDB	159
PDS	54
PFL	82
PDT	35
PL	13
PDC	16
PTB	26
PT	11
PCdoB	5
PSB	3
PTR	3
PSDB	13
PRN	9
PPR	4
PP	5
Outros	7

Fonte: Centro de Processamento de Dados do Congresso Nacional.
Gráficos: Marcelo Souza

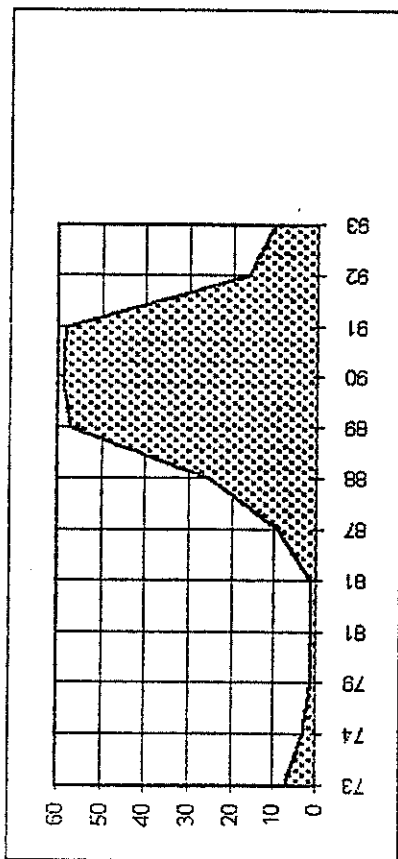
PFL	32
PSDB	40
PP	9
PTB	14
PDT	17
PT	31
PCdoB	9
PPR	7
PMDB	71
PPS	5
PDS	21
PSB	13
PTR	6
MDB	17
ARENA	14
Outros	22



Fonte: Centro de Processamento de Dados do Congresso Nacional.
Gráficos: Marcelo Souza

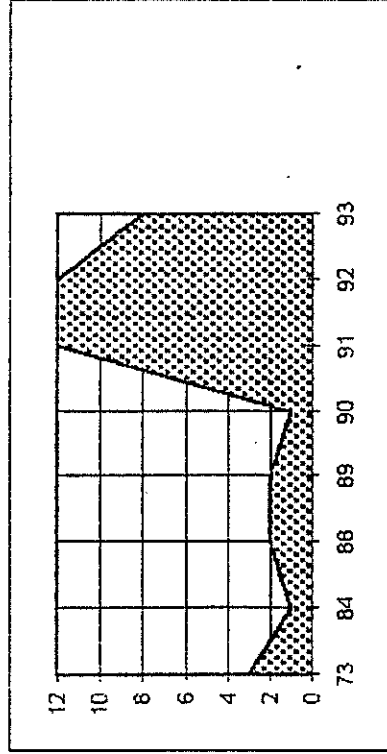
Pronunciamentos sobre Concessões de Rádios no Congresso Nacional

73	7
74	3
79	1
81	1
81	1
87	9
88	25
89	57
90	59
91	58
92	16
93	10



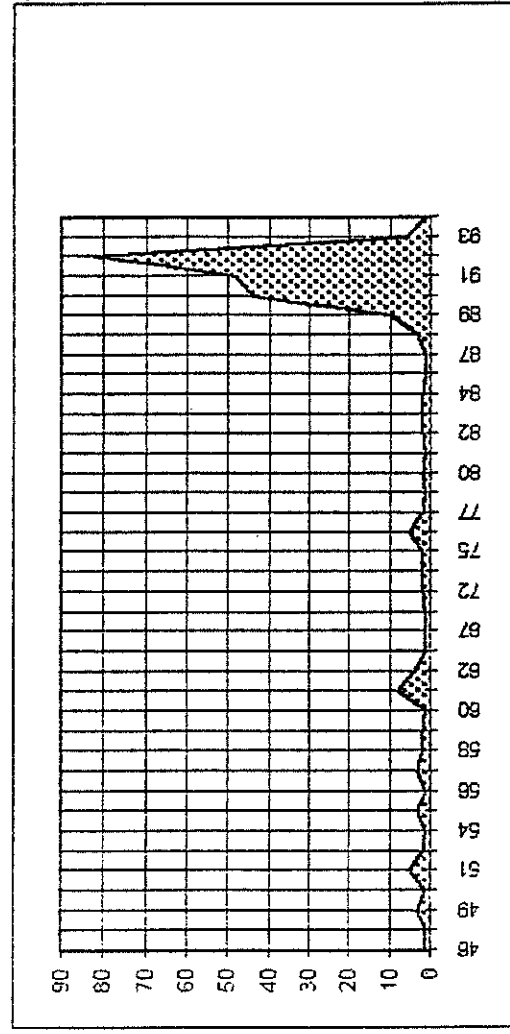
Pronunciamentos sobre Previdência no Congresso Nacional

73	3
84	1
88	2
89	2
90	1
91	12
92	12
93	8



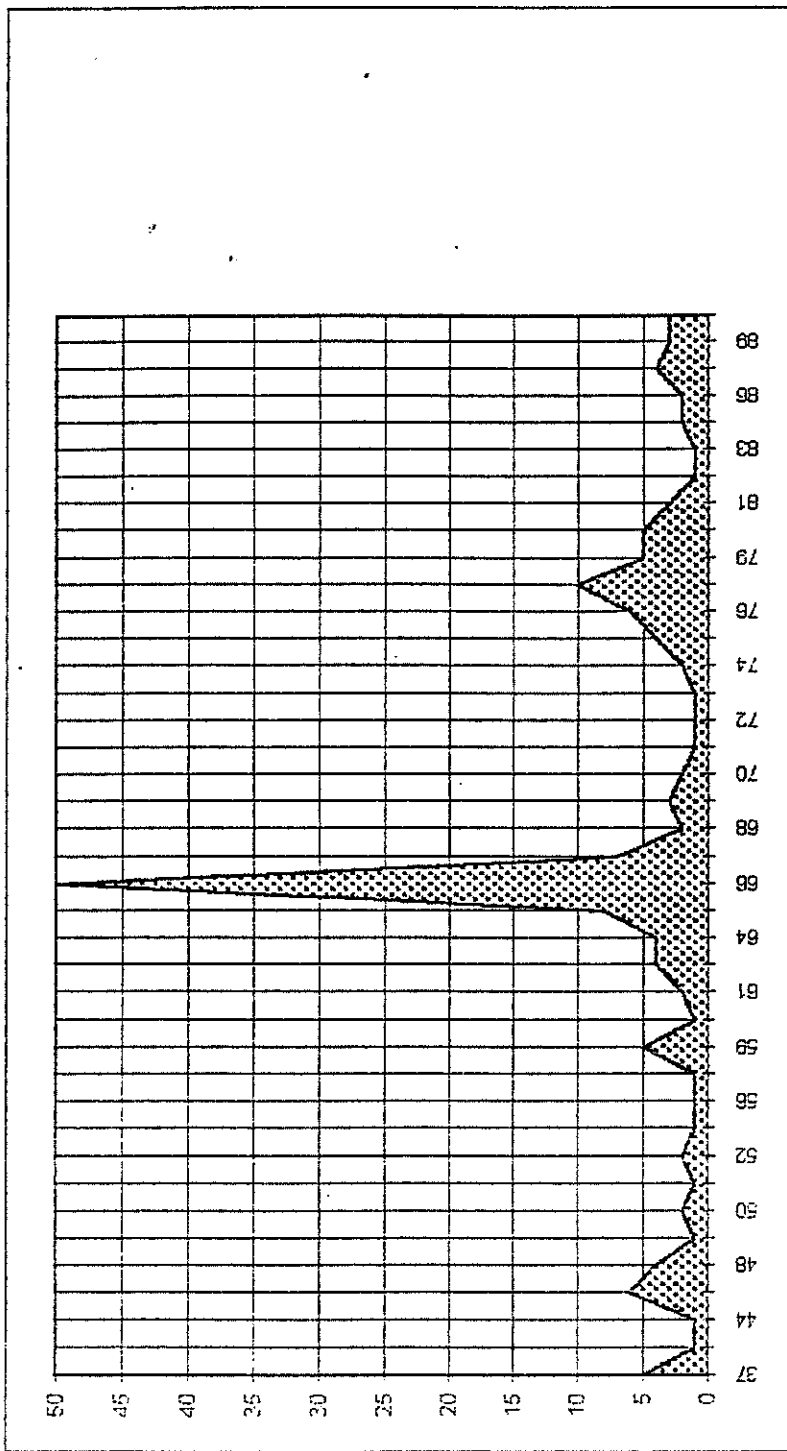
Decisões sobre Concessões de Rádios no Congresso Nacional

46	1
47	1
49	3
50	1
51	5
52	2
54	1
55	3
56	1
57	3
58	2
59	2
60	1
61	8
62	4
63	1
67	1
70	1
72	2
74	2
75	2
76	5
77	2
78	1
80	2
81	1
82	2
83	2
84	2
85	1
87	1
88	3
89	10
90	44
91	48
92	82
93	6
94	1

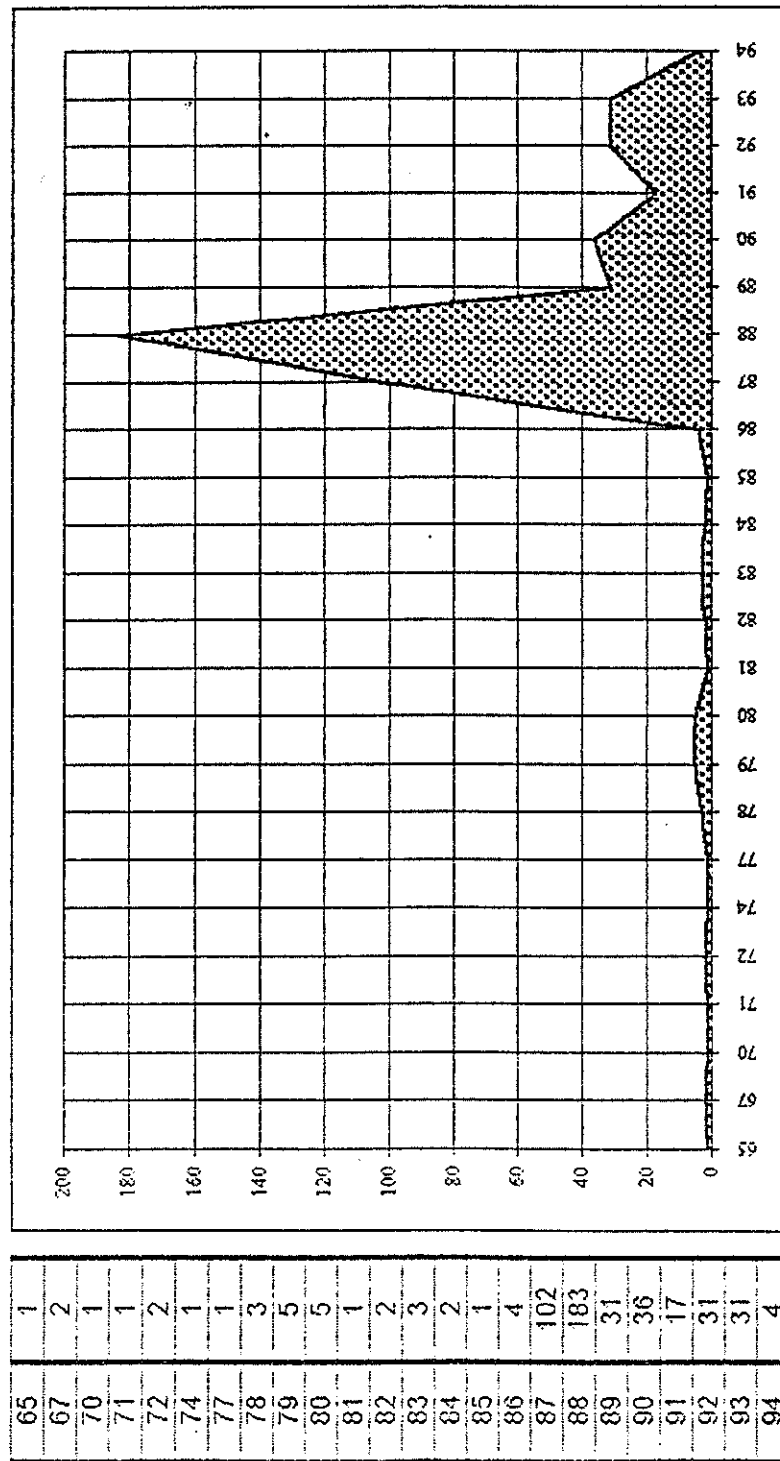


Decisões sobre Saúde Pública no Congresso Nacional

37	5
43	1
44	1
46	6
48	4
49	1
50	2
51	1
52	2
54	1
56	1
58	1
59	5
60	1
61	2
63	4
64	4
65	8
66	50
67	7
68	2
69	3
70	2
71	1
72	1
73	1
74	2
75	4
76	6
77	10
79	5
80	5
81	3
82	1
83	1
84	2
86	2
88	4
89	3

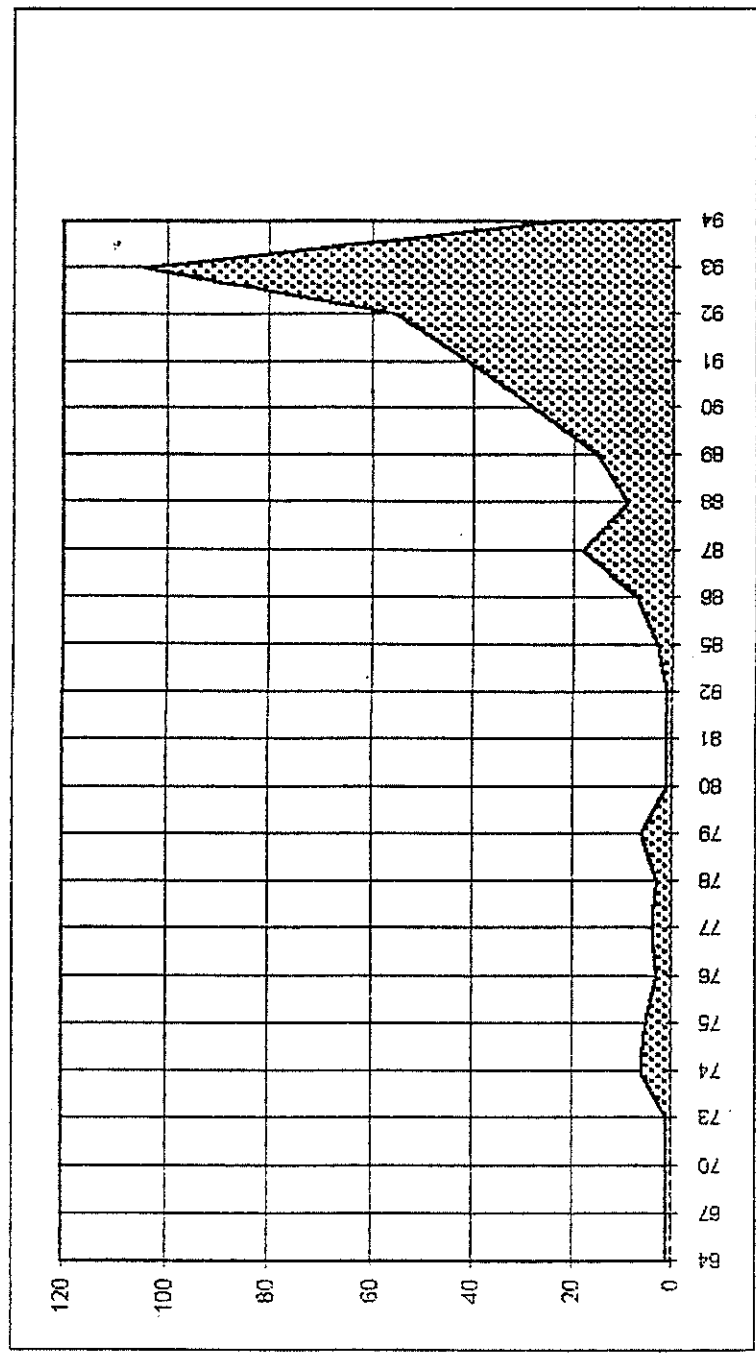


Pronunciamentos no Congresso Nacional sobre Pequenas Empresas

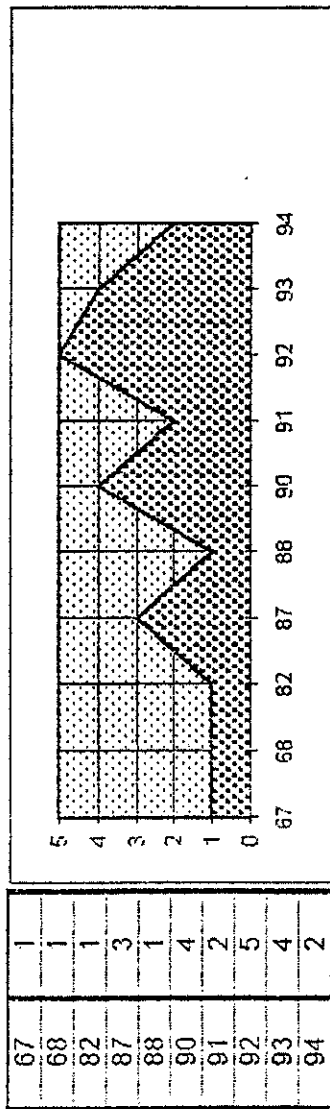


Pronunciamentos sobre Saúde Pública no Congresso Nacional

64	1
67	1
70	1
73	1
74	6
75	5
76	3
77	4
78	3
79	6
80	1
81	1
82	1
85	3
86	7
87	18
88	9
89	15
90	28
91	41
92	55
93	104
94	22

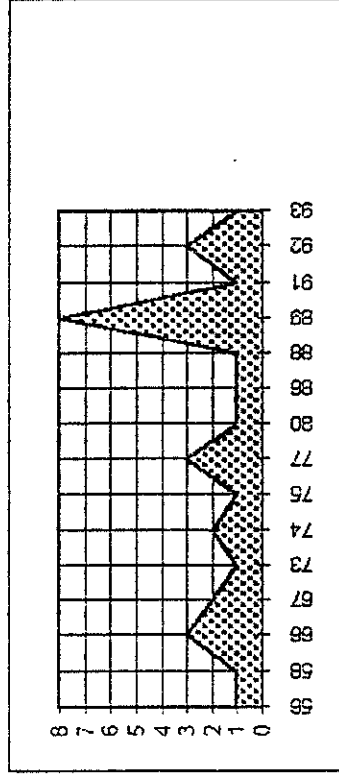


Pronunciamentos sobre Saúde no Congresso Nacional



Decisões sobre Previdência no Congresso Nacional

56	1
58	1
66	3
67	2
73	1
74	2
75	1
77	3
80	1
86	1
88	1
89	8
91	1
92	3
93	1



III -SUMÁRIOS (Revista de Administração Pública)

**PESQUISA NOVAS TECNOLOGIAS NO ESPAÇO METROPOLITANO:
QUESTÕES DA SAÚDE E DO TRABALHO**

Coordenadora Ana Clara Torres Ribeiro

**SUMÁRIO DA
REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
(1980 - 1995)**

Organizado por Luis Otávio (Bolsista de iniciação científica)

novembro, 1995

SUMÁRIOS DA
REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
(1980 - 1995)

APRESENTAÇÃO

Esta é a primeira etapa de um trabalho que tem por objetivo a formação de um banco de referências bibliográficas que reuna e discrimine o conteúdo dos principais periódicos da área das Ciências Sociais.

O primeiro passo neste sentido é o levantamento do material a ser classificado (sumários), passando-se então a um segundo momento, onde este é informatizado, sendo digitado no software Word for Windows 6.0. Apresentamos aqui o produto desta primeira etapa do trabalho. Estamos, agora, executando a classificação temática dos artigos através de palavras-chave e utilizaremos o software Etnograph para o gerenciamento do banco de dados.

A Revista de Administração Pública (RAP) foi escolhida para testarmos a metodologia de trabalho e aferirmos seus resultados, sendo nossa intenção, após este teste, incorporar ao banco de dados outros periódicos, como por exemplo, Revista Dados, Rev. Bras. de Ciências Sociais (RBCS), Cadernos de Saúde Pública, etc.

+REV. DE ADM. PÚBLICA (FGV)

TÍTULO: Autogestão: a experiência
empresarial iugoslava.

AUTOR: Paulo Roberto Motta

RAP, vol.14, nº1, 1980.

TÍTULO: A identificação sistemática das fontes
de financiamento dos setores sociais.

AUTOR: Raph C.J.von Gersdorff

RAP, vol 14, nº1, 1980.

TÍTULO: Diretrizes para a década de 80, no
planejamento dos transportes urbanos.

AUTOR: Sérgio Seelenberger

RAP, vol 14, nº1, 1980.

TÍTULO: O desenvolvimento econômico
segundo uma interpretação institucionalista.

AUTOR: Carlos von Doellinger

RAP, vol 14, nº1, 1980.

TÍTULO: A economia institucional de Thorstein
Veblen.

AUTOR: Luciano Zajdsznajder

RAP, vol 14, nº1, 1980.

TÍTULO: Sobre economia institucional e
economia do setor público.

AUTOR: Jorge Vianna Monteiro

RAP, vol 14, nº1, 1980.

TÍTULO: Moeda e inflação - reflexões sobre o
modo institucionalista.

AUTOR: Hélio O. Portocarrero de Castro

RAP, vol 14, nº1, 1980.

TÍTULO: Análise sistêmico-institucional da
Central de Medicamentos - CEME

AUTOR: Ana Maria B. G. Marquesini &

Gerson Tavares do carmo.

RAP, vol 14, nº1, 1980.

TÍTULO: Controle político das empresas
estatais federais no Brasil - uma contribuição ao

SEU ESTUDO.

AUTOR: Beatriz Wahrlich
RAP, vol 14, nº2, 1980.

TÍTULO: Um sistema de controle para a
empresa pública.

AUTOR: V. V. Ramanadham
RAP, vol 14, nº2, 1980.

TÍTULO: Sistema de controle para empresas
públicas em países em desenvolvimento - uma
estrutura para sistemas de controle.

AUTOR: Jonh B. Heath
RAP, vol 14, nº2, 1980.

TÍTULO: O controle das empresas estatais no
Brasil.

AUTOR: Paulo Roberto Motta
RAP, vol 14, nº2, 1980.

TÍTULO: A prestação de contas pelas empresas
públicas - considerações sobre as bases e o
espírito dos sistemas de controle externo.

AUTOR: Praxy J. Fernandes
RAP, vol 14, nº2, 1980.

TÍTULO: Aperfeiçoamento do desempenho das
indústrias do setor público nos países de
economia mista.

AUTOR: K. Moll
RAP, vol 14, nº2, 1980.

TÍTULO: Considerações teóricas sobre dados,
informação e controle nas empresas públicas.

AUTOR: Ivan Turk
RAP, vol 14, nº2, 1980.

TÍTULO: Sistemas de controle e prestação de
contas na empresa pública.

AUTOR: Prakash Tandon
RAP, vol 14, nº2, 1980.

TÍTULO: Desenvolvimento institucional - uma
estratégia.

AUTOR: Geraldo Borges Santos
RAP, vol 14, nº3, 1980.

TÍTULO: A função gerencial e o desenvolvimento de recursos humanos.

AUTOR: Ruy A. Matos

RAP, vol 14, nº3, 1980.

TÍTULO: Um novo modelo de planejamento para uma nova estratégia de desenvolvimento.

AUTOR: Anna Maria Campos

RAP, vol 14, nº3, 1980.

TÍTULO: Política nacional de saúde - transferências financeiras realizadas pelo Ministério da Saúde.

AUTOR: Ana Maria Barat

RAP, vol 14, nº3, 1980.

TÍTULO: Como as companhias planejam: uma tríade que inclui conhecimento, ação e direção.

AUTOR: Rudolf Skandera

RAP, vol 14, nº3, 1980.

TÍTULO: Em busca de uma metodologia de pesquisa relevante para a administração pública.

AUTOR: Paulo Reis Vieira & Anna Maria Campos

RAP, vol 14, nº3, 1980.

TÍTULO: Análise de clima numa secretaria de estado.

AUTOR: Edela Lanzer Pereira de Souza

RAP, vol 14, nº3, 1980.

TÍTULO: Desenvolvimento tecnológico e intervenção do Estado: um confronto entre a experiência brasileira e a dos países capitalistas centrais.

AUTOR: Fábio Stefano Erber

RAP, vol 14, nº4, 1980.

TÍTULO: A indústria de computadores: evolução das decisões governamentais.

AUTOR: Silvia Helena

RAP, vol 14, nº4, 1980.

TÍTULO: Computadores: parte de um caso amplo da sobrevivência e da soberania nacional.

AUTOR: Ivan da Costa Marques
RAP, vol 14, nº4, 1980.

TÍTULO: O planejamento da informática na empresa.

AUTOR: Newton Meyer Fleury
RAP, vol 15, nº1, 1981.

TÍTULO: As multinacionais da informática no Brasil.

AUTOR: Paulo Bastos Tigre
RAP, vol 15, nº1, 1981.

TÍTULO: Formação de administradores da saúde.

AUTOR: Maria Regina D.F. Carvalhal
RAP, vol 15, nº1, 1981.

TÍTULO: Em busca de novos caminhos para a teoria da organização.

AUTOR: Anna Maria Campos
RAP, vol 15, nº1, 1981.

TÍTULO: Treinamento e desenvolvimento gerencial: Inferências sobre a experiência das empresas estatais no Brasil.

AUTOR: Paulo Roberto Motta
RAP, vol 15, nº1, 1981.

TÍTULO: Organização e administração de partidos políticos.

AUTOR: Luciano Zajdsznajder
RAP, vol 15, nº1, 1981.

TÍTULO: Uma avaliação das bases teóricas do desenvolvimento organizacional intercultural.

AUTOR: Larry Kirkhart & Milton Cavalheiro Mendes
RAP, vol 15, nº2, 1981.

TÍTULO: Aprendizagem organizacional versus estratégia de mudança organizacional

planejadas: um confronto crítico.

AUTOR: Geraldo Ronchetti Caravantes &
Maria José Lara de Bretas Pereira.
RAP, vol 15, nº2, 1981.

TÍTULO: O desenvolvimento, as ciências
sociais e a tomada de decisão no setor público.
AUTOR: Steven J. Klees
RAP, vol 15, nº2, 1981.

TÍTULO: Economia do crescimento do setor
público.
AUTOR: Jorge Vianna Monteiro
RAP, vol 15, nº2, 1981.

TÍTULO: Incentivos municipais e localização
de indústrias.
AUTOR: Carlos Roberto Azzoni
RAP, vol 15, nº2, 1981.

TÍTULO: Burocratização e controle
organizacional: o contexto da grande empresa
industrial. Notas preliminares.
AUTOR: Antônio Augusto P. Prates
RAP, vol 15, nº2, 1981.

TÍTULO: Educação em administração pública:
retrospectiva e perspectivas da experiência
norte-americana e reflexões sobre o caso
brasileiro.
AUTOR: Armando Moreira da Cunha
RAP, vol 15, nº3, 1981.

TÍTULO: Formação do administrador público:
alternativas em debate.
AUTOR: Bianor Scelza Cavalcanti
RAP, vol 15, nº3, 1981.

TÍTULO: A proposta de participação na teoria
gerencial: a participação indireta.
AUTOR: Paulo Roberto Motta
RAP, vol 15, nº3, 1981.

TÍTULO: Crítica às contribuições de Chester
Barnard e Herbert Simon à teoria das
organizações públicas.

AUTOR: Rogério F. Pinho

RAP, vol 15, nº3, 1981.

TÍTULO: Sistemas de informação e teoria social: um ensaio.

AUTOR: Alberto M. Bento

RAP, vol 15, nº3, 1981.

TÍTULO: Programa Nacional de Desburocratização.

AUTOR: Hélio Beltão

RAP, vol 15, nº3, 1981.

TÍTULO: Bases para a formulação e implementação de uma política nacional de localização industrial - Relatório final.

AUTOR:

RAP, vol 15, nº3, 1981.

TÍTULO: Participação na gerência: uma perspectiva comparada.

AUTOR: Paulo Roberto Motta

RAP, vol 15, nº4, 1981.

TÍTULO: Desaio ao Estado administrativo.

AUTOR: Gerald E. Caiden

RAP, vol 15, nº4, 1981.

TÍTULO: Regionalismo: um ingrediente essencial para o crescimento equilibrado e o desenvolvimento econômico.

AUTOR: Leonard E. Schwartz

RAP, vol 15, nº4, 1981.

TÍTULO: Descentralização administrativa e política regional - uma experiência sueca.

AUTOR: Bjorn Edsta

RAP, vol 15, nº4, 1981.

TÍTULO: Mudanças organizacionais no serviço público - uma breve discussão.

AUTOR: Gustavo P. da Silva Filho

RAP, vol 15, nº4, 1981.

TÍTULO: Bases para reformulação das regiões metropolitanas.

AUTOR: (nesquisar, pois não consta no índice -

"iana")

RAP, vol 15, nº4, 1981.

TÍTULO: Motivação, cultura e clima em órgãos públicos.

AUTOR: Edela Lanzer P. de Souza

RAP, vol 15, nº4, 1981.

TÍTULO: Uma experiência de planejamento de saúde a nível local: projeto de implantação de uma rede de unidades municipais de saúde no município de Niterói.

AUTOR: Mário Roberto Dal Poz, Sueli Gomes Costa e Hugo Coelho Barbosa Tomassini

RAP, vol 15, nº4, 1981.

TÍTULO: Perspectivas da modernização administrativa.

AUTOR: Heitor Chagas de Oliveira

RAP, vol 15, nº4, 1981.

TÍTULO: Reconsideração do conceito de desenvolvimento.

AUTOR: Gerald Caiden e Geraldo Caravantes

RAP, vol 16, nº1, 1982.

TÍTULO: Políticas públicas e regimes políticos: reflexões a partir de algumas experiências latino-americanas.

AUTOR: Oscar Oszlak

RAP, vol 16, nº1, 1982.

TÍTULO: Avaliação dos empréstimos comerciais para a pequena indústria nos países em desenvolvimento: análise empírica utilizando dados colombianos.

AUTOR: William G. Tyler

RAP, vol 16, nº1, 1982.

TÍTULO: O desemprego e o subemprego no Brasil: como evitar e combater?

AUTOR: Ralph C. J. von Gersdorff

RAP, vol 16, nº1, 1982.

TÍTULO: A participação das comunidades na administração da educação.

AUTOR: Guy Le DUCHE

RAP, vol 16, nº1, 1982.

TÍTULO: O "jeitinho" brasileiro como um recurso de poder.

AUTOR: Clóvis Abreu Vieira, Frederico L. da Costa e Lázaro O. Barbosa.

RAP, vol 16, nº2, 1982.

TÍTULO: Repartindo tarefas e responsabilidades nas organizações: alguns dilemas enfrentados pela gerência.

AUTOR: Anna Maria Campos

RAP, vol 16, nº2, 1982.

TÍTULO: Sobre a divisão de tarefas num sistema de planejamento.

AUTOR: Jorge Viana Monteiro

RAP, vol 16, nº2, 1982.

TÍTULO: O dualismo e a administração pública.

AUTOR: Paulo Avelin B. Silva

RAP, vol 16, nº2, 1982.

TÍTULO: Uma avaliação do desempenho das trading companies brasileiras no período 1974-78.

AUTOR: Angela Schmidt

RAP, vol 16, nº2, 1982.

TÍTULO: Minha dívida a Lorde Keynes.

AUTOR: Alberto Guerreiro Ramos

RAP, vol 16, nº2, 1982.

TÍTULO: Uma tentativa de avaliação dos objetivos do Cipad: a perspectiva dos ex-alunos.

AUTOR: Anna Maria Campos

RAP, vol 16, nº2, 1982.

TÍTULO: Planejamento do desenvolvimento profissional: o Programa Nacional de Estágio no Setor Público (Pronep).

AUTOR: José Carlos D. Meirelles & Judite A. L. Dultra

TÍTULO: O desenvolvimento de recursos humanos na administração pública - do modelo tecnocrático ao modelo democrático.

AUTOR: Ruy Alencar Matos

RAP, vol 16, n°3, 1982.

TÍTULO: As disfunções sociais do Programa Nacional do Alcool em decorrência da excessiva ênfase na cana-de-açúcar.

AUTOR: Fátima Bayma de Oliveira

RAP, vol 16, n°3, 1982.

TÍTULO: Sistema de informação de saúde: a visão de um sanitarista.

AUTOR: Franz Rulli Costa

RAP, vol 16, n°3, 1982.

TÍTULO: Análise ambiental e estratégia organizacional - uma metodologia para aplicação.

AUTOR: Sec. de Planejamento - Coord. de Modernização Administrativa do Governo do Estado do Paraná

RAP, vol 16, n°3, 1982.

TÍTULO: Possíveis causas da não conclusão da monografia pelos ex-alunos do Curso de Mestrado da EBAP.

AUTOR: Anna Maria Campos & Maria Helena B. Corrêa

RAP, vol 16, n°3, 1982.

TÍTULO: A assistência médico-hospitalar do Sistema Previdenciário Brasileiro através de serviços contratados.

AUTOR: Valéria de Souza

RAP, vol 16, n°3, 1982.

TÍTULO: O ritual da desburocratização: seus contextos dramáticos e representações.

AUTOR: Maria Eliana Labra

RAP, vol 16, n°4, 1982.

TÍTULO: Instituições internacionais de

Amazônia brasileira: a experiência do Banco Mundial.

AUTOR: Dennis J. Mahar

RAP, vol 16, nº4, 1982.

TÍTULO: Novas reflexões sobre a evolução da teoria administrativa: os quatro momentos cruciais no desenvolvimento da teoria organizacional.

AUTOR: A. Bergamini de Abreu

RAP, vol 16, nº4, 1982.

TÍTULO: Conceitos de empresa pública em diferentes sistemas sócio-econômicos.

AUTOR: Pavle Sicherl

RAP, vol 16, nº4, 1982.

TÍTULO: Controle governamental das empresas públicas.

AUTOR: Paulo Roberto Motta

RAP, vol 16, nº4, 1982.

TÍTULO: Empresa pública - uma palavra e uma visão.

AUTOR: Praxy Fernandes

RAP, vol 16, nº4, 1982.

TÍTULO: Definição e taxionomia da empresa pública.

AUTOR: Leroy P. Jones

RAP, vol 16, nº4, 1982.

TÍTULO: Bibliodata/Calco - Geração de uma base de dados nacional.

AUTOR: Jannice de Mello Monte-Mór & Luiz Fernando Cysneiros

RAP, vol 16, nº4, 1982.

TÍTULO: A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade.

AUTOR: Alberto Guerreiro Ramos

RAP, vol 17, nº1, 1983.

TÍTULO: A nova ignorância e o futuro da

administração pública na América Latina.

AUTOR: Alberto Guerreiro Ramos
RAP, vol 17, nº1, 1983.

TÍTULO: A teoria administrativa e a utilização
inadequada de conceitos.

AUTOR: Alberto Guerreiro Ramos
RAP, vol 17, nº1, 1983.

TÍTULO: Guerreiro Ramos e a importância do
conceito da redução sociológica no
desenvolvimento brasileiro.

AUTOR: Julio Cesar P. Leite
RAP, vol 17, nº1, 1983.

TÍTULO: Delimitação de sistemas sociais.

AUTOR: Charles Reginald Girdwood
RAP, vol 17, nº1, 1983.

TÍTULO: Alberto Guerreiro Ramos - releção
preliminar sobre sua trajetória intelectual, em
homenagem póstuma.

AUTOR: João Eurico Matta
RAP, vol 17, nº1, 1983.

TÍTULO: A via de um guerreiro... com
sabedoria e senso de humor: uma sinopse da
obra de Guerreiro Ramos.

AUTOR: R. M. Garcia
RAP, vol 17, nº1, 1983.

TÍTULO: Contribuição de Guerreiro Ramos
para a sociologia brasileira.

AUTOR:
RAP, vol 17, nº2, 1983.

TÍTULO: Contribuição de Guerreiro Ramos
para a o estudo da administração pública.

AUTOR:
RAP, vol 17, nº2, 1983.

TÍTULO: Guerreiro Ramos e o
desenvolvimento brasileiro.

AUTOR:
RAP, vol 17, nº2, 1983.

TÍTULO: A teoria da delimitação de sistemas sociais.

AUTOR:

RAP, vol 17, nº2, 1983.

TÍTULO: Relatório de andamento de pesquisas com base na teoria da delimitação.

AUTOR:

RAP, vol 17, nº2, 1983.

TÍTULO: Tendências da assistência médica na América Latina.

AUTOR: Antônio Sergio da Silva Arouca

RAP, vol 17, nº3, 1983.

TÍTULO: A medicina de grupo e o complexo médico-industrial.

AUTOR: Hésio Cordeiro

RAP, vol 17, nº3, 1983.

TÍTULO: Movimentos sociais urbanos e a democratização dos serviços de saúde.

AUTOR: Cornelis Johannes van Stralen, Roberto Chabo e Jó Resende

RAP, vol 17, nº3, 1983.

TÍTULO: A força de trabalho em saúde.

AUTOR: Roberto Passos Nogueira

RAP, vol 17, nº3, 1983.

TÍTULO: Saúde para todos: compromisso nacional - implicações políticas.

AUTOR: Antônio José Guerra, Amélia Fernandez de Nardeli Pinto, Eliseo Aquilino Barron Hidalgo, José Luís Córdova Terreros e Roberto Henrique Cuenca Fajardo

RAP, vol 17, nº3, 1983.

TÍTULO: Participação comunitária.

AUTOR: Carlos Manuel Soto Guevara, Efrain Lazo Méndes, Elio Francisco Sierra Andino, Francisco Eduardo Campos, Pedro Enrique Brito Quintana e Pedro Luís Valencia Giraldo.

RAP, vol 17, nº3, 1983.

TÍTULO: Atenção a saúde em áreas urbanas.

AUTOR: Gertrudis Alvarado, Alfonso León Cancino, Damião de Amorim Lipaiss, Marcos Mandelli, Silvia Porto e Félix Héctor Rígoli Cáceres

RAP, vol 17, nº3, 1983.

TÍTULO: Regionalização dos serviços de saúde no Brasil.

AUTOR: Vera Lúcia Almeida Formigli, Ana Maria Marton, Cid Sant'ana Garcia, José Carlos Monteiro e Teresinha Lima de Araújo.

RAP, vol 17, nº3, 1983.

TÍTULO: A prática da pesquisa em ciência social: uma estratégia de decisão e ação.

AUTOR: Alberto M. Bento e Maria Regina D. Ferreira

RAP, vol 17, nº4, 1983.

TÍTULO: Mudanças nos padrões produtivo-organizativos, divisão institucional do trabalho e processo alocatório de recursos no Estado capitalista - uma reerência ao caso da Bahia.

AUTOR: Reginaldo Souza Santos

RAP, vol 17, nº4, 1983.

TÍTULO: A oferta e a procura dos serviços médico-hospitalares no Brasil.

AUTOR: José Rodrigues Filho

RAP, vol 17, nº4, 1983.

TÍTULO: Os custos da dívida pública interna federal no Brasil.

AUTOR: Alfredo Lopes da Silva Neto

RAP, vol 17, nº4, 1983.

TÍTULO: O planejamento sistemático do leiaute administrativo.

AUTOR: Ivan José de Mecenas Silva

RAP, vol 17, nº4, 1983.

TÍTULO: Análise da estrutura formal das organizações - considerações práticas.

AUTOR: A. Bergamini de Abreu

RAP vol 17 nº4 1983.

TÍTULO: Políticas Públicas: o processo decisório na cúpula do setor turismo no Brasil.

AUTOR: Mário G. Nogueira

RAP, vol 17, nº4, 1983

TÍTULO: O futuro das grandes áreas metropolitanas e sua administração.

AUTOR: George Jones

RAP, vol 18, nº1, 1984.

TÍTULO: A concepção francesa das reformas administrativas.

AUTOR: Martine Bellon

RAP, vol 18, nº1, 1984.

TÍTULO: Alguns projetos de reforma administrativa na República Federal da Alemanha.

AUTOR: Hans-Joachim von Oertzen

RAP, vol 18, nº1, 1984.

TÍTULO: A reforma administrativa na Grã-Bretanha (1965-1982).

AUTOR: William Plowden

RAP, vol 18, nº1, 1984.

TÍTULO: A reforma administrativa no Brasil: experiência anterior, situação atual e perspectivas - uma apreciação geral.

AUTOR: Beatriz Wahrlich

RAP, vol 18, nº1, 1984.

TÍTULO: Características da moderna reforma administrativa nos EUA.

AUTOR: Dwight Ink

RAP, vol 18, nº1, 1984.

TÍTULO: Esforços de reforma administrativa de pós-guerra no Japão.

AUTOR: Genrokuro Furuhashi

RAP, vol 18, nº1, 1984.

TÍTULO: Objetivo da reforma administrativa.

AUTOR: Yasuhiro Nakasone

RAP, vol 18, nº1, 1984.

TÍTULO: Reforma administrativa no Japão:
tendências recentes.

AUTOR: Yasuo Watanabe
RAP, vol 18, nº1, 1984.

TÍTULO: A questão regional no Brasil: o
Nordeste (alguns tópicos).

AUTOR: Marco Antonio de Melo
RAP, vol 18, nº1, 1984.

TÍTULO: Modelos de homem e teoria
administrativa.

AUTOR: Alberto Guerreiro Ramos
RAP, vol 18, nº2, 1984

TÍTULO: Estratégias e metodologias de apoio
ao desenvolvimento pessoal, profissional e
funcional.

AUTOR: Margarida Maria Costa Batista & José
Carlos Dantas Meirelles
RAP, vol 18, nº2, 1984

TÍTULO: O financiamento do desenvolvimento
urbano no Brasil - o caso da área metropolitana
de São Paulo.

AUTOR: Josef Barat
RAP, vol 18, nº2, 1984

TÍTULO: Marketing e desenvolvimento
econômico: um estudo empírico.

AUTOR: Linda-Mar Peixoto de Souza &
Angela da Rocha Schmidt
RAP, vol 18, nº2, 1984

TÍTULO: Avaliação de empresas públicas nos
países em desenvolvimento: a perspectiva
social.

AUTOR: Paulo Roberto Motta
RAP, vol 18, nº2, 1984

TÍTULO: Política social, acumulação e
legitimidade.

AUTOR: Jaime Antonio de Araújo Oliveira
RAP, vol 18, nº2, 1984

TÍTULO: Alcance de controle. 50 anos depois.

AUTOR: A. Bergamini de Abreu
RAP, vol 18, nº2, 1984

TÍTULO: Uma proposta alternativa de
pesquisa: a investigação emancipadora.
AUTOR: R. M. Garcia
RAP, vol 18, nº2, 1984

TÍTULO: Burocracia(s) e (des)burocratização.
AUTOR: Wilson Pizza Junior
RAP, vol.18, nº3, 1984.

TÍTULO: A imagem do cliente e do servidor
público: perspectivas para melhorá-la.
AUTOR: Rossi Augusta Alves Corêa
RAP, vol.18, nº3, 1984.

TÍTULO: O contato com o público no Terceiro
Mundo.
AUTOR: Charles T. Goodsell
RAP, vol.18, nº3, 1984.

TÍTULO: A repartição de encargos públicos
entre níveis de governo.
AUTOR: Fernando Rezende & Ana Maria
Brasileiro
RAP, vol.18, nº3, 1984.

TÍTULO: A ampliação dos encargos públicos a
nível estadual: o caso do Paraná.
AUTOR: Maria Luiza Marques Dias & Glória
Fabisiewicz
RAP, vol.18, nº3, 1984.

TÍTULO: Encargos versus recursos -
considerações preliminares sobre a viabilidade
de propostas de redefinição das atribuições
governamentais.
AUTOR: Fernando Rezende, Maria Luiza
Marques Dias & Glória Fabisiewicz
RAP, vol.18, nº3, 1984.

TÍTULO: A base de uma administração
autodeterminada: o diagnóstico emancipador.
AUTOR: Ramon Moreira Garcia

TÍTULO: Empresas públicas como instrumentos de política pública nos Estados Unidos.

AUTOR: Lloyd Musolf

RAP, vol.18, n°3, 1984.

TÍTULO: EBAP: uma idéia que deu certo.

AUTOR: Ana Maria Bernardes Goffi

Marquesini & Déborah Moraes Zouain

RAP, vol.18, n°4, 1984.

TÍTULO: O planejamento econômico no Brasil: considerações críticas.

AUTOR: Nelson Mello e Souza

RAP, vol.18, n°4, 1984.

TÍTULO: Desburocratização e desestatização: novas considerações sobre as prioridades brasileiras de reforma administrativa na década de 80.

AUTOR: Beatriz Wahrlich

RAP, vol.18, n°4, 1984.

TÍTULO: A administração pública numa encruzilhada histórica.

AUTOR: Luciano Zajdsnajder

RAP, vol.18, n°4, 1984.

TÍTULO: Reflexões sobre o processo de tecnificação da medicina no Brasil.

AUTOR: Paulo Ricardo da Silva Maia

RAP, vol.18, n°4, 1984.

TÍTULO: Correntes e tendências da Reforma Tributária.

AUTOR: Roberto Moreira, Luiz Felipe Meira de Castro & Jorge Ferreira da Silva

RAP, vol.18, n°4, 1984.

TÍTULO: A tramitação de um projeto de pesquisa: mitos, ritos e ditos.

AUTOR: Jovelino Muniz de Andrade Filho

RAP, vol.18, n°4, 1984.

TÍTULO: A participação do cidadão nas decisões da administração pública.

AUTOR: Luis Carvalheira de Mendonça
RAP, vol.18, nº4, 1984.

TÍTULO: A política ambiental e o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico.

AUTOR: Maria Celia Nunes Coelho, Odilon Rodrigues Borges & Raymundo Garcia Cota
RAP, vol.18, nº4, 1984.

TÍTULO: Contribuição da EBAP no campo da assistência técnica e desenvolvimento gerencial.

AUTOR: A. Bergamini de Abreu
RAP, vol.18, nº4, 1984.

TÍTULO: A gestão pública como componente do desenvolvimento curricular das Escolas de Administração.

AUTOR: Bianor Scelza Cavalcanti
RAP, vol.18, nº4, 1984.

TÍTULO: Organização da prática médica: que fale o paciente.

AUTOR: Moema Miranda de Siqueira
RAP, vol.19, nº1, 1985.

TÍTULO: O Plano de Reorientação da Assistência Médica da Previdência Social: uma análise da sua coerência, factibilidade, viabilidade e desenho da estratégia.

AUTOR: Heloísa Maria Mendonça de Moraes & Oviromar Flores.
RAP, vol.19, nº1, 1985.

TÍTULO: Reorientação da assistência médica previdenciária: um passo adiante ou dois atrás?

AUTOR: Sonia Maria Fleury Teixeira
RAP, vol.19, nº1, 1985.

TÍTULO: Previdência Social: diagnóstico e perspectivas.

AUTOR: Francisco Eduardo Barreto de Oliveira & Maria Emília R. M. de Azevedo

RAP, vol.19, n°1, 1985.

TÍTULO: O mercado de serviços médicos.

AUTOR: José Rodrigues Filho

RAP, vol.19, n°1, 1985.

TÍTULO: A reorientação da assistência à saúde
no âmbito da Previdência Social - primeiro ano.

AUTOR: Aloysio de Salles Fonseca

RAP, vol.19, n°1, 1985.

TÍTULO: Uma política farmacêutica de tipo
novo: princípios orientadores e resultados
práticos da experiência moçambicana.

AUTOR: Hélder Martins

RAP, vol.19, n°1, 1985.

TÍTULO: O organograma da Nova República.

AUTOR: Bianor Scelza Cavalcanti

RAP, vol.19, n°2, 1985.

TÍTULO: Notas críticas sobre os Seminários de
Educação para Administração de Serviços de
Saúde.

AUTOR: Sonia Maria Fleury Teixeira

RAP, vol.19, n°2, 1985.

TÍTULO: Estrutura e dinâmica da força de
trabalho médica no Brasil na década de 70.

AUTOR: André César Médici

RAP, vol.19, n°2, 1985.

TÍTULO: Colônia Juliano Moreira: o resgate de
um compromisso com a dignidade humana.

AUTOR: Celina Maria T. Martelli, César Victor
Duarte, Luis Carlos Wanderley Lima & Marisa
de Freitas M. Sardinha

RAP, vol.19, n°2, 1985.

TÍTULO: Máquinas e mecanismos.

AUTOR: Wilson Pizza Junior

RAP, vol.19, n°2, 1985.

TÍTULO: Empresas estatais - tentativa de
definição de uma tipologia para a compreensão
do processo de sua expansão.

AUTOR: Reginaldo Souza Santos

RAP, vol.19, nº2, 1985.

TÍTULO: Notas sobre o modelo de planejamento participativo: o caso de Minas Gerais.

AUTOR: Antonio Augusto Pereira Prates & Luis Aureliano Gama de Andrade

RAP, vol.19, nº2, 1985.

TÍTULO: Famerj versus BNH: um estudo de caso sobre movimentos sociais urbanos.

AUTOR: Araci Machado, Silvia Porto & Sylvia Constant Vergara

RAP, vol.19, nº3, 1985.

TÍTULO: A relação Estado e trabalhadores urbanos no Brasil.

AUTOR: Carlos E. Rodríguez López, Carmem Lúcia L. Veloso de Castro & Maria Elide Bortoletto

RAP, vol.19, nº3, 1985.

TÍTULO: A fiscalização da carne no Brasil: estudo de uma política regulatória.

AUTOR: Luis Aureliano Gama de Andrade

RAP, vol.19, nº3, 1985.

TÍTULO: Desenvolvimento organizacional na administração pública - a correlação entre grau de institucionalização e a efetividade da mudança.

AUTOR: Maria José Lara de Bretas Pereira

RAP, vol.19, nº3, 1985.

TÍTULO: Investigação de Ciências Sociais em saúde no Brasil.

AUTOR: Sonia Maria Fleury Teixeira

RAP, vol.19, nº3, 1985.

TÍTULO: A questão organizacional na Universidade: as contribuições de Etzioni e Rice.

AUTOR: Sérgio Proença Leitão

RAP, vol.19, nº4, 1985.

TÍTULO: Reversões hierárquicas e eclosões de conflitos em prisões.

AUTOR: Renan Springer de Freitas
RAP, vol.19, nº4, 1985.

TÍTULO: O incrementalismo como proposta alternativa do desenvolvimento gerencial.

AUTOR: Margarida Maria Costa Batista
RAP, vol.19, nº4, 1985.

TÍTULO: Participação na empresa: uma introdução às suas formas.

AUTOR: Luis E. Carvalheira de Mendonça
RAP, vol.19, nº4, 1985.

TÍTULO: Processo decisório em Universidades: Teoria III.

AUTOR: Suzana Braga Rodrigues
RAP, vol.19, nº4, 1985.

TÍTULO: Da mediação burocrática à mediação partidária: aspectos políticos das relações centro-periferia no Brasil.

AUTOR: Antonio Carlos de Medeiros
RAP, vol.19, nº4, 1985.

TÍTULO: Política social em crise na América Latina.

AUTOR: Sonia Maria Fleury Teixeira
RAP, vol.19, nº4, 1985.

TÍTULO: Aspectos empresarias do Japão de hoje.

AUTOR: Cléber Aquino
RAP, vol.19, nº4, 1985.

TÍTULO: Curtição ou reinvenção do Brasil.

AUTOR: Alberto Guerreiro Ramos
RAP, vol.20, nº1, 1986.

TÍTULO: O Estado e os partidos políticos no Brasil.

AUTOR: Hugo Porto Soares, José Alberto H. de Souza, Liliana Cardinalli & Maria Elizabeth Castro

TÍTULO: Relações Estado/burguesia industrial.
AUTOR: Geraldo S. Pimentel Filho, Humberto
Halison B. de C. e Silva, João Miguel C. S.
Castel-Branco, José Martins da Silva & José
Roberto de M. R. P. Fernandes
RAP, vol.20, n°1, 1986.

TÍTULO: Questões trabalhistas: da competência
legal ao compromisso social.
AUTOR: Sylvia Constant Vergara
RAP, vol.20, n°1, 1986.

TÍTULO: Formulação da política mineral no
Brasil (uma contribuição)
AUTOR: Raymundo Garcia Cota, Maria Celia
Nunes Coelho & Gisela Aquino Pires do Rio
RAP, vol.20, n°1, 1986.

TÍTULO: Todo mundo se julga vitorioso,
inclusive você: a motivação e o dirigente.
AUTOR: Paulo Roberto Motta
RAP, vol.20, n°1, 1986.

TÍTULO: Políticas governamentais e perfis de
intervenção: reflexões acerca da análise da
intervenção estatal.
AUTOR: Pedro Luiz Barros Silva
RAP, vol.20, n°2, 1986.

TÍTULO: Estado e política agrícola no Brasil.
AUTOR: Reginaldo Souza Santos
RAP, vol.20, n°2, 1986.

TÍTULO: Sindicatos ou estadistas: quem prepara
as elites.
AUTOR: João Batista Araújo e Oliveira
RAP, vol.20, n°2, 1986.

TÍTULO: Considerações sobre a Teoria Geral
de Sistemas.
AUTOR: Wilson Pizza Junior
RAP, vol.20, n°2, 1986.

TÍTULO: A determinação do exportador

potenciais.

AUTOR: Rosane Kerbel, Angela da Costa &
Carl Huish Christensen
RAP, vol.20, nº2, 1986.

TÍTULO: O & M em nova perspectiva: o
impacto dos microcomputadores e das
telecomunicações, ou New York x Nova
Iorque.

AUTOR: A. Bergamini de Abreu & Cesar A.
G. Veloso
RAP, vol.20, nº2, 1986.

TÍTULO: Administração pública no Brasil:
exaustão e revigoração do modelo.

AUTOR: Belmiro Valverde J. Castor & Célio
França
RAP, vol.20, nº3, 1986.

TÍTULO: A questão do desemprego e a
situação no Brasil.

AUTOR: Lucival José Siqueira Costa
RAP, vol.20, nº3, 1986.

TÍTULO: A questão da reforma agrária.

AUTOR: Hugo Porto Soares & Maria Elizabeth
Costa
RAP, vol.20, nº3, 1986.

TÍTULO: A força de trabalho em saúde no
Brasil dos anos 70: percalços e tendências.

AUTOR: André Cezar Médici
RAP, vol.20, nº3, 1986.

TÍTULO: As redes institucionais de apoio e a
produção local de alimentos.

AUTOR: R. M. Garcia
RAP, vol.20, nº3, 1986.

TÍTULO: A escolha entre tecnologia nacional e
tecnologia estrangeira: um estudo de
percepções.

AUTOR: Carlos Alberto Hemais, Carl H.
Christensen & Angela da Rocha
RAP, vol.20, nº3, 1986.

TÍTULO: Participação: a palavra de ordem na nova Constituição.

AUTOR: Ana Maria B. G. Marquesini

RAP, vol.20, nº4, 1986.

TÍTULO: A EBAP na Constituinte: desfechos e alternativas.

AUTOR: (Não consta no sumário)

RAP, vol.20, nº4, 1986.

TÍTULO: Comunicação de massa, educação e política.

AUTOR: Antonio de Moraes

RAP, vol.20, nº4, 1986.

TÍTULO: O território e a nova Constituição.

AUTOR: Milton Santos

RAP, vol.20, nº4, 1986.

TÍTULO: Notas sobre a relevância da elaboração de um novo texto constitucional para a efetividade da democracia no Brasil.

AUTOR: José Martins da Silva

RAP, vol.20, nº4, 1986.

TÍTULO: Constituinte e participação popular: notas sobre o caso nordestino.

AUTOR: Maria da Graças de M. Venâncio Paiva

RAP, vol.20, nº4, 1986.

TÍTULO: Alternativas politico-institucionais para a Região Metropolitana de Salvador (Projeto)

AUTOR: Equipe Técnica da Conder

RAP, vol.20, nº4, 1986.

TÍTULO: Cidadania, direitos sociais e Estado.

AUTOR: Sonia Maria Fleury Teixeira

RAP, vol.20, nº4, 1986.

TÍTULO: Defesa nacional e preservação da democracia: riscos e perspectivas quanto ao profissionalismo militar.

AUTOR: Douglas Eden Brotto

TÍTULO: O poder regional - autonomia municipal e Constituinte.

AUTOR: José Nilo de Castro

RAP, vol.21, n°1, 1987.

TÍTULO: Inconstitucionalidade por omissão: uma proposta para a Constituinte.

AUTOR: Anna Cândida da Cunha Ferraz

RAP, vol.21, n°1, 1987.

TÍTULO: Relexões sobre a Constituinte.

AUTOR: Raul Machado Horta

RAP, vol.21, n°1, 1987.

TÍTULO: A estratégia participativa de administração pública.

AUTOR: Isabel R. O. Gómez de Souza

RAP, vol.21, n°1, 1987.

TÍTULO: Interesse público e interesse privado.

AUTOR: Reginaldo Souza Santos

RAP, vol.21, n°1, 1987.

TÍTULO: Empresas públicas multinacionais: o caso da América Latina e do Caribe.

AUTOR: Enrique J. Saravia

RAP, vol.21, n°1, 1987.

TÍTULO: O controle bibliográfico universal, o depósito legal e a Fundação Getúlio Vargas.

AUTOR: Janice Morte-Mór & Marcos Botelho

RAP, vol.21, n°1, 1987.

TÍTULO: History of economic analysis: 30 anos depois.

AUTOR: Ralph Miguel Zerkowski

RAP, vol.21, n°1, 1987.

TÍTULO: Financiamento de programas sociais, com especial atenção ao atendimento médico

AUTOR: Maurício C. Coutinho

RAP, vol.21, n°2, 1987.

TÍTULO: Os trabalhadores urbanos e a ditadura

iiiiiii.

AUTOR: Sergio Murilo Ferreira de Oliveira
RAP, vol.21, nº2, 1987.

TÍTULO: O papel do turismo no
desenvolvimento econômico e social do Brasil.

AUTOR: Mário G. Nogueira
RAP, vol.21, nº2, 1987.

TÍTULO: Indicadores de desempenho da
Universidade: uma avaliação.

AUTOR: Sergio Proença Leitão
RAP, vol.21, nº2, 1987.

TÍTULO: Planejamento a curto prazo /
orçamento programa: teoria e prática.

AUTOR: José Martins da Silva
RAP, vol.21, nº2, 1987.

TÍTULO: Centralização: ainda uma variável
conspíqua na sociedade brasileira.

AUTOR: Paulo Vieira da Silva
RAP, vol.21, nº2, 1987.

TÍTULO: Formulação de uma política de
assistência técnica por instituições de ensino
superior: o caso da Universidade de Brasília.

AUTOR: Maria do Socorro M. V. de Carvalho
& Gilberto Tristão
RAP, vol.21, nº2, 1987.

TÍTULO: Poder constituinte e ordem jurídico-
econômica.

AUTOR: Washington Peluso Albino de Souza
RAP, vol.21, nº2, 1987.

TÍTULO: O treinamento e a unção estratégica
do desenvolvimento de recursos humanos na
reforma administrativa.

AUTOR: José Raymundo Andrade Mendonça
RAP, vol.21, nº2, 1987.

TÍTULO: Percepção e análise de variáveis
organizacionais e individuais em entidades
públicas - esperanças e realidades.

AUTOR: Neuranildes Martins da Costa Zaina

TÍTULO: O processo decisório em organizações brasileiras.

AUTOR: Nice Braga

RAP, vol.21, nº3, 1987.

TÍTULO: Sistemas de custos para universidades federais autárquicas.

AUTOR: R. C. Bastos

RAP, vol.21, nº3, 1987.

TÍTULO: Política de transporte na Região Metropolitana de Belo Horizonte: o papel da Metrobel.

AUTOR: Sérgio de Azevedo & Mônica Mata Machado de Castro

RAP, vol.21, nº3, 1987.

TÍTULO: A transferência de tecnologia na compra, pelas empresas estatais, de bens de capital no exterior - o caso da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

AUTOR: Geraldo Pimentel Filho

RAP, vol.21, nº3, 1987.

TÍTULO: Emprego em saúde na conjuntura recente: lições para a reforma sanitária.

AUTOR: André Cezar Médici

RAP, vol.21, nº3, 1987.

TÍTULO: Encontro sobre Planejamento Local e o Impacto da Urbanização - Relatório.

AUTOR: Frederico Lustosa da Costa

RAP, vol.21, nº3, 1987.

TÍTULO: I Fórum de Administração de Políticas Sociais.

AUTOR: Sonia Maria Fleury Teixeira

RAP, vol.21, nº4, 1987.

TÍTULO: Transição democrática e políticas sociais.

AUTOR: Guillermo O'Donnell

RAP, vol.21, nº4, 1987.

TÍTULO: O social na Nova República.

AUTOR: Eleutério Rodriguez Neto
RAP, vol.21, nº4, 1987.

TÍTULO: A Nova República e as políticas sociais.

AUTOR: Herbert de Souza
RAP, vol.21, nº4, 1987.

TÍTULO: Modernização administrativa: propostas alternativas para o Estado latino-americano.

AUTOR: Paulo Roberto Motta
RAP, vol.21, nº4, 1987.

TÍTULO: Reforma previdenciária: avanço social ou ampliação de privilégios?

AUTOR: Francisco Eduardo Barreto de Oliveira
RAP, vol.21, nº4, 1987.

TÍTULO: O dilema reformista na reforma sanitária brasileira.

AUTOR: Sonia Maria Fleury Teixeira
RAP, vol.21, nº4, 1987.

TÍTULO: O sistema tributário brasileiro: análise crítica da proposta da Cretad.

AUTOR: Fabrício Augusto de Oliveira
RAP, vol.21, nº4, 1987.

TÍTULO: O financiamento de programas sociais: impasses e perspectivas.

AUTOR: Beatriz Azeredo
RAP, vol.22, nº1, 1988.

TÍTULO: Descentralização - uma alternativa de mudança.

AUTOR: Thereza Lobo
RAP, vol.22, nº1, 1988.

TÍTULO: As grandes questões de administração das políticas sociais (recursos humanos): de instituídos a instituintes.

AUTOR: Amélia Cohn
RAP, vol.22, nº1, 1988.

TÍTULO: As possibilidades de controle social das políticas públicas.

AUTOR: Francisco de Assis Machado

RAP, vol.22, nº1, 1988.

TÍTULO: O processo decisório em organizações: metodologia.

AUTOR: Nice Braga

RAP, vol.22, nº1, 1988.

TÍTULO: A gerência na década de 90.

AUTOR: Bernardo Kliksberg

RAP, vol.22, nº1, 1988.

TÍTULO: O governo Reagan e o Senior Executive Service: uma tentativa de retorno à dicotomia política/administração.

AUTOR: Bianor S. Cavalcanti, Karen Hedblom & Larry D. Terry

RAP, vol.22, nº1, 1988.

TÍTULO: Planejamento e ação planejada: o difícil binômio.

AUTOR: Belmiro Valverde Jobim Castor & Nelson Suga

RAP, vol.22, nº1, 1988.

TÍTULO: Movimentos sociais e cidadania: uma nova dimensão para a política social no Brasil.

AUTOR: Maria das Dores Costa

RAP, vol.22, nº2, 1988.

TÍTULO: Movimentos sociais urbanos e pesquisa participante: alternativas a formas e conteúdos clássicos e sua contribuição à construção da cidadania.

AUTOR: Sylvia Constant Vergara

RAP, vol.22, nº2, 1988.

TÍTULO: Alienação e participação.

AUTOR: José da Costa Dantas

RAP, vol.22, nº2, 1988.

TÍTULO: Notas preliminares sobre o padrão de intervenção do estado da Bahia (1955-80).

AUTOR: Reginaldo Souza Santos & José
Carlos Souza de Oliveira.
RAP, vol.22, nº2, 1988.

TÍTULO: Economia da burocracia: o caso da
educação pública estadual do Rio Grande do
Sul.

AUTOR: James Giacomoni
RAP, vol.22, nº2, 1988.

TÍTULO: O Congresso e a política nacional de
informática.

AUTOR: Abdo I. Baaklini & Antonio Carlos
Pojo Rego
RAP, vol.22, nº2, 1988.

TÍTULO: O servidor público nas Constituições
federais brasileiras e no projeto da Assembléia
Nacional Constituinte.

AUTOR: Paulo Vieira da Silva
RAP, vol.22, nº2, 1988.

TÍTULO: Política de desenvolvimento regional:
uma proposta para debates.

AUTOR: Marília Steinberger
RAP, vol.22, nº2, 1988.

TÍTULO: A crise evitável no Sistema
Financeiro da Habitação (SFH).

AUTOR: Jorge Oscar de Mello Flôres
RAP, vol.22, nº2, 1988.

TÍTULO: Organização e administração de
entidades públicas: aspectos políticos,
econômicos e sociais de um paradigma
emergente.

AUTOR: João Benjamin da Cruz Junior
RAP, vol.22, nº3, 1988.

TÍTULO: Para que modernizar a administração
pública?

AUTOR: Ruy de Alencar Matos
RAP, vol.22, nº3, 1988.

TÍTULO: O papel dos governos municipais no

processo de desenvolvimento nacional.

AUTOR: Diogo Lordello de Mello
RAP, vol.22, nº3, 1988.

TÍTULO: Estatização: notas históricas.
AUTOR: Ralph Miguel Zerkowski
RAP, vol.22, nº3, 1988.

TÍTULO: Administração de empresas sob
turbulência econômica no Brasil.
AUTOR: Istvan Kasznar
RAP, vol.22, nº3, 1988.

TÍTULO: Razão e intuição: recuperando o
ilógico na teoria da decisão gerencial.
AUTOR: Paulo Roberto Motta
RAP, vol.22, nº3, 1988.

TÍTULO: O impacto ambiental das obras do
setor elétrico: o reassentamento da população
antiga pela Usina de Itaparica.
AUTOR: Geraldo Pimentel Filho
RAP, vol.22, nº3, 1988.

TÍTULO: Enfrentando a crise: a prática da
administração estratégica na Unibras.
AUTOR: Ramon M. Garcia
RAP, vol.22, nº3, 1988.

TÍTULO: Administração da empresa rural.
AUTOR: Benedicto Silva
RAP, vol.22, nº3, 1988.

TÍTULO: Limites e possibilidades de
intervenção organizacional: anotações à
margem de um relatório de consultoria.
AUTOR: Frederico Lustosa da Costa & Maria
do Socorro Macedo Vieira de Carvalho
RAP, vol.22, nº3, 1988.

TÍTULO: O beneficiário como defensor da
Previdência Social.
AUTOR: José Carlos Carvalho
RAP, vol.22, nº3, 1988.

TÍTULO: Pobreza dos erários municipais e

soluções urgentes.

AUTOR: Ênio Ávila Correia
RAP, vol.22, nº3, 1988.

TÍTULO: Conversão da dívida: a nova versão da dívida.

AUTOR: Júlio César do Prado Leite
RAP, vol.22, nº3, 1988.

TÍTULO: Consultor, decisor, ou implantador: qual é a sua?

AUTOR: Marco A. Oliveira
RAP, vol.22, nº3, 1988.

TÍTULO: Repensando e redefinindo a administração.

AUTOR: Jorge Ferreira da Silva
RAP, vol.22, nº4, 1988.

TÍTULO: Atendimento hospitalar: o que importa para o paciente?

AUTOR: Moema Miranda de Sequeira
RAP, vol.22, nº4, 1988.

TÍTULO: A utilização de cenários na formulação e análise de políticas para o setor público.

AUTOR: Henrique de Azevedo Ávila & Marcio Peixoto Siqueira Santos
RAP, vol.22, nº4, 1988.

TÍTULO: O processo decisório em organizações brasileiras: comportamentos comunicativos.

AUTOR: Nice Braga
RAP, vol.22, nº4, 1988.

TÍTULO: Análise de mudanças estruturais em organizações: o caso do CNPq.

AUTOR: Edna Rita dos Santos Pacheco
RAP, vol.22, nº4, 1988.

TÍTULO: O contato com o público-cliente numa instituição pública.

AUTOR: Rossi Augusta Alves Corrêa & Elisabeth Cardoso

RAP, vol.22, nº4, 1988.

TÍTULO: Auxílio-doença previdenciário:
benefício ou malefício?

AUTOR: Maria Eliana Labra

RAP, vol.22, nº4, 1988.

TÍTULO: Vinte e dois anos de política de
habitação popular (1964-86): criação, trajetória
e extinção do BNH.

AUTOR: Sérgio de Azevedo

RAP, vol.22, nº4, 1988.

TÍTULO: Criatividade da administração na
evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro.

AUTOR: Antonio Manoel de Siqueira
Cavalcanti

RAP, vol.22, nº4, 1988.

TÍTULO: Que recessão teremos?

AUTOR: Istvan Karoly Kasznar

RAP, vol.22, nº4, 1988.

TÍTULO: Governabilidade e controles.

AUTOR: Carlos Estevam Martins

RAP, vol.23, nº1, 1989.

TÍTULO: O estado atual da política cultural no
Brasil: uma agenda de debates.

AUTOR: Luiz Felipe Meira de Castro

RAP, vol.23, nº1, 1989.

TÍTULO: Introdução ao pensamento de Hélio
Jaguaribe: seus artigos de 1949 no Jornal do
Comércio.

AUTOR: Leila Leite Hernandez

RAP, vol.23, nº1, 1989.

TÍTULO: Projeto Niterói: uma tentativa de
recuperação da história recente.

AUTOR: Neuza Maria de Nogueira Moysés

RAP, vol.23, nº1, 1989.

TÍTULO: Possibilidades e riscos do
crescimento do turismo no Nordeste.

AUTOR: Maria das Gracas de Menezes

RAP, vol.23, nº1, 1989.

TÍTULO: Administração da pesquisa agropecuária - reflexões sobre um Centro Nacional de Pesquisas da Embrapa.

AUTOR: Tomás A. Guimarães & Frederico Ozanan M. Durães

RAP, vol.23, nº1, 1989.

TÍTULO: O padrão brasileiro de intervenção pública no saneamento básico.

AUTOR: Marcus André B. C. de Melo

RAP, vol.23, nº1, 1989.

TÍTULO: São Paulo, metrópole corporativa.

AUTOR: Milton Santos

RAP, vol.23, nº1, 1989.

TÍTULO: Rural e urbano: crítica à visão oficial e sugestão para uma abordagem sociológica.

AUTOR: Manoel Malheiros Tourinho

RAP, vol.23, nº1, 1989.

TÍTULO: Força de trabalho e produção de serviços de saúde.

AUTOR: André Cezar Médici

RAP, vol.23, nº1, 1989.

TÍTULO: A anomalia do fato administrativo.

AUTOR: Fernando G. Tenório

RAP, vol.23, nº2, 1989.

TÍTULO: Os Conselhos Governo-Comunidade: teoria e realidade.

AUTOR: Luiz Marcolino Souza das Virgens & Selene Herculano dos Santos

RAP, vol.23, nº2, 1989.

TÍTULO: Algumas considerações sobre o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social.

AUTOR: Renilda Almeida Marques de Oliveira

RAP, vol.23, nº2, 1989.

TÍTULO: Planejamento descentralizado e

ascendentes do setor saúde na esfera municipal.

uma experiência da Prefeitura Municipal de Belém.

AUTOR: Eliseu Paes Marques, Paulo Roberto Freire Baptista & Sonia Lucia Bastos Maranhão
RAP, vol.23, nº2, 1989.

TÍTULO: Breves notas sobre a natureza da política agropecuária brasileira: do planejamento por produto ao planejamento global.

AUTOR: Reginaldo Souza Santos
RAP, vol.23, nº2, 1989.

TÍTULO: Notas sobre a política nacional de transportes urbanos (1972-1986).

AUTOR: Elvia Mirian Cavalcanti Fadul
RAP, vol.23, nº2, 1989.

TÍTULO: A organização social brasileira e a experiência gerencial - uma tentativa de análise sociológica.

AUTOR: L. A. Alves Soares
RAP, vol.23, nº2, 1989.

TÍTULO: A carreira diplomática no Brasil: o processo de burocratização do Itamarati.

AUTOR: Zairo Borges Cheibub
RAP, vol.23, nº2, 1989.

TÍTULO: Limites da soberania.

AUTOR: Rômulo Paes Barreto
RAP, vol.23, nº2, 1989.

TÍTULO: Constituinte estadual e regiões metropolitanas.

AUTOR: Celina Maria de Souza
RAP, vol.23, nº2, 1989.

TÍTULO: A formação do médico e o social no Brasil: questões da pós-modernidade.

AUTOR: André Cezar Médici
RAP, vol.23, nº2, 1989.

TÍTULO: Saúde e crise na América Latina (impactos sociais e políticas de ajuste)

AUTOR: AMILIO CEZAR FIGUEIRA

RAP, vol.23, nº3, 1989.

TÍTULO: O custo social do pagamento da dívida na América Latina.

AUTOR: Sonia Maria Fleury Teixeira

RAP, vol.23, nº3, 1989.

TÍTULO: Recessão e financiamento das políticas sociais.

AUTOR: Eduardo Fagnani, José Carlos Braga & Pedro Luis Barros Silva

RAP, vol.23, nº3, 1989.

TÍTULO: Os impactos sociais da crise econômica, políticas sociais e transição democrática.

AUTOR: Carlos Aguiar de Medeiros

RAP, vol.23, nº3, 1989.

TÍTULO: Municípios e Regiões Metropolitanas (antes e depois da Carta Magna de 1988).

AUTOR: João Gonçalves de Lemos

RAP, vol.23, nº4, 1989.

TÍTULO: Previdência Social na nova Constituição.

AUTOR: Lucival Costa

RAP, vol.23, nº4, 1989.

TÍTULO: Os bancos múltiplos na Constituição.

AUTOR: Istvan Kaszmar

RAP, vol.23, nº4, 1989.

TÍTULO: Poder local e participação Espanha/Brasil - perspectivas constitucionais, avanços e limites.

AUTOR: Tânia Fischer & Ângela Teixeira

RAP, vol.23, nº4, 1989.

TÍTULO: Recursos humanos e transformação social: onde se encontram os desafios?

AUTOR: José Eduardo C. Messeder

RAP, vol.23, nº4, 1989.

TÍTULO: Pesquisa-ação - uma opção metodológica para conhecimento-mudança da realidade organizacional.

AUTOR: Pedro Aníbal Drago

RAP, vol.23, nº4, 1989.

TÍTULO: Gerência de idéias novas - como despertar a criatividade e vencer a impotência do desejo inovacional?

AUTOR: Paulo Roberto Motta

RAP, vol.23, nº4, 1989.

TÍTULO: A questão do Centro Popular de Cultura (CPC): o CPC posto em questão.

AUTOR: Leila M. G. Leite Hernandez

RAP, vol.23, nº4, 1989.

TÍTULO: Administração municipal e descentralização política: notas para uma discussão.

AUTOR: Adelaide Maria Coelho Baêta

RAP, vol.23, nº4, 1989.

TÍTULO: A nova Constituição - uma administração municipal?

AUTOR: Ivan Beck Ckagnazaroff

RAP, vol.23, nº4, 1989.

TÍTULO: Golpe no personalismo: melhor para a administração pública.

AUTOR: Antonio Iran Gadelha & José da Silva Seráfico de Assis Carvalho.

RAP, vol.23, nº4, 1989.

TÍTULO: Política urbana e participação popular.

AUTOR: Celina Maria de Souza

RAP, vol.23, nº4, 1989.

TÍTULO: O real e o sonho.

AUTOR: Wanderlei Fernandes dos Santos

RAP, vol.23, nº4, 1989.

TÍTULO: Representações do funcionário público.

RAP, vol.24, nº1, 1990.

TÍTULO: A chefia feminina na administração pública brasileira.

AUTOR: Carmem Barroso

RAP, vol.24, nº1, 1990.

TÍTULO: Estrutura, cultura e desempenho organizacional na Universidade.

AUTOR: Sérgio Proença Leitão

RAP, vol.24, nº1, 1990.

TÍTULO: A campanha "antiestatização" e o desempenho das principais empresas estatais (1965-85).

AUTOR: Paulo Henrique Rodrigues

RAP, vol.24, nº1, 1990.

TÍTULO: Reflexões sobre a política de assistência no Brasil.

AUTOR: Valéria Rezende de Oliveira

RAP, vol.24, nº1, 1990.

TÍTULO: O Brasil urbano - perspectiva político institucional da urbanização brasileira.

AUTOR: Arlindo Villaschi Filho & Antônio Carlos de Medeiros

RAP, vol.24, nº1, 1990.

TÍTULO: Impactos da tecnologia de base microeletrônica na indústria de processo contínuo: um estudo de caso na petroquímica.

AUTOR: Helena Maria Crivellari & Francisco Lima Cruz Teixeira

RAP, vol.24, nº1, 1990.

TÍTULO: Política rural e trabalho assalariado: uma análise a partir do Polonordeste.

AUTOR: José Maciel dos Santos Filho

RAP, vol.24, nº1, 1990.

TÍTULO: O futuro do federalismo na Nova República.

AUTOR: Wayne A. Selcher

RAP, vol.24, nº1, 1990.

TÍTULO: Modernidade: uma questão de tecnologia ou de valores?

AUTOR: Bianor Scelza Cavalcanti

RAP, vol.24, nº1, 1990.

TÍTULO: Curso noturno de administração - um esforço de democratização do acesso ao ensino superior.

AUTOR: Adelaide Maria Coelho Baêta

RAP, vol.24, nº1, 1990.

TÍTULO: Tem razão a administração?

AUTOR: Fernando Guilherme Tenório

RAP, vol.24, nº2, 1990.

TÍTULO: Contribuições para uma teoria organizacional brasileira.

AUTOR: Maurício Serva

RAP, vol.24, nº2, 1990.

TÍTULO: A alocação de recursos em regimes militares: os casos da Argentina e do Brasil.

AUTOR: Gil Shidlo

RAP, vol.24, nº2, 1990.

TÍTULO: Accountability: quando poderemos traduzir para o português?

AUTOR: Anna Maria Campos

RAP, vol.24, nº2, 1990.

TÍTULO: Resseguro no Brasil: retrospectiva e perspectiva.

AUTOR: José Octávio dos Santos Costa

RAP, vol.24, nº2, 1990.

TÍTULO: Descentralização dos serviços de saúde: dimensões analíticas.

AUTOR: Sonia Maria Fleury Teixeira

RAP, vol.24, nº2, 1990.

TÍTULO: Acidentes de trabalho na Região Metropolitana de Salvador: um estudo sobre invalidez permanente.

AUTOR: Lucival Costa

RAP, vol.24, nº2, 1990.

TÍTULO: Em busca de novos paradigmas para a análise de políticas públicas.

AUTOR: Antônio Carlos de Medeiros & Hugo Júnior Brandião.

RAP, vol.24, nº3, 1990.

TÍTULO: A nova estratégia da reforma do Estado.

AUTOR: Gileno Fernandes Marcelino

RAP, vol.24, nº3, 1990.

TÍTULO: Racionalidade administrativa na lógica de ação dos dirigentes da empresa estatal - um estudo nas empresas estaduais de Santa Catarina.

AUTOR: Vera B. M. Carneiro da Cunha

RAP, vol.24, nº3, 1990.

TÍTULO: Fragilidade financeira do setor público.

AUTOR: Suely Maria Ribeiro Leal

RAP, vol.24, nº3, 1990.

TÍTULO: A busca da igualdade: restrições institucionais e políticas para o desenvolvimento social da América Latina.

AUTOR: Roberto P. Guimarães

RAP, vol.24, nº3, 1990.

TÍTULO: Pontos críticos na Ciência das Organizações.

AUTOR: Wilson Pizza Junior

RAP, vol.24, nº3, 1990.

TÍTULO: O mito da participação.

AUTOR: Fernando Guilherme Tenório

RAP, vol.24, nº3, 1990.

TÍTULO: Descentralização do modelo de prestação de serviços de saúde em São Paulo.

AUTOR: Luciano A. Prates Junqueira & Rose Marie Inojosa

RAP, vol.24, nº4, 1990.

TÍTULO: A municipalização nos Sistemas

AUTOR: Rose Marie Inojosa
RAP, vol.24, nº4, 1990.

TÍTULO: Reflexões sobre uma proposta de
gestão de sistema local de saúde.

AUTOR: Gastão Wagner de Souza Campos
RAP, vol.24, nº4, 1990.

TÍTULO: Equidade na saúde: uma análise em
serviços ambulatoriais públicos em Belo
Horizonte.

AUTOR: Moema Miranda de Siqueira
RAP, vol.24, nº4, 1990.

TÍTULO: A informação em saúde no processo
de tomada de decisão.

AUTOR: Maria Bernadete de Paula Eduardo
RAP, vol.24, nº4, 1990.

TÍTULO: Método de pagamento hospitalar no
Brasil.

AUTOR: José Rodrigues Filho
RAP, vol.24, nº4, 1990.

TÍTULO: Em busca de novos modelos
gerenciais: os grupos diagnósticos homogêneos
e a gerência hospitalar.

AUTOR: Francisco Campos Braga Neto,
Cláudio Travassos Veras, Marina Ferreira
Noronha, Monica Martins & Iuri Leite
RAP, vol.24, nº4, 1990.

TÍTULO: A formação de administradores para
o setor saúde: algumas considerações sobre o
atual momento brasileiro e a responsabilidade
da universidade.

AUTOR: Gonzalo Vecina Neto
RAP, vol.24, nº4, 1990.

TÍTULO: Padrões de reforma sanitária e
política de formação de recursos humanos: o
caso da Fiocruz.

AUTOR: André Cezar Médici
RAP, vol.24, nº4, 1990.

TÍTULO: A questão regional no segundo
Governo Vargas.

AUTOR: Hermes Magalhães Tavares
RAP, vol.25, nº1, 1991.

TÍTULO: Declarações de objetivo e legitimação
organizacional.

AUTOR: Tereza Lúcia Halliday
RAP, vol.25, nº1, 1991.

TÍTULO: Cem dias de governo Collor:
avaliação da Reforma Administrativa.

AUTOR: José Cezar Castanhar
RAP, vol.25, nº1, 1991.

TÍTULO: Mudança organizacional no setor
público.

AUTOR: Frederico Lustosa da Costa & Bianor
Scelza Cavalcanti
RAP, vol.25, nº1, 1991.

TÍTULO: Impacto das novas políticas
governamentais na imagem do Governo.

AUTOR: Rossi Augusta Alves Corrêa & Ana
Maria B. G. Marquesini
RAP, vol.25, nº1, 1991.

TÍTULO: Sobre o plano Collor: uma análise de
public choice.

AUTOR: Jorge Vianna Monteiro
RAP, vol.25, nº1, 1991.

TÍTULO: O Suds/RJ e a municipalização - um
processo em andamento.

AUTOR: Eliana Pereira Azem, Maria Manuela
P. C. A. dos Santos & Neusa Maria Nogueira
Moysés.
RAP, vol.25, nº2, 1991.

TÍTULO: Política pública, ambiente e qualidade
de vida - revisitando o Planasa.

AUTOR: Nilson do Rosário Costa
RAP, vol.25, nº2, 1991.

TÍTULO: Mercado farmacêutico: um nanorama

da decisão de ou.

AUTOR: André Cunha Tavares
RAP, vol.25, nº2, 1991.

TÍTULO: A prática do planejamento dentro das burocracias públicas: um novo enfoque dos papéis desempenhados pelos planejadores.
AUTOR: Linda Maria de Pontes Gondim
RAP, vol.25, nº2, 1991.

TÍTULO: O discurso gerencial como lógica da dominação na organização.
AUTOR: Antonio Carlos Freddo
RAP, vol.25, nº2, 1991.

TÍTULO: O poder local no Brasil: temas de pesquisas e desafios da transição.
AUTOR: Tânia Fischer
RAP, vol.25, nº2, 1991.

TÍTULO: O que todo mundo sabe de treinamento.
AUTOR: Wilson Pizza Junior
RAP, vol.25, nº2, 1991.

TÍTULO: O comportamento empresarial influenciado pelo jogo permanente do "sistema de valores e de atitudes" do dirigente.
AUTOR: Nilda Maria C. P. G. Leone
RAP, vol.25, nº2, 1991.

TÍTULO: Setor informal em Natal: espaço de políticas públicas.
AUTOR: Maria das Graças Figueiredo da Luz, Maria da Graças de M. V. Paiva & Paulo Ney Silva Bulhões
RAP, vol.25, nº2, 1991.

TÍTULO: Finanças públicas no município de Campinas, 1980-88.
AUTOR: Maurício C. Coutinho
RAP, vol.25, nº2, 1991.

TÍTULO: Por uma política de conservação da natureza: o desafio de Petrópolis.
AUTOR: Carmem B. Fabriani

TÍTULO: Plano Collor frente a um novo Estado e a uma nova administração pública.

AUTOR: Celina Maria de Souza & Raul José Paz

RAP, vol.25, n°2, 1991.

TÍTULO: Transição demográfica e novas demandas em saúde: o atendimento à terceira idade.

AUTOR: Adelaide Maria Coelho Baêta

RAP, vol.25, n°2, 1991.

TÍTULO: As Nações Unidas e a reestruturação da ordem mundial.

AUTOR: Hélio Jaguaribe

RAP, vol.25, n°3, 1991.

TÍTULO: A crise do Estado e do seu aparelho.

AUTOR: Celina Souza

RAP, vol.25, n°3, 1991.

TÍTULO: Participação e planejamento: arranjo preliminar.

AUTOR: Pedro Demo

RAP, vol.25, n°3, 1991.

TÍTULO: Tarifa social - cultura e política no serviço de energia elétrica.

AUTOR: Alfredo Maciel da Silveira

RAP, vol.25, n°3, 1991.

TÍTULO: A sociedade e as organizações.

AUTOR: Maria Helena Machado

RAP, vol.25, n°3, 1991.

TÍTULO: Fenômenos ligados ao autoritarismo organizacional: a visão crítica de Guerreiro Ramos sobre organização autocrática.

AUTOR: Pedro Paulo Carbone

RAP, vol.25, n°3, 1991.

TÍTULO: A empresa pública e o desafio de um mercado em transformação: o caso do Banco do Brasil.

AUTOR: Adelaide Maria Coelho Baêta & João
Batista Diniz Leite
RAP, vol.25, nº3, 1991.

TÍTULO: Razão e intuição na tomada de
decisão: uma abordagem exploratória.
AUTOR: Sylvia Constant Vergara
RAP, vol.25, nº3, 1991.

TÍTULO: O contexto institucional e operacional
do setor saúde e sua relevância para o Suds.
AUTOR: Aluizio Loureiro Pinto & Wanderlei
Garcia Donini
RAP, vol.25, nº3, 1991.

TÍTULO: A idéia de universidade na Reforma
Universitária de 1968.
AUTOR: Manuel Dias da Fraga & Lúcia Maria
França Siano
RAP, vol.25, nº3, 1991.

TÍTULO: Gestão pública integrada: implicações
para a formulação de teorias, modernização
administrativa e ensino da Administração
Pública.
AUTOR: Bianor Scelza Cavalcanti
RAP, vol.25, nº3, 1991.

TÍTULO: Trânsito urbano: a violência e o seu
contexto político.
AUTOR: Licinio da Silva Portugal & Marcio
Peixoto de Sequeira Santos
RAP, vol.25, nº3, 1991.

TÍTULO: Deslocando as fronteiras da
organização dos serviços de saúde.
AUTOR: Adelaide Maria Coelho Baêta
RAP, vol.25, nº3, 1991.

TÍTULO: O desenvolvimento gerencial no
BNDES - Participações como processo de
conflito organizacional.
AUTOR: L. A. Alves Soares
RAP, vol.25, nº3, 1991.

TÍTULO: Projetos comunitários: elaborando um referencial teórico.

AUTOR: Fernando Guilherme Tenório & Helenice Feijó de Carvalho

RAP, vol.25, nº3, 1991.

TÍTULO: Ecologia, desenvolvimento e sociedade civil.

AUTOR: Isabel Carvalho

RAP, vol.25, nº4, 1991.

TÍTULO: Administração e meio-ambiente.

AUTOR: Wilson Pizza Junior

RAP, vol.25, nº4, 1991.

TÍTULO: Projetos de desenvolvimento e impacto ambiental: uma visão histórica sob a ótica do Banco de Desenvolvimento.

AUTOR: Paulo Sérgio Moreira da Fonseca & Marcelo Nardin

RAP, vol.25, nº4, 1991.

TÍTULO: A preservação da Mata Atlântica e a inconstitucionalidade do Decreto nº 99.547/90.

AUTOR: Patrícia Silveira da Rosa

RAP, vol.25, nº4, 1991.

TÍTULO: A incorporação da dimensão ambiental no plano de longo prazo do setor elétrico.

AUTOR: Geraldo Pimentel & Silvia Helena Pires Nogueira Lima

RAP, vol.25, nº4, 1991.

TÍTULO: Planejamento autoritário e desordem sócioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações em Tucuruí.

AUTOR: Henri Acselrad

RAP, vol.25, nº4, 1991.

TÍTULO: Seguridade social - velhos problemas, novos desafios.

AUTOR: Pedro Luís Barros Silva & André Cezar Médici

RAP, vol.25, nº4, 1991.

TÍTULO: Perspectivas da descentralização do sistema de saúde na Bolívia.

AUTOR: Sonia Maria Fleury Teixeira
RAP, vol.25, nº4, 1991.

TÍTULO: Administrando a sobrevivência: indicadores de declínio de revitalização organizacional em ambiente adverso.

AUTOR: Hermano Roberto Thiry-Cherques
RAP, vol.25, nº4, 1991.

TÍTULO: A crise das finanças dos municípios das capitais estaduais (MCAPS): os anos 80.

AUTOR: Alfredo Meneghetti Neto
RAP, vol.25, nº4, 1991.

TÍTULO: Descentralização, papel dos governos locais no processo de desenvolvimento nacional e recursos financeiros necessários para que os governos locais possam cumprir seu papel.

AUTOR: Diogo Lordello de Mello
RAP, vol.25, nº4, 1991.

TÍTULO: Gestão urbana e qualidade de vida.

AUTOR: Maurício Serva
RAP, vol.25, nº4, 1991.

TÍTULO: A inserção da variável ambiental no planejamento do território.

AUTOR: Marco Aurélio dos Santos & José Antonio Sena do Nascimento.
RAP, vol.26, nº1, 1992.

TÍTULO: Administrando o controle da poluição: o papel do auditor ambiental.

AUTOR: Mário Epstein
RAP, vol.26, nº1, 1992.

TÍTULO: Revisitando a abordagem jurídica da questão ambiental: como as Constituições Estaduais tratam o meio ambiente.

AUTOR: Ana Maria B. G. Marquesini & Deborah Moraes Zouain
RAP, vol.26, nº1, 1992.

TÍTULO: Formação de recursos humanos para a gestão ambiental.

AUTOR: Flora Cerqueira

RAP, vol.26, nº1, 1992.

TÍTULO: Metodologias de avaliação de impacto ambiental: aplicações e seus limites.

AUTOR: G. Pimentel & S. H. Pires

RAP, vol.26, nº1, 1992.

IV - TABELAS

PESQUISA NOVAS TECNOLOGIAS NO ESPAÇO METROPOLITANO : A QUESTÃO DA SAÚDE E DO TRABALHO

COORDENADORA ; ANA CLARA TORRES RIBEIRO

TABELAS DA CONSTITUIÇÃO

NOME : RITA DE CASSIA DA SILVA

TABELA DA CONSTITUIÇÃO - REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988
 ORGANIZADA A PARTIR DOS TEMAS DA PESQUISA NTIC/ GESTO

	Ciência/Tecnologia	Saúde	Previdência
Título II Dos Direitos e garantias fundamentais Capítulo I Dos direitos individuais e coletivos	Art. 5 incisos XXIX		
Capítulo II Dos direitos sociais		Art. 6 Art. 7, inciso IV inciso XXII inciso XXIII inciso XXXIII inciso XXXI inciso XXXII inciso XXXIII	
Capítulo IV			
Capítulo V Dos partidos políticos			
Título III Da organização do Estado Capítulo I			

	Ciência/Tecnologia	Saúde	Previdência
Da organização político administrativa			
Capítulo II Da união		Art. 23, inciso II Art. 24, inciso XII inciso XIV	Art. 21 inciso VIII Art. 22, inciso XXIII Art. 24, inciso XII
Capítulo IV dos Municípios		Art. 30, inciso VII	
Capítulo VII da Administração Pública		Art.37, inciso VIII ,inciso XVI,alinea c Art. 40 inciso III parágrafo 1	Art. 37, inciso V Art. 40, inciso I ,inciso III parágrafo 1 Art. 40, inciso III, parágrafo 4 e 5
Título IV da Organ. dos Poderes Capítulo I -Do Poder Legislativo			Seção IX , Art.71, inciso III
Capítulo II- Do Poder Executivo			
Capítulo III - Do Poder Judiciário			Art. 93 - inciso VI Art. 109 - inciso IX parágrafo 3

	Ciência/Tecnologia	Saúde	Previdência
Capítulo V - Das Funções Essenciais à Justiça			
Título V - Da defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Capítulo I - Do Estado de Defesa e do Estado de Sítio.			
Título VI - Das Tributações e do Orçamento. Capítulo I - Do Sistema Tributação Nacional			Art. 149 - parágrafo único Art. 150, inciso VI parágrafo 6 Art. 153, inciso II
Capítulo II - Das Finanças Públicas			Art. 165, inciso III Art. 167, inciso VIII
Título VII - Da Ordem Econômica e Financeira Capítulo I - Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica	Art. 171, inciso II		
Capítulo II - Da Política Urbana.			
Capítulo III - Da Política Agrícola e Fundiária e a Reforma agrária	Art. 187, inciso III		

	Ciência/Tecnologia	Saúde	Previdência
Capítulo IV - Do sistema Financeiro Nacional			Art. 192, inciso II
Título VIII - Da Ordem Social			
Capítulo I - Disposição Geral			
Capítulo II - Da seguridade social	Art. 200, inciso V	Seção II - Art. 196 ao 200 Art 202 -inciso II Art. 203 - inciso IV Inciso V	Art. 194 (todo) Art. 195 (todo) Seção III - Art. 201 Art. 202
Capítulo III - Da Educação , Da Cultura e dos Desporto	Art. 213 , inciso II - parágrafo 2 Art. 214, inciso V Art. 216, inciso III	Art. 208, inciso III inciso VII Art. 212 - parágrafo 4	
Capítulo IV - Da ciência e Tecnologia	Art. 218		
Capítulo V - Da Comunicação Social		Art. 220, inciso II - parágrafo 4 Art. 225 (todo)	
Capítulo VI - Do meio ambiente		Art. 227- parágrafo 1- inciso I incisoll Parágrafo 2	Art. 227, incisos II- III
Capítulo VII - Da Família, Da Criança, Do Adolescente e Do Idoso			
Capítulo VIII - Dos Indios			

	Ciência/Tecnologia	Saúde	Previdência
Título IX - Das Disposições Constitucionais gerais	Art. 239 - parágrafo 4	Art. 244	Art.240
Atos das Disposições Constitucionais Transitórias		Art. 10, inciso II Art. 17 - parágrafo 1 e 2 Art. 53, inciso IV Art.55 Art. 56 Art. 57 - parágrafo 4	Art. 8 - parágrafo 4 Art. 17 Art. 20 Art. 22 Art. 36 Art. 55 ao 59 Parágrafo 5 - art.57

PESQUISA NOVAS TECNOLOGIAS NO ESPAÇO METROPOLITANO : A QUESTÃO DA SAÚDE E DO TRABALHO

COORDENADORA ; ANA CLARA TORRES RIBEIRO

TABELAS DA CONSTITUIÇÃO

NOME : RITA DE CASSIA DA SILVA

TABELA DA CONSTITUIÇÃO - REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988.
ORGANIZADA A PARTIR DOS TEMAS DA PESQUISA NTIC/ GESTO

	Planej. Urbano	Integração social	Peq. empresas
Título II Dos Direitos e garantias fun- damentais Capítulo I Dos direitos individuais e coletivos			
Capítulo II Dos direitos sociais			
Capítulo IV			
Capítulo V Dos partidos políticos			
Título III Da organização do Estado Capítulo I Da organização político administrativa			

	Planej. Urbano	Integração Social	Peq. Empresas
Capítulo II Da união	Art. 21 inciso XX Art. 23 inciso IX	Art. 23 inciso X	
Capítulo IV dos Municípios	Art. 29, inciso XI Art. 30, inciso VIII		
Capítulo VII da Administração Pública	Seção IV das Regiões Art. 43		
Título IV da Organ. dos Poderes Capítulo I - Do Poder Legislativo			
Capítulo II- Do Poder Executivo			
Capítulo III - Do Poder Judiciário	Art. 102 - inciso III - alínea c		
Capítulo V - Das Funções Essenciais à Justiça			

	Planej. Urbano	Integração Social	Peq. Empresas
Título V - Da defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Capítulo I - Do Estado de Defesa e do Estado de Sítio.			
Título VI - Das Tributações e do Orçamento. Capítulo I - Do Sistema Tributação Nacional	Art. 155, inciso I - parágrafo 1 Art. 156, inciso I, II	Art. 149 - parágrafo único	
Capítulo II - Das Finanças Públicas			
Título VII - Da Ordem Econômica e Financeira Capítulo I - Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica		Art. 170, incisos I ao VIII	Art. 170, inciso IX Art. 179
Capítulo II - Da Política Urbana.	Art. 182 Art. 183		
Capítulo III - Da Política Agrícola e Fundiária e a Reforma agrária			Art. 185, incisos I,II
Capítulo IV - Do sistema Financeiro Nacional			

	Planej. Urbano	Integração Social	Peq. Empresas
Título VIII - Da Ordem Social Capítulo I - Disposição Geral			
Capítulo II - Da seguridade social		Art. 194 (todo) Art. 195 (todo)	
Capítulo III - Da Educação , Da Cultura e dos Desporto	Art. 216, inciso V	Seção I (todos os Art.)	
Capítulo IV - Da ciência e Tecnologia			
Capítulo V - Da Comunicação Social			
Capítulo VI - Do meio ambiente			
Capítulo VII - Da Família, Da Criança, Do Adolescente e Do Idoso		Art. 226 ao 230	
Capítulo VIII - Dos Índios			
Título IX - Das Disposições Constitucionais gerais		Art. 239 - parágrafo 2	
Atos das Disposições Constitucionais Transitórias	Art. 49 Art. 57 - parágrafo 4	Art. 56 Art.57 - parágrafo 4 Art. 60	Art. 47, inciso I , II parágrafo 1

PESQUISA NOVAS TECNOLOGIAS NO ESPAÇO METROPOLITANO : A QUESTÃO DA SAÚDE E DO TRABALHO

COORDENADORA ; ANA CLARA TORRES RIBEIRO

TABELAS DA CONSTITUIÇÃO

NOME : RITA DE CASSIA DA SILVA

	Comunicação	Trabalho	Organização
Título III Da organização do Estado Capítulo I Da organização político administrativa			Art. 18, parágrafo 1, 2, 3 e 4 Art. 19, incisos I, II e III
Capítulo II Da união	Art. 21, inciso X inciso XI inciso XII inciso XVI Art. 22, inciso IV inciso V inciso XXIX	Art. 21, inciso XXIV Art. 22, inciso I inciso XVI	
Capítulo IV dos Municípios			Art. 29, inciso XI
Capítulo VII da Administração Pública	Art. 37, inciso XXI parágrafo 1		Seção I Art. 37, inciso VI , inciso VII Seção III Art. 42, parágrafo 5

	Comunicação	Trabalho	Oganização
Título IV da Organ. dos Poderes Capítulo I - Do Poder Legislativo	Art. 48, inciso XII Art. 49, inciso XII Seção V - art. 54 art.55, parágrafo 1		Seção VII Art. 58 inciso II, IV Parágrafo 3 Subseção III - Art.61 Subseção III parágrafo 2
Capítulo II - Do Poder Executivo			Art. 85 - inciso III
Capítulo III - Do Poder Judiciário	Art. 120, inciso I - alinea d Art. 105, inciso I - alinea b Art.108, inciso I - parágrafo c Art. 109, inciso VIII Art. 121, inciso V	Art. 108, inciso I Art. 109, inciso I ;inciso IV Seção V - Art. 111 ao 117	Art. 93, inciso I Art. 103, inciso VII ;inciso VIII ;inciso IX Seção V - Art. 111 ao 117 Seção VI - Art. 118 ao 121
Capítulo V - Das Funções Essenciais à Justiça			Art. 129, inciso IX parágrafo 3
Título V - Da defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Capítulo I - Do Estado de Defesa e do Estado de Sítio.	Art. 136, inc. I, alinea a, b, c Art. 139, inciso III		Art. 136, inc. I - alineas a,b,c Art. 139, inciso III Art. 144, inciso I

	Comunicação	Trabalho	Organização
Título VI - Das Tributações e do Orçamento. Capítulo I - Do Sistema Tributação Nacional	Art. 150, inciso VI -alinea d Art. 155, inciso - alinea b Art. 158, inciso IV	Art. 150, inciso VI - alinea c	Art. 149 Art. 150, inciso VI - alinea c
Capítulo II - Das Finanças Públicas			
Título VII - Da Ordem Econômica e Financeira Capítulo I - Dos Principios Gerais da Atividade Economica	Art. 175 Art. 181	Art. 170, inciso I ao VIII Art. 173 - parágrafo 2	Art. 174 - parágrafo 2
Capítulo II - Da Política Urbano.			
Capítulo III - Da Política Agrícola e Fundiária e a Reforma agrária		Art. 186, inciso III Art. 187	Art. 187 Art. 187, inciso VI
Capítulo IV - Do sistema Financeiro Nacional			
Título VIII - Da Ordem Social Capítulo I - Disposição Geral		Art. 193	
Capítulo II - Da seguridade social		Art. 200, inciso VIII Art. 201, inciso V - parágrafo 5 Art. 203, inciso III	Art. 194 (todo) Art. 195 (todo) Art. 204, inciso II

	Comunicação	Trabalho	Organização
Capítulo III - Da Educação , Da Cultura e dos Desporto		Art. 205 Art. 214, inciso IV	
Capítulo IV - Da ciência e Tecnologia		Art. 218 - parágrafo 4 Art. 219 -	
Capítulo V - Da Comunicação Social	Art. 220 ao 224		Art. 222 - parágrafo 1
Capítulo VI - Do meio ambiente			
Capítulo VII - Da Família, Da Criança, Do Adolescente e Do Idoso		Art. 227, inciso II - parágrafo 3, incisos I, II, III.	
Capítulo VIII - Dos Índios			Art. 239
Título IX - Das Disposições Constitucionais gerais		Art. 233 Art. 239 Art. 239 - parágrafo 3	
Atos das Disposições Constitucionais Transitórias	Art. 2 Art. 64 Art.66	Art.8 - parágrafo 2 Art. 10, inciso II Art. 17 Art.18 Art. 53 - inciso V Art. 54	Art. 6 Art.8 -parágrafo 2 Art. 10, inciso II Art. 10 - parágrafo 2 Art. 13 - inciso IV

TABELA DA CONSTITUIÇÃO - REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988.
ORGANIZADA A PARTIR DOS TEMAS DA PESQUISA NTIC/ GESTO

	Comunicação	Trabalho	Organização
Título II Dos Direitos e garantias fun- damentais Capítulo I Dos direitos individuais e coletivos	Art. 5, incisos XII incisos XIV incisos XIXVIII incisos LXXII incisos LXXVII	Art. 5, incisos XII	Art. 5, incisos XVI incisos XVII incisos XVIII incisos XIX incisos XX incisos XXI
Capítulo II Dos direitos sociais	Art. 7, incisos XXVII	Art. 7, inciso IV Art. 7, inciso XXII inciso XXIII inciso XXVII	Art. 8
Capítulo IV			Art. 14
Capítulo V Dos partidos políticos	Art. 17, inciso IV parágrafo 3		Art. 17

**PESQUISA NOVAS TECNOLOGIAS NO ESPAÇO METROPOLITANO:
QUESTÕES DA SAÚDE E DO TRABALHO.**

Coordenadora: Ana Clara Torres Ribeiro.

Tabelas realizada pela equipe da pesquisa

**TABELAS VARIADAS SOBRE INTERNAÇÕES FINANCIADAS PELO (SUS),
NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO**

Tabela - INTERNAÇÕES FINANCIADAS PELO SUS (AIH) EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS, PRIVADOS E UNIVERSITÁRIOS ENTRE JULHO E DEZEMBRO DE 1994, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE RIO DE JANEIRO

REGIÃO METROPOLITANA	PRIVADO NO.	PÚBLICO NO.	UNIVERSITÁRIA
do Rio de Janeiro			
DUQUE DE CAXIAS	9317	2902	0
ITABORAÍ	8376	2149	0
ITAGUAÍ	4819	325	0
MAGÉ	4309	4206	0
MANGARATIBA	0	1245	0
MARICÁ	0	1168	0
NILÓPOLIS	6355	1590	0
NITERÓI	14464	4744	7989
NOVA IGUAÇU	36111	0	3593
PARACAMBI	11111	495	0
RIO DE JANEIRO	626333	67611	22956
SÃO GONÇALO	23559	2251	0
SÃO J. DE MERITI	16893	0	0

FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisa: Novas Tecnologias no espaço metropolitana: questão da saúde e do trabalho, coord. por Ana Clara T. Ribeiro, IPPUR/UFRJ a partir de dados do MINISTÉRIO DA SAÚDE - DATA PREV - FNS/DATASUS, RIO DE JANEIRO, EM SETEMBRO DE 1995

OBS.:

- * Os estabelecimentos públicos foram considerados os da Rede Federal, Estadual e Municipal de saúde convênios com o Sistema, bem como os estabelecimentos da própria rede do SUS.
- * Os estabelecimentos privados foram os da rede contratada e da rede filantrópica.
- * Os estabelecimentos universitários são de ordem público e privado, sendo divididos em rede universitária de pesquisa e rede universitária de ensino.

Tabela - INTERNAÇÕES FINANCIADAS PELO SUS (AIH) EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS, PRIVADOS E UNIVERSITÁRIO ENTRE JULHO E DEZEMBRO DE 1994, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO	PRIVADO NO.	PÚBLICO NO.	UNIVERSITÁRIO
ARUJA	1428	0	0
BARUERI	---	---	---
BIRITIBA-MIRIM	0	44	---
CAIEIRAS	3582	0	0
CAJAMAR	0	0	0
CARAPICUIBA	553	1726	---
COTIA	2370	0	5216
DIADEMA	6545	6851	---
EMBU	0	14	---
EMBU-IGUAÇU	0	299	---
FERRAZ DE VASCONCELOS	---	---	---
FRANCISCO-MORATO	4158	0	0
FRANCISCO DA ROCHA	0	6955	---
GUARAREMA	1301	0	0
GUARULHOS	21911	3805	0
ITAPECERICA DE SERRA	136	44	0
ITAPEVA	---	-	---
ITAQUAQUECETUBA	1630	1204	0
JANDIARA	---	8382	0
JUQUITIBA	0	576	0
MAIRIPORÁ	1706	0	0
MAUÁ	4729	4678	0
MOJI DAS CRUZES	7773	5024	0
OSASCO	5969	6166	0
PIRAPORA DO BOM JESUS	---	---	---
POÁ	---	---	---
RIBEIRÃO PIRES	477	624	0
RIO GRANDE DA SERRA	---	---	---
SALESÓPOLIS	1024	0	0
SANTA ISABEL	2733	0	0
SANTANA DE PARNAÍBA	---	---	---
SANTO ANDRÉ	10371	3071	902
SÃO BERNARDO DO CAMPO	994	790	440
SÃO CAETANO DO SUL	5812	268	0
SÃO PAULO	114920	96400	96759
SUZANO	5160	0	0
TABUÃO DA SERRA	0	0	0
VARGEM GRANDE PAULISTA	---	---	---

FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisa: Novas Tecnologias no espaço metropolitana: questão da saúde e do trabalho, coord. por Ana Clara T. Ribeiro, IPPUR/UFRJ a partir de dados do MINISTÉRIO DA SAÚDE - DATA PREV - FNS/ DATASUS, RIO DE JANEIRO, EM SETEMBRO DE 1995

OBS.:

* Os estabelecimentos públicos foram considerados os da Rede Federal, Estadual e Municipal de saúde convênios com o Sistema, bem como os estabelecimentos da própria rede do SUS.

* Os estabelecimentos privados foram os da rede contratada e da rede filantrópica.

* Os estabelecimentos universitários são de ordem público e privado, sendo divididos em rede universitária de pesquisa e rede universitária de ensino.

Tabela - INTERNAÇÕES FINANCIADAS PELO SUS (AIH) EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS, PRIVADOS E UNIVERSITÁRIOS ENTRE JULHO E DEZEMBRO DE 1994, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE E CURITIBA

REGIÃO METROPOLITANA	PRIVADO NO.	PÚBLICO NO.	UNIVERSITÁRIO
de Porto Alegre			
ALVORADA	0	1227	0
CACHOEIRINHA	0	1041	0
CAMPO BOM	2009	0	0
CANOAS	5805	0	0
DOIS IRMÕES	779	0	0
ELDORADO DO SUL	--	--	--
ESTÂNCIA VELHA	1171	0	0
ESTEIO	2890	0	0
GLORINHA	--	--	--
GRAVATAÍ	3206	0	0
GUAÍBA	2449	0	0
IVOTI	872	0	0
NOVA HARTZ	--	--	--
NOVO HAMBURGO	7297	0	0
PAROBÉ	--	--	--
PORTO ALEGRE	15106	1335	93548
PORTÃO	1421	0	0
S. LEOPOLDO	7074	0	0
SAPIRANGA	--	--	--
SAPUCAIA DO SUL	2782	0	0
TRUINFO	830	0	0
VIAMÃO	3010	0	0

de Curitiba			
CURITIBA	27936	1343	36098
ALMIRANTE TAMANDARÉ	1536	0	0
ARAUCÁRIA	2521	0	0
BALSA NOVA	0	368	0
BOCAIÚVA DO SUL	0	306	0
CAMPINA GRANDE DO SUL	7450	0	0
CAMPO LARGO	3333	0	0
COLOMBO	1923	0	0
CONTENDA	575	0	0
MANDIRITUBA	0	999	0
PIRAQUARA	5162	1001	0

QUATRO BARRAS	480	0	0
RIO BRANCO DO SUL	1590	0	0
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	7200	2011	0

FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisa: Novas Tecnologias no espaço metropolitana: questão da saúde e do trabalho, coord. por Ana Clara T. Ribeiro, IPPUR/UFRJ a partir de dados do MINISTÉRIO DA SAÚDE - DATA PREV - FNS/DATASUS, RIO DE JANEIRO, EM SETEMBRO DE 1995

OBS.:

* Os estabelecimentos públicos foram considerados os da Rede Federal, Estadual e Municipal de saúde convênios com o Sistema, bem como os estabelecimentos da própria de rede do SUS.

* Os estabelecimentos privados foram os da rede contratada e da rede filantrópica.

* Os estabelecimentos universitários são de ordem público e privado, sendo divididos em rede universitária de pesquisa e rede universitária de ensino.

Tabela - INTERNAÇÕES FINANCIADAS PELO SUS (AIH) EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS, PRIVADOS E UNIVERSITÁRIOS ENTRE JULHO E DEZEMBRO DE 1994, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

REGIÃO METROPOLITANA	PRIVADO NO.	PÚBLICO NO.	UNIVERSITÁRIO
de BELO HORIZONTE	82750	15088	40450
BETIM	0	2071	0
BRUMADINHO	771	0	0
CAETÉ	2136	0	0
CONTAGEM	19230	0	0
ESMERALDAS	808	0	0
IBIRITÉ	1037	0	0
IGARAPÉ	---	--	---
LAGOA SANTA	---	--	---
MATEUS LEME	1224	0	0
NOVA LIMA	4470	0	0
PEDRO LEOPOLDO	2394	0	0
RAPOSOS	---	--	---
RIBEIRÃO DAS NEVES	---	--	---
RIO ACIMA	--	--	---
SABARÁ	2927	114	0
SANTA LUZIA	0	0	0
VESPASIANO	3796	0	0

FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisa: Novas Tecnologias no espaço metropolitana: questão da saúde e do trabalho, coord. por Ana Clara T. Ribeiro, IPPUR/UFRJ a partir de dados do MINISTÉRIO DA SAÚDE - DATA PREV - FNS/DATASUS, RIO DE JANEIRO, EM SETEMBRO DE 1995

OBS.:

- * Os estabelecimentos públicos foram considerados os da Rede Federal, Estadual e Municipal de saúde convênidos com o Sistema, bem como os estabelecimentos da própria rede do SUS.
- * Os estabelecimentos privados foram os da rede contratada e da rede filantrópica.
- * Os estabelecimentos universitários são de ordem público e privado, sendo divididos em rede universitária de pesquisa e rede universitária de ensino.

Tabela - INTERNAÇÕES FINANCIADAS PELO SUS (AIH) EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS, PRIVADOS E UNIVERSITÁRIOS ENTRE JULHO E DEZEMBRO DE 1994, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

REGIÃO METROPOLITANA	PRIVADO NO	PÚBLICO NO.	UNIVERSITÁRIO
de Fortaleza			
AQUIRAZ	0	848	0
CAUCAIA	2907	311	0
EUSEBIO	---	---	---
FORTALEZA	73010	8068	32113
GUATUBA	---	---	---
MARACANAÚ	1987	709	0
MARANGUAPE	4367	590	0
PACATUBA	---	---	---

FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisa: Novas Tecnologias no espaço metropolitana: questão da saúde e do trabalho, coord. por Ana Clara T. Ribeiro, IPPUR/UFRI a partir de dados do MINISTÉRIO DA SAÚDE - DATA PREV - FNS/ DATASUS, RIO DE JANEIRO, EM SETEMBRO DE 1995.

OBS.:

- * Os estabelecimentos públicos foram considerados os da Rede Federal, Estadual e Municipal de saúde convênidos com o Sistema, bem como os estabelecimentos da própria de rede do SUS.
- * Os estabelecimentos privados foram os da rede contratada e da rede filantrópica.
- * Os estabelecimentos universitários são de ordem público e privado, sendo divididos em rede universitária de pesquisa e rede universitária de ensino.

V - QUESTIONÁRIO - ENTREVISTA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

**PROJETO DE PESQUISA: NOVAS TECNOLOGIA NO ESPAÇO
METROPOLITANO: QUESTÕES DA SAÚDE E DO TRABALHO**
Coordenação Professora Dra. Ana Clara Torres Ribeiro¹

Obs.: Agradecemos, antecipadamente, a atenção sobre o presente levantamento de informação

**QUESTIONÁRIO- ENTREVISTA
SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

1- Nome: _____
2- Função profissional: _____
2- Instituição: _____
3- Data: ____ / ____ / 1995

Questões:

1- Quantos municípios deste Estado estão ligados ao Sistema Único de Saúde - SUS?

2- Quais os municípios pioneiros, ou seja, os que estão mais adiantados no processo de implementação-atuação com o SUS? _____

3- Quais são os formatos institucionais de interação entre a Secretaria do Estado e os municípios?

3.1 Quanto às formas de repasse de recursos financeiros: _____

3.2 Quanto às formas de atendimento (obrigatoriedade) _____

¹ UFRJ/IPPUR - TELEFONE: (021) 2902112 ramal: 2748 00 2755
FAX: (021) 5901191

4-Como tem sido, no dia a dia, esta interação?

4.1 ressalte aspectos positivos:

4.2 ressalte aspectos negativos:

5- Quais os problemas surgidos nesta relação entre estado e municípios?

6- Quais são os municípios mais problemáticos nesta relação? Por que?

7-Quais os não problemáticos e Por que?

8- Quais são os fatores que contribuem para maior surgimento de problemas no Sistema Único de Saúde, na relação entre municípios e Estado? Quais municípios?

9- Quais são os fatores que contribuem para menor surgimento de problemas no Sistema Único de Saúde, na relação entre municípios e Estado? Quais municípios?

10- Quais são os principais problemas que surgem na relação entre União e Estado no que se refere, especificamente, à questão orçamentária?

11- Com o SUS, os municípios tem modernizado sua base técnica e de atendimento?

Em caso positivo, dê exemplos:

11.1 Quanto a recursos humanos:

11.2 Quanto a recursos materiais:

11.3 Quanto à base técnica _____

12 Quais os municípios que mais tem modernizado seus serviços no que se refere a:

12.1 base técnica (exemplifique): _____

12.2 atendimento: _____

12.3 recursos humanos: _____

13- Quais os municípios que mais têm modernizado sua base técnica - atendimento ? De que forma?

14- Quais são as formas de controle que o Estado mantém, em sua relação com os municípios, quanto o funcionamento geral do SUS?

15- Em sua opinião, quais seriam os maiores problemas existentes na implantação do SUS, face à sua filosofia inicial que preconizava "saúde como direito de todos e para todos":

OBSERVAÇÃO

Objetivos do Questionário:

- perceber ainda que de forma superficial os conflitos entre as diferentes esferas institucionais que fazem parte do SUS;
- identificar o cotidiano deste sistema, na esfera entre estado-municípios.

OBSERVAÇÃO

Objetivos do Questionário:

- perceber ainda que de forma superficial os conflitos entre as diferentes esferas institucionais que fazem parte do SUS;
- identificar o cotidiano deste sistema, na esfera entre estado-municípios.